

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÍVEL MESTRADO

Diógenes Lycarião

GREENPEACE, ESPETÁCULO E INTERNET:
o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a
sustentação de debates na esfera pública

Belo Horizonte

2010

Diógenes Lycarião

**GREENPEACE, ESPETÁCULO E INTERNET:
o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a
sustentação de debates na esfera pública**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Comunicação Social pelo Programa de Pós-
Graduação em Comunicação Social da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora Prof. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia

Belo Horizonte

2010



Diógenes Lycarião

**GREENPEACE, ESPETÁCULO E INTERNET:
o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a
sustentação de debates na esfera pública**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em de de 2010

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Rousiley Maia (orientadora) – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Jamil Almeida Marques (membro) – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Wilson Gomes (membro) – Universidade Federal da Bahia



DEDICATÓRIA:

*Dedico este trabalho a meus familiares, amigos e a todos aqueles
cujos passos perseguem a direção do autêntico, do justo.*



AGRADECIMENTOS:

Dos professores:

Agradeço à professora Rousiley Maia pela singular dedicação que tem disponibilizado aos seus orientados e ao trabalho acadêmico como um todo. Ao prof. Wilson Gomes pela atenção e apoio prestados durante o estágio sanduíche em que estive sob sua orientação na UFBA. Ao prof. Jamil Marques pelos conselhos e valiosas contribuições críticas feitas durante o período de desenvolvimento desse trabalho. Ao prof. Elton Antunes pelas precisas e oportunas observações feitas na qualificação. Aos professores Bruno Leal e César Guimarães pela gestão responsável e diligente realizada à frente da coordenação do PPGcom-UFMG. Ao prof. Fabrino Mendonça pela competência intelectual e grandeza humana absolutamente raras, aos professores e amigos Teresa Cristina e Silas de Paula e por terem me auxiliado com esmero nos primeiros passos e projetos acadêmicos.

Dos colegas e amigos de trabalho:

Agradeço a Rafael que têm feito com que essa jornada por Beagá não fosse apenas um caminho de dificuldades, mas, em grande parte, justamente por sua amizade e companheirismo, também de conquistas e grandes alegrias; a Acácio pela sua eterna descontração e generosidade típica de um cabra da peste; à Vivian pela aparição e ajuda providencial realizada quando o mestrado ainda era só uma possibilidade, a Augusto por me ajudar a resolver tantos pepinos e pelas ótimas conversas que produzimos ao longo de bandejões e caminhadas; à Thiane por trazer sorrisos e gentileza mesmo nos dias mais cinzas; a Daniel Fonsêca pela força de luta que transmite a quem tem a sorte de conhecê-lo. Aos parceiros de turma Marcos Aurélio e Marcos Braga pela inigualável gentileza com que sempre me trataram; à Marina Lopes, Carla Soares e à Priscila Dionísio por serem almas de bem e encantadoramente alegres; à Carol Espírito Santo e à Milene pela atenção e esforço em me deixarem a par tanto das dificuldades como das soluções para superar os desafios feitos e refeitos; aos os parceiros feitos na UFBA: Danilo, Dilvan, Camilo e Sivaldo. A todo grupo EME que, com suas discussões de sexta, constitui-se como uma fonte fundamental desse eterno processo que é a formação acadêmica: Aline, Camila, Cedê, Débora, Diogo, Vanessa, Victor, Marcela, Luciana, Carol, Regiane, Helen, Edna e Juliana Botelho.

Das instituições:

Agradeço ao *Greenpeace* por disponibilizar a maior parte das informações solicitadas e pelo seu trabalho absolutamente inspirador para uma agenda política responsável com o futuro da humanidade; à Capes pelo portal de periódicos, pela bolsa concedida durante o estágio sanduíche na UFBA e ao CNPq pela bolsa concedida durante parte do período posterior ao referido estágio.

Dos que me são vida:

À minha mãe e aos meus pais; à Christine, Pedro e Thiago *Rocha*. A Rafael Oliveira, Marcos Gomes, Joaquim, Saulo-Davi, Niara, Sheyla Graziela, Francisco Carvalho, Isick, Wilson Neto; aos amigos Júnior (Euvaldo, Pezão e Sperotto). Foi com vocês que o tempo e as lembranças floresceram de forma alegre.



"Um dia, a Terra vai adoecer. Os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Aí, então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco-íris para terminar com a destruição. Será o tempo dos Guerreiros do Arco-Íris."

(Profecia feita há mais de 200 anos por "Olhos de Fogo", uma velha índia Cree.)



RESUMO:

Esse trabalho argumenta que a organização Greenpeace consegue, através de um conjunto de recursos comunicativos, produzir insumos para a esfera pública de modo a configurar aquilo que se denomina de sustentação de debates na esfera pública. Os elementos fundamentais desse conjunto que foram explorados são tanto os recursos espetaculares como os digitais de comunicação que fazem parte da estratégia de comunicação da entidade. Argumenta-se, então, que a organização cívica *Greenpeace* produz dois elementos fundamentais para a sustentação de debates públicos. Esses elementos se constituem pela *visibilidade* e pela *discutibilidade* das contribuições críticas direcionadas aos debates em que ela se engaja. Eles são determinados, com intensidades distintas, respectivamente por dois âmbitos interacionais que se complementariam no processo de sustentação de debates públicos. Nesse sentido, em primeiro lugar, temos os *media* e, em segundo, a página institucional do *Greenpeace* na internet. Desse modo, enquanto a visibilidade é produzida, com maior ênfase, pelo âmbito interacional dos *media*, a discutibilidade é produzida, com maior nível de sofisticação e complexidade, no âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*.

Palavras-chave: Greenpeace, esfera pública, internet e espetáculo



ABSTRACT:

This paper argues that Greenpeace get - through a set of communication resources - to produce critical contributions for the public sphere in order to obtain what is called standing in public debates. The key elements of this set explored were both spectacular such as digital features communications that are part of the strategy of communication of Greenpeace. It is argued, then, that this civic organization produces in its communication policy two crucial elements that are vital to support public debates. These elements constitute itself from the visibility and the discutibility of the entity's contributions directed to critical debates in which it engages. They are produced with different levels of intensity respectively by two interactional loci. First, we have the media and, secondly, then Greenpeace's institutional page on the Internet. Thus, while visibility is produced, with greater emphasis, on the scope of interactive media loci, the discutibility is produced with a higher level of sophistication and complexity on the digital communication of Greenpeace.

Key-words: Greenpeace, public sphere, internet and spectacle



SUMÁRIO:

Introdução	09
I - Esfera pública e o sistema dos <i>media</i>: explorando os requisitos para se sustentar debates públicos	17
1.1 O conceito de esfera pública e o modelo deliberativo de democracia	17
1.2 A esfera pública e sua relação com os <i>media</i>	22
II – A participação discursiva dos atores cívicos na era da comunicação de massa	36
2.1 O debate mediado e seus públicos: quem delibera?	36
2.2 As possibilidades de uma visibilidade pública habitada pela sociedade civil	41
2.3 A sociedade civil sob a perspectiva da democracia deliberativa	47
III - Perfil político do Greenpeace	53
3.1 Valores e metas	53
3.2 Organização interna	55
3.3 Os valores que orientam as relações com outros atores na sociedade	58
3.4 Efeitos e eficácia política em diferentes planos democráticos	60
IV - Sociedade civil online: a abordagem teórico-metodológica das formas de uso e contextos de utilização da internet	67
3.1 Pontos de partida do debate	67
3.2 A agenda da deliberação online	69
3.3 As hipóteses da desintermediação e da fragmentação da esfera pública	72
3.4 Pela agenda das formas de uso e contextos de utilização da internet	79
V - Espetáculo político e esfera pública: os atores cívicos como protagonistas	85
5.1 Possíveis definições da relação entre espetáculo, política e os <i>media</i>	85
5.1.1 Espetáculo como encenação dramática	86
5.1.2 Espetáculo como estímulo à passividade política	87
5.1.3 Espetáculo como simulacro	88
5.1.4 Espetáculo como noticiabilidade	89
5.2 Pode o espetáculo ser compatível com a sustentação de debates públicos?	90
5.3 A espetacularização da política como suporte à deliberação democrática	91
5.4 Limites das ações estético-expressivas: da visibilidade à discutibilidade	98
VI - O Greenpeace e as funções de esfera pública de sua comunicação digital	103
6.1 A comunicação digital do <i>Greenpeace</i> e suas funções políticas	103
6.2 Explorando as condições para um ato reflexivo <i>online</i> : a ocupação do barco Galina 3	106
6.2.1 Parâmetros metodológicos e momentos analíticos	107
6.2.2 Procedimentos de seleção do caso e do corpus de pesquisa	112
6.3 Momento I de análise	115
6.3.1 O poder de visibilidade das ações estético-expressivas	116
6.4 Momento II de análise	117
6.4.1 As condições para um segundo ato de leitura a partir do evento de mídia de ocupação do Galina 3	118
6.5 Momento III de análise: comparação entre os âmbitos	121
6.5.1 A sutura entre os âmbitos e a complexidade interpretativa	122
6.5.2 O nível de justificação	129
6.5 Discussão	133
Considerações Finais	136
Referências	139

INTRODUÇÃO:

Sendo a internet um dos ambientes que vem reestruturando o sistema informativo, seria na articulação entre a visibilidade pública da comunicação de massa e a argumentação pública operada pelos sítios institucionais dos atores políticos que se encontraria um dos caminhos de pesquisa mais adequados para mensurar as implicações dessa reestruturação.

Isso implica na abertura de uma linha de pesquisa da qual esse trabalho visa estabelecer uma contribuição. Uma linha que, nesse sentido, tenta explorar as funções de esfera pública que esses espaços de comunicação institucionais possuem para a sustentação de debates públicos. Funções essas que tendem a se diferenciar a depender do contexto e dos atores políticos envolvidos.

Nesse sentido, se esse trabalho possui como focos de investigação mais imediatos questões que podem ser consideradas relativamente recentes (como a internet), não obstante, eles estabelecem contato com preocupações e linhas de investigação com longa tradição de pesquisa. A mais nítida, nesse sentido, situa-se em torno da noção de esfera pública. Um conceito que, há um só tempo, detém vocação empírica e normativa para se interpretar os fenômenos da comunicação política das sociedades democráticas. É justamente dentro desse quadro de vocações que esse trabalho dialoga.

Em relação a essa linha de investigação, podemos destacar as seguintes contribuições: (1) a produção de alguns operadores analíticos manufaturados a partir noção de discutibilidade, que está traçada apenas teoricamente por Gomes (1999, 2007, 2008b); (2) o desvelamento dos movimentos cognitivos que estão presentes na identificação de “pacotes interpretativos” no ambiente midiático e, como consequência disso e (3) a construção de um instrumento metodológico capaz de mapear, com maior nível de precisão, as diferenças semânticas que são encontradas nos diversos pacotes interpretativos que disputam a interpretação dos problemas políticos na esfera pública.

A partir das evidências empíricas levantadas, o argumento central desse trabalho é que a organização cívica *Greenpeace* produz em sua política de comunicação dois elementos fundamentais para a sustentação de debates públicos. Esses elementos se constituem pela *visibilidade* e pela *discutibilidade* das contribuições críticas direcionadas aos debates em que ela se engaja (Gomes, 1999, 2007, 2008b). Eles são determinados, com intensidades distintas, respectivamente por dois âmbitos interacionais que se complementarizam no processo de sustentação de debates públicos.

Em primeiro lugar, temos os *media* e, em segundo, a página institucional do *Greenpeace* na internet. Desse modo, essa dissertação argumenta que, enquanto a visibilidade é produzida, com maior ênfase, pelo âmbito interacional dos *media*, a discutibilidade é produzida, com maior nível de sofisticação, no âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*.

Tratam-se, desse modo, de diferentes âmbitos interacionais cumprindo diferentes funções para se sustentar um debate público no sistema deliberativo (Mendonça, 2009). Tendo em vista que os diferentes âmbitos se constituem eles mesmos por distintas modulações interativas, o argumento implica na idéia de que, enquanto as formas espetacularizadas de comunicação nos ambientes massivos que são acionadas pelo *Greenpeace* teriam como principal função a produção visibilidade, o ambiente da comunicação digital da entidade, por sua vez, ofereceria, de modo mais consistente, formas críticos-rationais argumentativamente justificadas de comunicação.

Não obstante, é preciso ter claro que a articulação entre os diferentes âmbitos em questão não necessariamente será o mesmo em relação à política de comunicação de outros atores sociais interessados na sustentação de debates públicos.

Em primeiro lugar, porque os *media* tendem a estabelecer relações diferenciadas em relação às suas fontes de acordo com uma série de variáveis, tais como a da política editorial adotada por cada veículo, os padrões de cobertura que são mais característicos de cada mídia (tv, impresso, rádio, internet etc) e das próprias características da cultura profissional do jornalismo que, nesse sentido, tendem a se modificar de país para país. Como resultado, a depender da combinação dessa série de variáveis, os atores cívicos tendem a receber menor ou maior cobertura, assim como os tipos de atores que recebem maior visibilidade, eles mesmos, tendem a sofrer modificações (Ferree et al, 2002). Variações essas que inclusive podem repercutir em termos do quanto um ator cívico precisará se utilizar de formas espetaculares de comunicação para conquistar visibilidade midiática.

Em segundo lugar, nem sempre os atores cívicos conseguem operar com a mesma disposição democrática e eficiência política os diversos modos, meios, tecnologias e ambientes de comunicação que podem servir para se sustentar um debate público (Maia, 2009b). Nesse sentido, se o *Greenpeace* consegue, de modo eficaz, fazer com que sua página na internet apresente um escopo interpretativo que não só informa a visibilidade midiática, mas que também adensa e amplia a qualidade argumentativa dessa visibilidade, isso não é garantia que outros atores façam o mesmo. Esse é um trabalho que depende

fundamentalmente do nível de discutibilidade que o ator político aciona para defender suas reivindicações e como essa discutibilidade é efetivamente processada em uma política de comunicação que faça da internet um pólo de interação central nesse processo.

Nesse sentido, esse estudo conseguiu obter, com relativo êxito, seus propósitos iniciais: levantar indícios para demonstrar que a política de comunicação do *Greenpeace*, ao envolver, de modo eficiente, diferentes modos e âmbitos de comunicação, articula-se na geração de dois elementos considerados como imprescindíveis para se sustentar um debate público: discutibilidade e visibilidade. Desse modo, deve-se entender por sustentação de debate público o empreendimento de ações articuladas que venham a conferir visibilidade e discutibilidade a um determinado problema político.

Por que conquistar esses elementos é importante e por que os *media* são ambientes fundamentais para que um ator cívico como o *Greenpeace* consiga participar da sustentação de um debate público é o que será discutido no primeiro capítulo desse trabalho. Para isso, será feita uma exploração conceitual da noção de esfera pública. Nesse empreendimento, esse conceito aparece como uma das noções que fundam os pilares da democracia moderna e, de modo mais intenso, de um modelo específico de democracia (o deliberativo).

Em seguida, será desenvolvido o argumento que compreende o sistema dos *media* como uma das arenas discursivas fundamentais da sociedade contemporânea na conformação do debate e da opinião pública. Nessa discussão, serão traçadas duas diferenciações em relação ao conceito de esfera pública: como esfera de discussão e como esfera de visibilidade pública (Gomes, 1999).

No segundo capítulo, trataremos dos problemas que se apresentam na esfera de debate promovida pelos *media* tendo em vista as noções normativas do conceito de esfera pública. Um dos principais problemas apresentado e confirmado por diversas pesquisas empíricas é que, apesar de ocupar um lugar absolutamente central no conceito de esfera pública, a sociedade civil se vê sistematicamente desprivilegiada da cobertura política promovida pelos *media*. Como tentativa de resposta a esse problema, serão discutidas as oportunidades disponíveis na literatura da democracia deliberativa em que uma situação empiricamente consistente de realização da esfera pública pode se dar no contexto social contemporâneo. No desenvolvimento dessa discussão, será apontado que, para organizações com o perfil do *Greenpeace*, a conquista de uma visibilidade midiática será vista como algo fundamental para a conquista de influência política. A partir de tais objetivos, romper com a invisibilidade destinada aos atores cívicos no ambiente midiático se revela como um problema real a ser

enfrentado.

Não obstante, para que o *Greenpeace* possa estabelecer com essa visibilidade um tipo de autorização e reconhecimento de forma coerente com as perspectivas de legitimidade democrática que a idéia de esfera pública implica, é preciso que a própria esfera civil organizada não seja vista de maneira homogênea, que toda a produção crítica realizada por seus atores seja pré-concebida como desejável ou adequada de ser implementada pelo sistema político. Nesse sentido, a mera conquista de visibilidade não garante que um ator cívico possui um perfil de atuação política condizente com os caminhos previstos pelo processo deliberativo ou que seja condizente com valores democráticos.

Desse modo, no segundo capítulo também será realizado um levantamento dos elementos previstos em relação à esfera civil organizada para que esta venha a desempenhar contribuições legítimas ao processo de tomada de decisão política

De acordo com tais necessidades analíticas, no terceiro capítulo será feito um panorama do desenvolvimento do *Greenpeace* e como sua luta política tem sido interpretada por alguns pesquisadores. Haverá, em coerência aos critérios estabelecidos no capítulo anterior, uma preocupação em identificar a relação que a entidade estabelece com o sistema político, com outras organizações da sociedade civil e com seus simpatizantes. Nesse sentido, a comunicação digital do Greenpeace é identificada como uma fonte privilegiada para estabelecer um contato com os simpatizantes e para servir como fonte do sistema informativo ampliado.

Já no quarto capítulo, é feita uma revisão das principais hipóteses de reestruturação da esfera pública a partir da emergência da internet, além de serem expostas as críticas e mudanças de orientação que essas pesquisas sofreram. Nesse sentido, argumenta-se que os usos da internet pelo *Greenpeace* se constituiriam como uma fonte adequada para evidenciar os novos caminhos disponíveis de experiência com a esfera pública proporcionados pela era da comunicação digital.

Nesse contexto teórico-metodológico (que é pensar a deliberação não dentro da internet, mas os processos discursivos que a atravessam), são destacados, nesse quarto capítulo, os ganhos trazidos pela expansão de acessibilidade que os materiais políticos (fatos, personagens e discursos) referenciados nos *media* sofreram. Isso seria verificável a partir do momento em que os materiais políticos de atores cívicos que possuem visibilidade pública relevante, quando disponíveis na internet, passam a ganhar uma acessibilidade inédita. O que não é pouco, tendo em vista a dificuldade que antes se apresentava aos cidadãos quando lhes

era de interesse saber ou confrontar os posicionamentos políticos de organizações e personagens presentes na esfera de visibilidade pública.

Nesse sentido, os usos da internet pelo *Greenpeace* são apontados como um objeto de estudo promissor, pois, ao advirem de um ator cívico com considerável visibilidade pública, compreende-se que seus materiais políticos disponibilizados na internet possuem a capacidade de servir como um caminho concreto das novas possibilidades de contato com a esfera pública ofertadas pela ecologia midiática da comunicação digital. Um contato que é projetado a partir da edição dos materiais coletados pela audiência no contexto do sistema informativo.

A própria noção de *sistema informativo ampliado*, nesse caso, aparece como outra peça conceitual chave para entender o papel da internet na comunicação política contemporânea. Um papel que, nesse contexto, viria a facilitar a ação de edição dos materiais do sistema informativo para a montagem de debates públicos. Uma edição que se mostrava bem mais onerosa, principalmente com relação aos atores cívicos, que antes não tinham a internet para disponibilizar à audiência da comunicação de massa um quadro completo e atualizado de suas opiniões.

Não obstante, é justamente em torno dos problemas de como a visibilidade pública do *Greenpeace* tem se constituído, ao longo de sua trajetória, que o quinto capítulo dessa dissertação se insere. Problemas esses que tocam na questão de quais modos de comunicação são válidos para se sustentar um debate na esfera pública. Nesse sentido, quando se leva em conta que parte da literatura em Comunicação & Política destaca o *Greenpeace* como um exemplo da espetacularização da comunicação pública, eventuais questionamentos poderiam ser levantados quanto ao que esse tipo de visibilidade deteria de realmente benéfico para a esfera pública.

Esses eventuais questionamentos apontariam que essa visibilidade tem sido marcada pela produção de eventos de mídia, os quais se utilizariam de uma gramática espetacular de ação. Uma gramática que, por seu lado, tem sido alvo recorrente de críticas e de atos de desconfiança em relação a seu poder de contribuir para um ambiente de comunicação politicamente saudável. É, então, no sentido de responder afirmativamente que a espetacularização pode servir como modo de comunicação bastante adequado para os atores cívicos conquistarem visibilidade pública e, assim, sustentarem um debate público que parte desse quinto capítulo se voltará.

Nesse sentido, buscaremos trabalhar algumas análises que destacam os ganhos que as ações espetaculares *podem* desempenhar na sustentação de um debate público. No entanto,

também será visto que as vantagens e potências dessas ações espetaculares possuem limitações, podendo se revelarem insuficientes para que esse mesmo debate se seja sustentado.

É, então, a partir dessas limitações que o problema de pesquisa desse projeto se apresenta. Um problema que aparece quando se identifica que, se os critérios de visibilidade são efeitos primários das ações espetaculares (repercutindo em matérias no âmbito interacional dos *media*), é preciso, além disso, que (1) essa mesma visibilidade se apresente de modo a evidenciar que, por trás da ação espetacular, há um problema político específico e (2) que o protagonista da visibilidade (nesse caso o *Greenpeace*) apresente, em outros âmbitos de comunicação, formas de tratamento do problema mais adequadas aos critérios da discutibilidade.

Tendo em vista que a organização precisa produzir esse outro conjunto de ações para que possa sustentar um debate público é que sua comunicação digital se mostra como uma fonte plausível de realizar parte dessas exigências. Isso porque, através de seu âmbito digital de comunicação, é possível perceber um tratamento discursivo dos problemas que ganham visibilidade no âmbito dos *media* com níveis mais densos, complexos e extensos de argumentação. Níveis mais extensos esses que, caso acompanhem de forma sincronizada o ritmo de atualização da visibilidade acionada pelas ações espetaculares, podem, então, ser considerados como fontes do sistema informativo ampliado com as quais a audiência da comunicação de massa poderá se valer para editar os materiais desse sistema como esfera de argumentação pública.

No entanto, para que as condições dessa utilização possam se realizar, é preciso que haja um intercruzamento das questões que perpassam os dois âmbitos interacionais em questão. Ainda que cada um possua funções específicas para que o *Greenpeace* sustente um debate público, é preciso que esses âmbitos sejam atravessados por elementos comuns que garantam a sutura entre eles. Isso porque esse atravessamento é o que está na base da idéia de um sistema deliberativo e, ademais, é algo que permite à audiência ir complementando e tornando mais complexos, no trânsito desses âmbitos, os enquadramentos e argumentações disponibilizadas. Ademais, esse atravessamento também está por trás da noção proposta por nós de *sistema informativo ampliado*. Se o sistema dos *media* disponibiliza elementos semânticos básicos que guiam a leitura e a identificação dos problemas políticos, os materiais desse sistema serviriam para adensar e ampliar os padrões de discutibilidade desses elementos.

Desse modo, é na articulação entre o âmbito dos *media* e o da comunicação digital do *Greenpeace* que se busca demonstrar, no sexto capítulo (último), que diferentes modos de comunicação e níveis de argumentação se complementam e são interdependentes para que o *Greenpeace* sustente um debate na esfera pública.

Nesse capítulo, será realizado um inventário de ferramentas da comunicação digital da organização em seu sítio institucional e serão identificadas, de acordo com o propósito de revelar o desenho discursivo desse âmbito, algumas funções políticas dessas ferramentas.

Como desdobramento das funções de esfera pública aí identificadas, será estabelecido um estudo de caso que possa verificar uma conexão por parte desse âmbito de comunicação digital com os eventos de mídia espetaculares que o *Greenpeace* promove com a finalidade de conquista de visibilidade. Uma conexão que deverá revelar como esse âmbito consegue se articular com os materiais informativos dos *media* de modo a adensar os níveis de discutibilidade oferecidos no âmbito midiático massivo.

Para, então, verificar se existem as condições que permitem ao público editar as informações disponibilizadas nos *media* utilizando o sistema informativo amplificado pela comunicação digital, utilizou-se, como estudo de caso, uma ação do *Greenpeace* que conseguiu razoável visibilidade pública na imprensa nacional, que foi a ocupação por ativistas da entidade de um barco comercial de carga denominado Galina 3. A ação ocorreu próxima à zona costeira da França em março de 2008 e contou com a participação do escritório brasileiro da entidade (o *Greenpeace-Brasil*). Ela almejou tornar pública a exportação para a União Européia de madeira extraída ilegalmente na floresta amazônica para, desse modo, pressionar tanto o governo brasileiro como a própria União Européia a adotarem formas mais rígidas de controle sobre a produção e a comercialização de madeira advinda da floresta amazônica.

A partir desse caso, serão primeiramente analisados os materiais referentes à cobertura midiática desse evento. A análise desses materiais buscará verificar se eles oferecem as condições semânticas necessárias para conferir uma abordagem do problema político por trás da ação espetacular. Verificar se tais condições se fazem presentes é tido como elemento fundamental para um ato de leitura posterior sobre a questão em tela.

Como também se almeja demonstrar que o âmbito comunicativo institucional do *Greenpeace* exerce, para esse momento posterior de leitura, níveis mais densos de discutibilidade do que os ofertados pelos *media*, então se estabelecerá uma *análise comparativa que cada âmbito empreende* dessa qualidade. A noção de discutibilidade será

aferida empiricamente a partir de dois parâmetros analíticos. O primeiro será elaborado a partir da configuração das rotas interpretativas realizadas por cada âmbito interacional em análise. Rotas essas que serão desenhadas a partir das noções de enquadramento (*frame*) e pacotes interpretativos (*interpretive packages*) desenvolvidas nas obras de Gamson (1992) e Gamson & Modigliani (1989). Já o segundo parâmetro será efetivado em função dos níveis de justificação que cada âmbito promove das proposições políticas comuns a eles. Para isso, será utilizada como unidade analítica a aferição dos níveis de justificação proposta por Steenbergen et al (2003) em seu indexador de qualidade discursiva.

CAPÍTULO I:

Esfera pública e o sistema dos *media*: explorando os requisitos para se sustentar debates públicos

Por que conquistar esses elementos é importante e por que os *media* são ambientes fundamentais para que um ator cívico como o *Greenpeace* consiga participar da sustentação de um debate público é o que será discutido no primeiro capítulo desse trabalho. Para isso, será feita uma investigação conceitual da noção de esfera pública. De acordo com o resultado de tal investigação, esse conceito seria uma das noções que fundam os pilares da democracia moderna e, de modo mais intenso, um modelo específico de democracia (o deliberativo).

1.1 O conceito de esfera pública e o modelo deliberativo de democracia:

Esfera pública – ou a partir da literatura mais consagrada acerca do conceito, *Öffentlichkeit* - tornou-se uma noção bastante discutida e de grande proeminência acadêmica após os trabalhos de Jürgen Habermas. O marco inicial se deu ainda na década de 60 do século passado, quando na sua tese de livre docência, o intelectual alemão publica *Mudança Estrutural da Esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. De lá pra cá, muitas questões, críticas foram direcionadas ao autor, inclusive contribuindo para reformulações teóricas posteriores. Não obstante, todas essas críticas, assim como o imenso volume de pesquisas que surgiram tomando como ponto de partida as questões colocadas por Habermas, demonstram a existência de um trabalho intelectual extremamente inovador e de grande importância para a compreensão e análise da constituição do poder político nas sociedades modernas, assim como a emergência do papel dos meios de comunicação nesse processo, principalmente com o apogeu das sociedades de massas (GOMES, 1999). Um trabalho que permaneceu atento tanto às transformações sócio-históricas ocorridas quanto às formulações teóricas que surgiram após mais de 40 anos de debate.

Devido a esse esforço de crescente sofisticação e revisão acerca do conceito, Jürgen Habermas continua sendo, então, o ponto de partida para diversos autores que se debruçam ao exame dessa categoria, provendo, dessa forma, o tratamento mais sistemático que a teoria crítica disponibiliza acerca dos fenômenos que ela recorta e ajuda a identificar (Dahlberg, 2005, p.111).

Nesse sentido, avalia-se que esse conceito não se refere simplesmente a uma instituição circunstancial ou eventual das sociedades burguesas, mas a uma realidade

essencial da democracia moderna, mormente aquilo “que se chama cada vez mais de democracia deliberativa.” (GOMES, 1999, p.209).

Nobre (2004) identifica que o primeiro impulso para a constituição desse modelo democrático parece ter sido dado por Bernard Manin, quando este distinguiu o termo deliberação em duas circunstâncias: (1) como “processo de discussão” e (2) como “decisão”. A partir daí, Nobre aponta que o autor estadunidense Joshua Cohen teria apresentado provavelmente as primeiras formulações explícitas acerca do modelo¹. Esses impulsos iniciais atingem, então, seu ponto alto quando Habermas formula uma abordagem procedimentalista do modelo, o que ocorre, com maior nível de elaboração e detalhamento, com a publicação de *Direito e Democracia* em 1992.

Avritzer e Costa apontam esse feito intelectual destacando suas repercussões para a teoria democrática no sentido de ter aberto uma perspectiva teórica que veio apontar para a superação dos impasses estabelecidos entre os elitistas e os democratas participativos. (Avritzer & Costa, 2004, p.704-705). Essa perspectiva se abre já que os trabalhos de Habermas passam a combinar aspectos normativos do modelo republicano com os princípios realistas liberais que parecem indispensáveis para poderem operacionalizar, respeitando-se o princípio da justiça política e das liberdades individuais, a formação da vontade e opinião públicas. O quadro resultante é de uma teoria democrática não mais centrada no Estado como tendia a fazer as perspectivas liberais. Passa-se, assim, a compreender e prescrever um processo pelo qual se constituiria uma integração entre o *poder comunicativo* - formado nas instâncias informais da interação social do mundo da vida - e o *poder administrativo* (operacionalizado e cristalizado nas instituições que são próprias do Estado democrático de Direito).

Esse modelo deliberativo de democracia não absorve, portanto, as formulações liberais que se importam basicamente pelo *output* de uma avaliação bem-sucedida das realizações do Estado, menosprezando, assim, os movimentos de *input* de uma formação racional da vontade. Nesse sentido, o modelo discursivo de democracia que Habermas propõe não compreende ser função do Estado “garantir um bem comum apolítico, através da satisfação das expectativas de felicidade de pessoas privadas em condições de produzir.” (HABERMAS, 1997, p.20-21).

¹ “A concepção de democracia deliberativa está organizada em torno de um ideal de justificação política. De acordo com este ideal, justificar o exercício do poder político coletivo é proceder com base na argumentação pública livre entre iguais. Uma democracia deliberativa institucionalizaria este ideal’.” (COHEN apud NOBRE, 2004, p.34).

Ao conceder, então, espaço para a formação da vontade política por meio da comunicação e do debate público, o autor abriga um dos mais valiosos trunfos do modelo republicano, sem, contudo, admitir que a democracia deva ser sinônimo de uma auto-organização política da sociedade. Pois disso resultaria uma compreensão da política que se volta polemicamente contra o Estado de modo a romper com as separações funcionais entre sociedade política e sociedade civil que são reivindicadas pelo modelo liberal. Uma reivindicação que não pode ser descartada no quadro das sociedades contemporâneas, que são marcadas por serem complexas, multiculturais e por abrigarem uma miríade de conflitos. **E como esses conflitos não podem ser resolvidos meramente pela produção de discursos éticos, então se vê como imprescindível essa separação funcional que é defendida pelos teóricos liberais².**

Devido a essas condições sociais altamente complexas e especializadas da contemporaneidade, o modelo deliberativo proposto por Habermas coincide com o modelo republicano quando este concede um lugar central ao processo político de formação da opinião e da vontade comum, mas sem entender como algo secundário a estruturação das instituições e dos procedimentos que compõe o Estado de Direito:

Assim como no modelo liberal, também na teoria do discurso os limites entre o Estado e a sociedade são respeitados; mas aqui a sociedade civil, como a base social de espaços públicos autônomos, distingue-se tanto do sistema de ação econômica quanto da administração pública. (HABERMAS, 1995, p.48).

Esse modelo não depende, portanto, de uma cidadania fortemente participativa e coletivamente integrada como aquela prevista pelas correntes participacionistas e sim da institucionalização dos processos e pressupostos comunicacionais que se realizam nas diversas esferas de sociabilidade. Essa institucionalização, por sua vez, prevê uma imbricação entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formam de modo informal. (Habermas, 1997, p.21).

Devido a essas proposições que buscam articular várias instâncias sociais para compreender a opinião pública, para Dahlberg (2005), Habermas, juntamente com outros teóricos da democracia deliberativa, acaba por recusar o modelo liberal de comunicação

² Subsiste aqui a idéia da imprescindibilidade do Estado como instância mediadora dos conflitos. A imprescindibilidade se dá pela análise de que esses conflitos tendem a se desdobrar num tipo de dominação ilegítima, isto é, condicionada exclusivamente pela força. O Estado entra, então, como instância de mediação que monopoliza a força para que se possa alcançar níveis mínimos de consenso político, o qual mesmo sendo precário e provisório, constituiria um tipo de dominação legítima.

política e opinião pública³. Isso porque na concepção liberal essa opinião é reduzida a disputas estrategicamente orientadas entre grupos políticos em conflito, os quais lutariam pela atenção e suporte de um público formado por pessoas que almejam maximizar seus interesses pessoais. Nesse modo liberal de compreensão, a opinião pública se torna uma mera “agregação de opiniões expressas privadamente por parte de pessoas isoladas.” (DAHLBERG, 2005, p.128).

Recusando tal modo de compreender a opinião pública⁴, o *modelo e, ao mesmo tempo, projeto* de democracia deliberativa proposto por Habermas visaria “manter a distinção liberal entre Estado e sociedade, entre opinião pública e decisão política institucional, mas reivindicar um número maior de canais e fluxos de comunicação mais intensos entre as duas esferas.” (GOMES, 2008a, p.81).

A importância de se abrir esses canais se dá em decorrência da compatibilidade entre esfera civil e esfera política que se busca nesse modo de compreensão da democracia contemporânea. Uma compatibilidade que, nesse sentido, é realizada a partir do momento em que os modos e as matérias produzidas pelo debate público realizado na esfera pública influenciem os modos, as matérias e, sobretudo, os *outputs* produzidos pelo sistema político. A estruturação dessa compatibilidade “é uma das peças fundamentais da estrutura conceitual da proposta habermasiana de um modelo deliberativo de democracia” (GOMES, 2008a, p.77).

É por isso, então, que a noção de esfera pública é central nessa proposta, pois é ela que é responsável por realizar a intermediação entre a sociedade política e a civil de modo em que esta se faça valer como “um parceiro de discussão oficialmente qualificado” (HABERMAS, 1984, p.84-85) em relação àquela. Na proposição deliberativa de democracia, a esfera pública,

³ Para o modelo deliberativo, a opinião pública teria duas características fundamentais: “a) Considerada *materialmente* é um conjunto de posições e disposições, um conjunto de teses [...] b) Definida *pela sua origem*, é um conjunto de concepções resultante do tirocínio de um público apto a julgar, da discussão crítica na esfera pública.” (GOMES, 2008c, p.41). Para um resgate histórico e etimológico da noção de opinião pública ver Habermas (1984, p.117-126).

⁴ Para Dahlberg, Habermas não só recusa esse modelo liberal de opinião pública, mas também o comunitarista de forte sotaque republicano (principalmente daquele cuja origem fundamental é Rousseau): “For both liberalism and communitarianism, democratic legitimacy is derived from the expression of already formed opinions, either pre-discursive interests or pre-given values. Both positions are rooted in notions of a self-determining subject, individual or collective. Against these, Habermas posits the discursive opinion and will-formation of a reasoning public. Rather than a consensus of pre-discursive wills or hearts, public opinion formation occurs through an ongoing *process* of rational deliberation that respects difference.” (DAHLBERG, 2005, p.129). Tradução livre: “Tanto para o liberalismo como para o comunitarismo, a legitimidade democrática é derivada da expressão das opiniões já previamente formadas, tanto em termos de interesses pré-discursivos como de valores já dados. Ambas as abordagens estão baseadas em noções de uma auto-determinação do sujeito, seja ela individual ou coletiva. Contra isso, Habermas coloca a opinião e formação da vontade na forma de uma discussão pública. Ao invés de um consenso de vontades pré-discursivas ou de corações em sintonia, a formação da opinião pública ocorreria através de um processo de deliberação racional que respeita a diferença.”

caracteriza-se, assim, por meio de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis, na qual se forma uma rede voltada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões* de modo a constituir fluxos comunicacionais que serão “filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos.” (HABERMAS, 1997, p.92).

Para fins, então, de uma compreensão do lugar da esfera pública dentro do quadro de funcionamento da democracia deliberativa, tomemos o seguinte diagrama para traçar os diversos elementos que estão presentes na formação da opinião e da vontade públicas (Gomes, 2008a, p.84):

MEIO	MODOS	INSTRUMENTOS	MATÉRIA	RESULTADO MATERIAL	META NORMATIVA
Por meio de quê?	Como?	Com que meios ou recursos?	O quê?	Para quê?	Por quê?
Esfera pública	Comunicação pública	Infra-estrutura informal para a comunicação	Questões que nos afetam no cotidiano, na vida concreta	Opinião pública	Influência sobre a decisão política

O quê se pode apreender é que a esfera pública serve como um *medium* pelo qual se processa a comunicação pública que lida com questões de interesse comum. Essa comunicação tem como objetivo gerar opiniões políticas orientadas a influenciar a produção de decisão política, conferindo-lhe, então, o efeito que Habermas denomina de “cerco” do poder comunicativo sobre o sistema político. Se esses são os fins últimos que a formação da opinião e da vontade pública almejam, seus meios se referem aos padrões da argumentação e da interação comunicativa voltada ao entendimento.

Em relação a essas exigências, o parâmetro normativo para uma formação da opinião e vontade públicas em função da racionalidade comunicativa⁵ é um espectro de exigências relacionadas ao entendimento daquilo que é tido por Habermas como uma situação ideal de fala (Habermas, 1997, p.50). Uma situação que encontra nas experiências adquiridas no mundo da vida (*Lebenswelt*) sua forma de realização mais aproximada, pois é nela em que os

⁵ A racionalidade comunicativa corresponde à capacidade de fazer acordos sem coação, de gerar consenso através da fala argumentativa, onde diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista em favor de uma comunidade. Quanto maior for o grau de racionalidade comunicativa, maior será a possibilidade de coordenar ações sem recorrer a coerções e de solucionar consensualmente os conflitos. (COELHO, 2005, p.45).

interlocutores de uma interação comunicativa se encontram para projetar reciprocamente a pretensão de suas emissões e na “qual podem criticar e exhibir os fundamentos destas pretensões de validade, resolver seus desentendimentos e chegar a um acordo.” (HABERMAS apud COELHO, 2005, p.50).

1.2 A esfera pública e sua relação com os media:

As exigências normativas da esfera pública, quando confrontadas em relação à realidade existente dos conflitos que se processam na luta pela imagem e opinião pública da sociedade contemporânea, abrem um quadro de tensão em torno da possibilidade de uma opinião pública autêntica⁶ possa ser realmente formada nas estruturas comunicativas contemporâneas. Isso porque a comunicação daí resultante é, muitas vezes, tida por não contar com uma cultura política intensamente engajada na produção de conversações que tenham como alvo a busca de um acordo moral acerca das divergências que se processam nem por possuir uma arena discursiva de ampla visibilidade que esteja protegida de uma colonização pela racionalidade administrativa e das fontes do poder econômico.

A abertura dessa tensão acaba por se expressar, segundo Avritzer & Costa (2004), na agenda de pesquisa desenvolvida em torno do conceito de esfera pública. Isso porque, o conceito estimulou o “desenvolvimento de duas áreas de investigação na teoria social muito produtivas e, não obstante, contraditórias” (p.704). Enquanto a primeira tratou de identificar as contribuições e articulações que o campo da chamada sociedade civil constituiu para produzir espaços de contestação e transformação de padrões culturais de entendimento (questão que trataremos no capítulo seguinte), a segunda se ateve à tensão entre a autonomia da crítica cultural e os efeitos que a indústria da comunicação de massa teria gerado sobre a discussão pública⁷.

É precisamente nessa segunda agenda de pesquisa que os fatos e normas da esfera pública parecem mais se distanciar. Isso porque, mesmo passados mais de 40 anos desde as críticas mais ácidas que Habermas conferiu ao papel da indústria da comunicação no sentido

⁶ “O primeiro requisito de uma opinião pública autêntica é atendido pela afirmação de que a esfera pública, *medium* fundamental para a geração de opinião pública, apóia-se no mundo da vida. O segundo requisito é explicitado em toda parte. A opinião pública, reitera Habermas, não é um agregado de opiniões sustentadas por pessoas isoladas e expressas privadamente; a opinião só é realmente pública se for precedida por processos de debates coletivos em uma 'esfera pública mobilizada' (Habermas, 1994, p.438). O terceiro requisito, pouco explorado, é a aprovação ou assentimento que ela consegue arrebanhar.” (GOMES, 2008a, p.93-94).

⁷ Uma tensão que tem como ponto de surgimento os trabalhos de Adorno e Horkheimer quando estes sentenciavam a indústria cultural como um agência refratária ao pensamento crítico: “Na indústria cultural desaparecem tanto a crítica quanto o respeito: a primeira transforma-se na produção mecânica de laudos periciais; o segundo é herdado pelo culto desmemoriado pelo culto da personalidade.” (ADORNO, & HORKHEIMER, 1985, p.150)

de degradação do debate público, muitos pontos da análise ainda permanecem de pé, mesmo depois de tantas revisões⁸.

No sentido, então, de sustentar essas análises, formou-se todo “um corpo de literatura dedicada a resenhar o modo histórico com que os meios de massa teriam falhado com a esfera pública.” (GOMES & MAIA, 2008, p.19). Uma falha que aponta a degeneração das funções que foram atribuídas ao jornalismo político desenvolvido nas emergentes sociedades burguesas, funções que eram, no caso, “ligadas aos interesses defensivos (em face do poder do Estado) das camadas burguesas, ou seja, funções não meramente informativas, mas críticas e pedagógicas.” (GOMES, 2008c, p.45). É em referência, portanto, do enfraquecimento dessas funções que o referido corpo de literatura parece ter se desenvolvido.

Essa literatura, no caso, tende a focar tanto os aspectos envolvendo a qualidade argumentativa que a indústria da informação promove quanto a idéia de uma desconexão entre sociedade civil e sociedade política, acusando os *media* de não prover efetivos canais de comunicação entre as duas instâncias (cf. Coleman, 2000, p.67).

Nesse sentido, a comunicação de massa é compreendida muito mais como um obstáculo à deliberação pública. Reside, desse modo, a idéia de que uma produção crítica efetivamente autêntica tem que passar por um enfrentamento das “agências de distorção da esfera pública, tais como a influência exercida pelas grandes corporações dos *media*” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.490)⁹.

Essas análises se desenvolveram com tal intensidade que chegaram a formar escolas importantes na pesquisa acerca da comunicação de massa. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos da *videomalaise* e do *knowledge gap*. No entanto, esses trabalhos não ficaram imunes a críticas nem podem ser considerados como as únicas perspectivas disponíveis para uma apreciação mais exaustiva acerca do que a literatura pode oferecer a respeito dos efeitos da comunicação de massa sobre a deliberação pública. Ainda que as perspectivas em prol do mal estar midiático tenham predominado, há um outro conjunto de pesquisas que aponta para efeitos positivos do sistema informativo constituído pela indústria da da comunicação.

Além disso, deve-se atentar que boa parte da perspectiva que sustenta o mal estar

⁸ Nesse sentido, pode-se notar que as revisões que Habermas conduziu, seguindo o padrão de crítica que lhe foi direcionado, deu-se muito mais no campo da recepção do que no campo da produção da indústria cultural: “Numa palavra, meu diagnóstico de uma evolução linear de um público politicamente ativo a um público ‘privatista’, de uma ‘racionalização da cultura a consumo da cultura’, é muito reducionista. Eu avaliei de maneira muito pessimista a capacidade de resistência e, sobretudo, o potencial crítico de um público de massa pluralista e largamente diferenciado, que transborda as fronteiras de classe em seus hábitos culturais.” (HABERMAS, 1999, p.17).

⁹ Tradução livre de “agents of distortion in the public sphere, such as the influence exercised by large media corporations” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.490)

mediático não costuma ser sensível à heterogeneidade existente no sistema dos *media* nem para as particularidades dos contextos sócio-históricos que acabam por conferir diferentes características às realidades nacionais (Ferree et al, 2002). Como resultado, esses estudos acabam por tratar “os efeitos dos meios de comunicação como se eles fossem os mesmos em qualquer lugar, livres de qualquer condicionamento econômico, político ou cultural.” (MAIA, 2006b, p.18).

Outro fenômeno importante que tem sido sustentado sobre a comunicação de massa é acerca de seu papel em descortinar as zonas de segredo que o mundo político gostaria de manter veladas, mas que acabam por ganhar exibição pública devido à atuação do jornalismo investigativo. Desse modo, esse se apresentaria nas práticas rotineiras da indústria da comunicação como “um perigoso adversário do segredo da esfera política e um potencial sabotador das iniciativas de administração da reserva-exibição dos agentes políticos.” (GOMES, 2004, p.121). O efeito prático dessa atuação do campo da comunicação é que a visibilidade referente aos fatos políticos institucionais se encontra na maioria das democracias liberais “em expansão sobre o campo político reduzindo de forma crescente as esferas de discrição de que se valem a barganha e a política miúda.” (ibidem, p.125).

Os efeitos salutareos da indústria da comunicação disponíveis nessa agenda de pesquisa não cessariam por aí. Tendo em vista o efeito que esse setor da produção econômica gerou em termos de visibilidade e abstração da esfera pública, não se pode negar que implicações importantes para a condução dos negócios públicos se apresentam. Nesse sentido, a constituição de um público ampliado para o qual é direcionado um enorme cardápio de assuntos e fatos do mundo político se apresenta como uma forma importante de gerar conhecimento de perspectivas divergentes entre o público (Calhoun, 1988; Page, 1997) e oportunidades de escrutínio aberto acerca das intenções e ações do poder político.

A inclusividade em questão se dá pelo fato da audiência da indústria da comunicação ser de massa, o que faz com ela comporte em seu interior uma miríade de públicos (homens, mulheres, trabalhadores, empresários, etc). A situação de fala que esse ambiente gera condiciona, portanto, as orientações retóricas aos que nele se manifestam no sentido de tentar alcançar proferimentos que possam ganhar a adesão da maior parcela possível desse público.

Mesmo trabalhando com a hipótese de que apenas elites do poder político têm a oportunidade de se expressarem em tal ambiente, o que subsiste é uma situação de fala que constrange a formação daquilo que os teóricos deliberacionistas chamam de “razões publicamente defensáveis”. Dado que mesmo se constituído, muitas vezes, de um pluralismo

limitado, o ambiente dos *media* contribuiria, assim, “para reforçar o sistema de *checks & balances*, garantindo a competição, a limitação e o auto-controle mútuo dos poderes oficiais.” (MAIA, 2002b, p.10).

Os ganhos e as contribuições que a comunicação produzida pela indústria cultural gerou parecem, assim, bastante fortes para que se continue a se sustentar a perspectiva do mal-estar midiático sem maiores ponderações. É justamente em função dos referidos ganhos em termos de abstração que Habermas irá, em suas obras mais recentes, demarcar a visibilidade da indústria da comunicação como um locus por excelência da *esfera pública abstrata* (Habermas, 1997, p.107). Isso é uma das evidências que demonstram uma transformação na forma com que a comunicação de massa é abrigada no quadro das teorias acerca da esfera pública. Nesse sentido, as perspectivas que vêm se apresentando passam a ter uma maior disposição em aceitar contribuições positivas da comunicação de massa para a formação de um debate público generalizado¹⁰. Uma maior disposição que, no entanto, não estará imune a pontos problemáticos ainda a serem levados em conta:

No arco desses quarenta e cinco anos, passamos de uma perspectiva que claramente responsabilizava a comunicação industrial de massa pela desvirtuação da esfera pública (*Mudança Estrutural*), para uma perspectiva que aceita como fato concreto que a esfera pública predominante repousa sobre a plataforma da comunicação pública mediada pelos meios de massa, pagando, contundo, pelos ganhos em acessibilidade e abstração com a perda da discutibilidade ou, ao menos, de níveis democraticamente densos de discussão pública (*Direito e Democracia*). (GOMES, 2008b, p.118).

Uma perda que, portanto, manterá viva a preocupação no que diz respeito aos padrões argumentativos dos materiais políticos exibidos pelos *media*. Uma preocupação que tem sua razão de ser na polissemia que é própria da noção de esfera pública. Nesse sentido, os requisitos da deliberação se fundamentam em dois sentidos da palavra *publicidade*. Numa primeira acepção ela é entendida como *visibilidade*, daquilo que se opõe ao segredo (encontrando seu lastro de origem na perspectiva kantiana acerca dos testes necessários para assegurar a legitimidade de uma política). Já na segunda, tem-se as requisições de razões públicas, de padrões argumentativos inclusivos que atendam as exigências da intersubjetividade e que prime pela justificação e argumentação das proposições levadas ao público, isto é, daquilo que Gomes (1999, 2007, 2008b) qualifica como *discutibilidade*. Essas duas dimensões são consideradas as pedras angulares de constituição do conceito e é justamente por abrigar tais pontos de origem distintos que o autor avalia ser a noção de esfera pública uma sobreposição condensada da definição de argumentação pública (Gomes, 1999,

¹⁰ Ver Bohman (1996, p.43).

p.212).

Não obstante serem dimensões fundamentais do conceito, elas não ocupariam o mesmo peso na teoria, já que “entre visibilidade e discutibilidade como propriedades da esfera pública, a escolha de Habermas é clara desde *Mudança estrutural: a discutibilidade*” (GOMES, 2008a, p.94). Uma escolha que inclusive teria permanecido em *Direito e Democracia*, na qual “a visibilidade, definitivamente, não se demonstra algo da predileção de Habermas para a constituição do conceito.” (GOMES, 2008b, p.156). Aliás, essa preferência não seria algo particular do autor alemão, já que o conceito de opinião pública que mais mobilizaria a filiação dos autores deliberacionistas seria aquela da “opinião coletiva resultante da discussão pública.” (GOMES, 2008a, p.112)¹¹.

Para Gomes (2008a, p.114-115), essa predileção, no entanto, deixaria escapar dois outros tipos de opinião pública que seriam extremamente importantes para se compreender as fontes que mais influenciariam as ações do sistema político. A primeira alternativa à opinião formada pela discussão orientada segundo os critérios “fortes” da publicidade seria aquela que se habituou a chamar de *opinião publicada*. Os principais responsáveis pela sua produção seriam os profissionais dos *media* que, por meio de seu trabalho de seleção e de enquadramento dos materiais informativos do mundo político, gerariam os insumos de maior visibilidade e, portanto, com maior capacidade em conseguir influenciar o segundo de tipo de opinião que Gomes reclama ser uma espécie de bússola balizadora das ações dos agentes políticos: a opinião pública produzida pelas sondagens de opinião¹².

O argumento de Gomes é que, ao ignorarem o papel fático que esses dois outros tipos de opinião exercem em termos de influência política, os autores deliberacionistas acabariam por colocar em xeque a validade empírica do conceito de esfera pública:

A predileção pela discutibilidade em detrimento da visibilidade tem como consequência enfraquecer empiricamente a noção de esfera pública, embora, de um ponto de vista ideal (epistemológico, como prefere Habermas), a escolha se justifique. A rigor, o fato de as opiniões públicas do tipo dois e três serem mais eficazes do ponto de vista da influência política, aponta para o fato de a visibilidade ser, na prática, mais influente do que a discutibilidade. (GOMES, 2008a, p.115).

¹¹ Um outro autor que parece confirmar a análise de Gomes seria James Bohman (1996) quando este diferencia duas acepções distintas do termo publicidade (*publicity*). Nesse sentido, para Bohman haveria uma acepção fraca de publicidade, entendida como mera visibilidade e uma acepção forte do termo, que consistiria na oportunidade irrestrita da troca de posições argumentativas, na atividade dialógica capaz de contar não somente com um auditório ampliado, mas com um corpo alargado de interlocutores que prefeririam suas posições em relação aos seus parceiros de discussão, primando pelos princípios da compreensibilidade das razões apresentadas e pela igualdade de participação (Bohman, 1996, p.37-46).

¹² “Na verdade, a influência da opinião publicada sobre o sistema político é tão grande justamente em função da sua capacidade de, por sua vez, influenciar a opinião pública do terceiro tipo.” (GOMES, 2008a, p.114-115).

Mas o que consistiria exatamente uma influência maior da visibilidade sobre a discutibilidade? Para que essa questão possa receber uma tentativa de resposta é preciso compreender mais detalhadamente quais fenômenos estão por trás da noção de visibilidade pública. Isso porque, para além da definição já discutida que está vinculada às formas expressivas que se dão a ver, isto é, que estão em contraste à reserva, ao recato e ao segredo, existe ligado a esse termo um fenômeno que carrega níveis bem mais extensos e densos de denotação. Níveis esses que aparecem quando a idéia de visibilidade está referida àquilo que Gomes identificou em sua obra como sendo a noção de *esfera de visibilidade social*.

Uma noção que, aliás, forneceria boas razões ao autor no momento em que ele reclama da pouca importância que Habermas deu à visibilidade ao longo de seu trabalho teórico acerca da esfera pública. Isso porque, segundo a análise do pesquisador brasileiro, esse conceito como domínio daquilo que é público, daquilo sobre o qual se pode falar sem reservas seria, para ele, o sentido mais original da expressão (Gomes, 2006, p.56). Fala-se em uma maior originalidade dessa acepção fazendo-se uma referência implícita a *Mudança Estrutural* quando Habermas discute a noção de esfera pública burguesa como um tipo histórico específico desse fenômeno social. Um tipo histórico de esfera de visibilidade social que possuiu como uma de suas principais características a produção de uma comunicação pública crítica voltada polemicamente em direção ao Estado, ao contrário da esfera pública feudal, a qual “dava-se a qualquer momento e lugar e não era propriamente uma esfera de comunicação política.” (HABERMAS, 1984, p.20-21).

Desse modo, o sentido original apontado por Gomes da noção de esfera pública seria aquele referente ao fenômeno social que “responde a demandas de sociabilidade e comunicação. Fundamental em todas as formas sociais para a construção e manutenção do cimento social” (GOMES, 1999, p.213). A comunicação gerada nesse âmbito não teria como função primeira, portanto, o estabelecimento da discussão pública com fins últimos de alcançar a formação de opiniões que influenciem os processos de tomada de decisão política. O que a esfera de visibilidade pública formaria, nesse entendimento, seria uma gama heterogênea de materiais cognitivos amplamente compartilhados que serviriam para propósitos de sociabilidade, para a formação ou manutenção de laços sociais¹³.

¹³ Um tipo de coesão social que nem por isso se qualifica como uma discussão sempre sociável, de tom amistoso e cordial. Para efeito de um exemplo hodierno, a indústria cultural esportiva (no caso brasileiro, especialmente a do futebol), a qual encontra no trabalho dos *media* seu principal espaço de construção simbólica, fornece insumos para sociabilidade em torno qual há a constituição de uma comunicação generalizada perpassada pelos diversos níveis de sociabilidade, desde a mais amistosa até aquela que rompe com qualquer noção de cordialidade: a violência.

Mas, então, porque a noção de esfera de visibilidade social se apresentou com tanta força nas primeiras formulações de Habermas acerca da esfera pública se o que sempre interessou ao pensador foi a comunicação crítica empreendida pela esfera civil cujo objetivo era provocar influência sobre o poder político? A explicação pode ser encontrada no fato de o que período que marcou o surgimento do Estado moderno ter sido justamente o momento inaugural em que a esfera de visibilidade social se viu habitada por uma comunicação crítica. Comunicação esta que, ao ser empreendida por sujeitos destituídos de influência formal sobre o sistema político, construíram uma forma de fazer com que, pela primeira vez, o poder político perdesse sua aura e altura (Gomes, 2008b, p.134).

Mas se esse momento inaugural marcou uma novidade nas formas de visibilidade social precedentes, porque, então, privilegiar a argumentação crítica, publicamente orientada em detrimento dessa teia expressiva mais larga, que contém tantos os assuntos do mundo político como de outros campos sociais? Nesse sentido, uma resposta possível seria que o conceito de esfera pública trabalhado por Habermas sempre teve a intenção de ser um instrumento analítico para identificar fenômenos pelos quais uma contigüidade entre esfera civil e esfera política pudesse ser apreendida de modo a atender os princípios modernos da soberania popular. E para isso, a noção de esfera de visibilidade social só se faz útil quando designa aqueles materiais que possam formar opinião pública politicamente relevante. Devido a isso, pode-se perceber porque Habermas se viu tão preocupado quando percebeu, dentre vários outros fenômenos, que o *medium* fundamental por onde esses materiais circulavam – a imprensa - se viu invadido pelas outras instâncias da visibilidade social e por sua lógica mais essencial: a constituição de sociabilidade. Uma invasão que, a um só tempo, alargou aquela até então bastante reduzida esfera de visibilidade pública política a uma audiência muito mais ampla quanto diminuiu sensivelmente suas formas expressivas crítico-rationais¹⁴.

Que, então, as novas formatações que a esfera de visibilidade pública política adquiriu com o advento da indústria cultural também constituem aspectos democráticos importantes é algo que já parece ser um ponto pacífico, tal como foi observado acima quando examinamos algumas das perspectivas mais recentes de Habermas. No entanto, ao persistirem as preocupações do autor quanto à qualidade argumentativa do ambiente da comunicação de

¹⁴ Estamos nos referindo aqui ao fenômeno identificado em *Mudança Estrutural* (Habermas, 1984) que aconteceu com a imprensa. Se entre os séculos XVII e XIX, ela era dominada por um jornalismo político amador que alcançava uma pequena parte da população (algo em torno de 5%), o século XX transformou essa imprensa à condição de indústria cultural, o que fez com que as editoriais de política perdessem espaço, gerando, assim, uma ampliação considerável na proporção de leitores. É, devido a essa escala bem mais robusta de receptores, que surge a idéia de uma comunicação de massa.

massa¹⁵, permaneceria um ato analítico que, para Gomes, seria um tanto despropositado.

Isso porque os *media* não teriam a responsabilidade de serem somente, ou predominantemente, debate público, já que sua função primeira seria prover insumos para a produção de sociabilidade, de constituir visibilidade pública. Essa preocupação persistente, portanto, faria eco a um movimento analítico que Gomes avalia ser um pecado conceitual grave de Habermas, que foi confundir a cena pública com a esfera de discussão pública. Ao realizar uma sobreposição de ambas, esperando que as caracterizações da segunda superassem as da primeira, resolveu-se, então, que algo muito grave se passava com a esfera pública.

A análise de Gomes parece delimitar de maneira mais nítida dois fenômenos de naturezas distintas, abrindo assim a perspectiva de se encarar a esfera de visibilidade constituída pelos *media* com menores obrigações, ao mesmo tempo em que condicionaria o exame das argumentações políticas ocorridas fora dos *media* a muito mais relevância do que se poderia anteriormente prever.

Não obstante, parece que Gomes posteriormente volta ao estado inicial do debate, já que os problemas que afligiram Habermas e vários teóricos deliberacionistas permanecem extremamente sólidos quando o próprio autor afirma que a visibilidade é mais influente do que a discutibilidade.

Ora, então nada de adiantaria realizar esse refinamento conceitual se, no final de contas, o resultado for o mesmo: uma esfera de mera exibição política, extremamente pobre em termos de discutibilidade, obtendo mais poder e influência do que a esfera de discussão pública propriamente dita. É por isso, então, que Gomes se coloca em desagrado quando Habermas fornece doses de atenção decrescente ao papel exercido pela visibilidade na conformação da opinião pública.

Nesse caso, talvez não se trate simplesmente que a atenção seja decrescente a esse fenômeno, mas sim que aumenta na obra do autor alemão a importância dos processos de intercruzamento entre as diversas arenas comunicativas, de modo a permitir a identificação de uma esfera pública influente e autêntica operando na sociedade contemporânea. Um projeto que, aliás, já tinha sido esboçado na parte final de *Mudança Estrutural*¹⁶ e que passa a ganhar

¹⁵ “Antes de serem posta no ar, tais mensagens são submetidas a *estratégias de elaboração de informação* [...] A personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública.” (HABERMAS, 1997, p.110).

¹⁶ Eis a passagem que explicitaria de modo mais claro esse projeto: “Uma opinião rigorosamente pública só pode estabelecer-se, pelo contrário, à medida em que ambos os setores de comunicação passam a ser intermediados por aquele outro, que é o da ‘publicidade crítica’. Certamente, uma tal mediação só é possível hoje, numa ordem de grandeza sociologicamente relevante, por meio da participação de pessoas privadas num processo de

contornos mais nítidos no início da década de 90 quando se fornece a questão que revelaria uma porosidade entre instâncias de comunicação de modo a sustentar debates políticos em função das duas dimensões que vimos ser próprias da noção de esfera pública (a discutibilidade e a visibilidade):

é possível, e, em que medida, que um espaço público dominado pelos mass-mídia possa conceder oportunidades aos atores da sociedade civil de porem em cheque, com alguma esperança, o poder invasor das mídias políticas e econômicas e, então, de mudar, de reconstituir de maneira inovadora e de filtrar de maneira crítica o espectro de valores, de temas e razões canalizadas por uma influência exercida do exterior? (HABERMAS, 1999, p.27).

Em *Direito e Democracia*, essa porosidade é prevista a ocorrer com o estabelecimento de procedimentos que permitiriam uma combinação entre as deliberações realizadas pelas instâncias formais quem compõe o sistema político com as conversações e entendimentos capilarizados pelo tecido social. Nesse momento, então, o intercruzamento entre diversas arenas comunicativas passa a ganhar horizontes cada vez mais amplos e anárquicos. Nesse sentido, o que ocorreria seria muito mais a constituição de diversas arenas discursivas que se organizariam e se cristalizariam no interior de associações. Essas, por sua vez, agenciariam o movimento de fluxos comunicacionais “formando os componentes informais da esfera pública geral.” (HABERMAS, 1997, p.33). Nesse processo, não se perde de vista o papel exercido pelos *media* nem pela sociedade civil organizada em prover a *eficácia* necessária para que essas dinâmicas comunicativas exerçam pressão sobre o sistema político:

Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a *iniciativa* de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, “advogados”, autoproclamados, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos

comunicação formal conduzido através das esfera públicas internas às organizações.” (HABERMAS, 1984, p.287). No texto sobre a esfera pública, 30 anos depois, o autor coloca a questão mais nitidamente: “É nessa perspectiva que se explica o modelo, provisoriamente esboçado no fim do livro, de uma arena dominada pelos mass-media, nas quais se chocam tendências contraditórias. O nível de vassalização do poder devia-se medir em função do grau segundo o qual as opiniões informais não públicas (e, pois, essas evidências culturais, que constituem o contexto do mundo vivido e o fundamento da comunicação pública), são curto-circuitadas pelo fluxo de opiniões formais, quase públicas, produzidas para os mass-mídia, sobre as quais a economia e o Estado tendem a agir como sobre elementos do ambiente do sistema, ou melhor, na medida em que esses dois domínios são mediatizados por uma publicidade crítica. Eu considerava, então, que essa publicidade crítica não podia ser levada senão pelos partidos e pelas associações democratizadas do interior. Os espaços públicos constituídos no seio dos partidos e das associações me pareciam representar o ponto de junção virtual para uma comunicação pública ainda suscetível de ser regenerada. Essa conseqüência resultava da passagem a uma sociedade de organização na qual não são mais os indivíduos livremente associados, mas os membros de grupos coletivos organizados no seio de um espaço público policêntrico, que entram em concorrência para obtenção de consentimento de massas passivas, que lutam tanto entre si, como, sobretudo, contra o complexo massivo das burocracias estatais com vistas a estabelecer compromissos de interesses e de poder.” (HABERMAS, 1999, p.18).

profissionais, universidade, etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas. E estes, por seu turno, têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois, para atingir o grande público e a “agenda pública”, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. (HABERMAS, 1997, p.116 – grifos do autor).

As proposições de Habermas, nesse caso, parecem ser perfeitamente compatíveis com as análises de Gomes quando este aponta que a “esfera pública contemporânea, como esfera argumentativa, realiza-se em grande parte fora da comunicação de massa.” (GOMES, 2008b, p.147). É essa, então, a análise que fundamenta a idéia de que a página digital de comunicação do *Greenpeace* faz parte de uma arena de argumentação que se torna eventualmente uma fonte da comunicação de massa, conferindo porosidade aos trabalhos interpretativos que são utilizados pela organização para se definir determinados problemas políticos.

Esse tipo de esfera de argumentação, desse modo, manteria intensa relação com a esfera de visibilidade pública já que provêm justamente dela o maior volume de fatos e materiais políticos que são apropriados e processados nas discussões políticas estabelecidas nas mais diversas circunstâncias sociais (desde aquelas dos pontos de ônibus até as do Parlamento).

Nesse sentido, há aqui em perspectiva de que uma série de debates que se processam na esfera de discussão pública possui um ponto de contato intenso com a esfera de visibilidade pública¹⁷. Um contato que, no caso, não seria do tipo cartesiano, em que as questões processadas nas esferas de discussão pública são simplesmente lançadas à visibilidade. Em sentido diverso, o contato se estabelece a partir de um digrama circular de retro-alimentação em que as questões tornadas visíveis voltam para as arenas comunicativas gerando novos impulsos interpretativos¹⁸, os quais, por sua vez, poderão voltar a ser lançados aos *media*.

Um diagrama que poderia ser identificável muito bem com a porosidade discursiva

¹⁷ “[...] o campo da comunicação tem o poder de seqüestrar os temas políticos para a esfera de visibilidade ou de iniciar discussões de temas políticos, gerando com isso: a) uma discussão em público por agente políticos e pelos que têm lugar de fala na sociedade, b) a visibilidade das discussões que, de outro modo, aconteceriam em âmbito particular ou reservado; c) o fornecimento de *inputs* para muitas discussões com pouca visibilidade (mas com algum grau de eficácia) na sociedade civil.” (GOMES, 2008b, p.160)

¹⁸ “Aquilo que se dispõe ao conhecimento comum no ‘espaço de visibilidade midiática’ pode ser ‘destacado’ do denso ambiente informativo e passar a alimentar diferentes discussões politicamente relevantes. Isso coloca em movimento diversas interações e lutas dentre e entre os agentes sociais e interfere, de maneira dinâmica, nas próprias relações sociais e na organização dos debates fora da mídia (Gamson, 2001; Bennet e Entman 2001).” (MAIA, 2004, p.17).

que Habermas aponta como sendo o movimento de adensamento que as discussões passam quando culminam em opiniões públicas. Um processo que, a partir do momento que envolve o âmbito dos *media*, o próprio Gomes descreve com precisão:

podemos ao menos imaginar um diagrama circular de trânsito entre as duas esferas. Na verdade, trata-se da fluidez fundamental das sociedades contemporâneas que faz com que temas “situados” na cena midiática “entrem” e “saíam” dos *media* provenientes da esfera pública ou dos sujeitos sociais e destinados aos sujeitos sociais e à esfera pública. Nesta perspectiva, a idéia da esfera pública política à mercê dos *media*, entendidos como uma instância produtora e gerenciadora de mensagens voltadas para a dominação, perde força e capacidade de convencimento em volumes consideráveis. (GOMES, 1999, p.225).

Se o que é tornado visível não é simplesmente uma criação independente por parte dos *media*, mas estabelece uma conexão dinâmica com os processos comunicativos gerados em ambientes de comunicação fora dos *media* e que, muitas vezes, detém fortes doses de discutibilidade¹⁹, então não se pode reclamar que a *opinião publicada* não tenha lastro na discutibilidade. Desse modo, talvez não seja totalmente próprio se acusar Habermas de sustentar um quadro teórico que não *prevê* uma dimensão empírica consistente para explicar a esfera pública contemporânea. Isso não quer dizer que a pouca atenção dada à visibilidade produzida pela indústria da comunicação de massa não possa ser considerada uma lacuna a ser preenchida por outras pesquisas. Uma lacuna, isso porque o quanto, de fato, existe de autenticidade e efetividade de uma opinião pública agindo como um cerco sobre o sistema político é algo que o próprio Habermas considera ser uma tarefa de pesquisa ainda a ser plenamente realizada.

Em contrapartida, grande parte de seus esforços vai justamente no sentido de conceder *plausibilidade* a esse fenômeno. Um esforço que é combinado, ao mesmo tempo, com a identificação dos riscos e das insuficiências que se apresentam no quadro das democracias contemporâneas para a realização de uma esfera pública não colonizada pela racionalidade instrumental ou que não incorra em curtos-circuitos procedimentais (Habermas, 1997, p.120-121).

Retomando-se, então, a questão acerca da perspectiva analítica de se pensar a visibilidade social controlada pela indústria da comunicação a partir de um olhar menos apartado dos fluxos comunicativos processados nas diversas arenas comunicativas, coloca-se, então, novas questões concernentes aos aspectos democraticamente normativos sustentados pelos *media*. Nesse sentido, levanta-se a questão se essa visibilidade midiática - além de

¹⁹ Tome-se, como exemplo dado por Habermas, as revistas ligadas a associações da sociedade civil, a clubes, academias, grupos profissionais, universidades etc.

conferir um maior grau de influência sobre o sistema político das opiniões aí circulantes – não realizaria outras funções democraticamente saudáveis em relação aos fluxos comunicativos operados na esfera pública.

Para responder a essa questão, algumas das análises e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Comunicação se mostram bastante úteis. Isso porque elas conseguiriam dar conta de lacunas que estariam presentes nas análises de Habermas e de outros autores deliberacionistas quando se trata de pensar os papéis mais específicos que a visibilidade da comunicação de massa oferece em termos de ganhos para a discussão pública.

Nesse sentido, uma das questões que tem mobilizado mais recentemente os esforços de algumas pesquisas (Maia, 2009a; Mendonça & Santos, 2009) é a idéia de que os *media* não apenas tornam a pluralidade das posições políticas disponíveis, mas que eles mesmos servem de palco para a constituição de debates públicos, em que os posicionamentos dos interlocutores vão se modificando e respondendo uns aos outros de acordo com os lances argumentativos apresentados. Essas dinâmicas que são mais facilmente perceptíveis nas interações dialógicas face a face, em que cada lance argumentativo é imediatamente cercado por outros pode fazer parecer que seja inadequado se pensar as mesmas dinâmicas no contexto midiático. Não obstante, argumenta-se que a falta de uma interação face a face entre as vozes e posições políticas que são apresentadas não impede que um processo argumentativo se instaure no próprio âmbito de visibilidade dos *media* de acordo com lógicas de curto, médio e longo prazo. (Maia, 2008b)²⁰.

Gomes, nessa direção, aponta diversas razões que fariam da esfera de visibilidade pública controlada pelos *media* algo fundamental para a constituição dos debates públicos²¹:

a) a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a *disponibilidade* e a *acessibilidade*, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente – o que equivale a perder-se – se não se convertem em *visibilidade*; b) a esfera de visibilidade pública *torna disponíveis*, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena pública.

²⁰ Isso não quer dizer, por outro lado, que a função primordial dos *media* seja produzir discussão pública. Como já se discutiu anteriormente, a compreensão que se estabelece é que os *media* exercem diversas funções que extrapolam em muito suas funções políticas.

²¹ Ricardo Mendonça também destaca alguns aspectos positivos em relação ao papel dos *media* em prover situações de comunicação que promovem qualidades importantes ao debate público: “Os *media* também têm papel fundamental nesse processo ao possibilitar interlocuções mais amplas e publicamente acessíveis. A materialização do discurso em produções midiáticas demanda certas ordenações e construções que facilitem a compreensibilidade, além de impor certos constrangimentos em virtude da abrangência de sua audiência. (MENDONÇA, 2006, p.82-83).

(GOMES, 2008b, p.136).

É devido, então, a essa ação de tornar disponíveis os insumos principais que irão constituir o processamento das discussões e conversações políticas que se fundamenta um das razões pelas quais é importante para atores cívicos como o *Greenpeace* fazer com que suas contribuições ganhem visibilidade nos *media*.

Essa importância se expressa nas análises de Maia quando ela atribui aos *media* o papel de pré-estruturar a esfera pública política. Isso porque, quando realiza a conversão da mera acessibilidade à visibilidade, os *media* estariam, ao mesmo tempo, criando “um tipo peculiar de audiência: um público não simultâneo de ouvintes, leitores e telespectadores.” (MAIA, 2004, p.16). Além disso, deve-se falar em pré-estruturação devido ao “volume informativo altamente denso e diversificado presente na cena midiática e pela impossibilidade de determinar *a priori* o modo pelo qual os telespectadores, ouvintes e leitores irão adquirir e utilizar os bens simbólicos mediados.” (ibidem).

Outra contribuição teórica que tem inspirado perspectivas analíticas que colocam em suspeição a abordagem do mal estar midiático advém da idéia de sistema deliberativo (Mansbridge, 1999). Em sintonia a essa abordagem sobre o processo deliberativo, Maia (2006) propõe – de acordo com a abordagem desenvolvida por Habermas (1997) de analisar a sociedade contemporânea em termos de sub-sistemas sociais - que, no processo deliberativo, os próprios *media* não poderiam ser visto de modo homogêneo, pois como todo sub-sistema, ele estaria organizado em formas hierárquicas e deteria complexidades que seriam típicas da organização sistêmica. Nesse sentido, o ambiente midiático seria composto por diferentes tipos de mídia, com formatos distintos de organização, funcionamento e regulamentação, apresentando, desse modo, especificidades irreduzíveis. (MAIA, 2004, p.15).

Os *media*, nessa perspectiva sistêmica, contariam com relativa autonomia “para a produção da comunicação, através de códigos e de semânticas específicas, em ambientes de ação ordenados e validados por critérios próprios.” (MAIA, 2006b, p.21).

Ora, ao estabelecer esses modos operativos autônomos em relação aos outros sub-sistemas, os *media*, quando constituem momentos de discussão pública dentro de seu campo de ação, fazem-no a partir de condições *a priori* que determinarão quem fala, quando, quanto (frequência) e como se fala. Isso implica que, nas ocasiões em que os *media* funcionam como arenas discursivas em que o debate público é promovido, já estariam, mais ou menos, estabelecidas as condições expressivas pelas quais esses debates se desenvolverão. Dado que essas condições operam a partir de contratos tacitamente estabelecidos entre os profissionais

desse sub-sistema, faz-se com que, então, os *media* apresentem eles mesmos regras de ação que deverão ser seguidas pelos agentes políticos para conquistarem visibilidade. Isso implica, que no final das contas, são os *media* que “detém os instrumentos para a produção de visibilidade, através de rotinas e de modos operatórios próprios, dos quais atores de outros subsistemas dependem.” (MAIA, 2006b, p.25).

Tal análise estabelece que, para adentrarem o campo da visibilidade promovida por esse sub-sistema, os agentes políticos precisam operar a partir de critérios e valores que possuem pouca correspondência aos promovidos pelo seu próprio sub-sistema (no caso, o político). Ademais, está também em jogo que os profissionais dos *media*, ao deterem relativa autonomia em relação aos outros sub-sistemas, sobra a eles um espaço de operação que permite uma ação ativa de construção da visibilidade social.

É por tais análises que se faz, cada vez mais, problemático pensar os *media* como instrumentos na mão das elites políticas, que conduziriam a cena de discussão pública de modo manipulativo. Isso faz com que as diversas análises que defendem a perspectiva do mal estar midiático fiquem, cada vez mais, difíceis de serem sustentadas. É tendo em vista esse modo de compreender o ambiente midiático que se torna mais compreensível a necessidade do *Greenpeace* se valer dos critérios de noticiabilidade midiática para conseguir uma ampla visibilidade de suas contribuições críticas. Uma visibilidade que, nesse sentido, faria com que essas contribuições possam conseguir, de maneira mais eficiente e veloz, atingir diversos contextos comunicativos, arenas discursivas e âmbitos interacionais do sistema deliberativo.

No entanto, como se poderá verificar no próximo capítulo, há boas razões fundamentadas na idéia de justiça política e no próprio conceito de esfera pública para que o mal estar midiático ainda possua sua razão de ser. A partir do momento que se descobre, de modo cada vez mais nítido, que o espaço de representação e de debate público promovido pelos *media* está encarnado de regras de ação que sustentam um pluralismo extremamente limitado e normativamente contrário às expectativas do conceito de esfera pública, então ainda seria razoável conservar algumas restrições analíticas quanto ao papel democrático exercido pela indústria da comunicação de massa.

CAPÍTULO II:

A participação discursiva dos atores cívicos na era da comunicação de massa

Nesse capítulo, serão discutidos os problemas que se apresentam na esfera de debate promovida pelos *media* tendo em vista as noções normativas do conceito de esfera pública. Um dos principais problemas apresentado e confirmado por diversas pesquisas empíricas é que, apesar de ocupar um lugar absolutamente central no conceito de esfera pública, a sociedade civil se vê sistematicamente desprivilegiada da cobertura política promovida pelos *media*. Como tentativa de resposta a esse problema, serão discutidas as oportunidades disponíveis na literatura da democracia deliberativa em que uma situação empiricamente consistente de realização da esfera pública pode se dar no contexto social contemporâneo. No desenvolvimento dessa discussão, será apontado que, para organizações com o perfil do *Greenpeace*, a conquista de uma visibilidade midiática será vista como importante, de modo, então, que seja possível a conquista de influência política. Para tais objetivos, romper com a invisibilidade destinada aos atores cívicos no ambiente midiático se revela como um problema real a ser enfrentado. Não obstante, a última parte do capítulo argumenta que esses objetivos só se mostrariam adequados a uma dinâmica similar à prevista pelo sistema deliberativo caso se atente às características que definem a vocação democrática dos diferentes atores cívicos. Nesse sentido, são discutidos alguns parâmetros analíticos adequados para verificar tais características em relação ao *Greenpeace*.

2.1 O debate mediado e seus públicos: quem delibera?

Conforme foi discutido no capítulo anterior, as opiniões circulantes no espaço de visibilidade dos *media* confere uma chance significativamente maior de exercício de influência política do que aquelas que não estão visíveis em tal espaço. Essa é, aliás, uma compreensão fortemente compartilhada pelos teóricos deliberacionistas. Ao perceberem que os *media* acabam se mostrando como arenas discursivas privilegiadas em exercício de influência política, então, em coerência com as expectativas normativas da esfera pública - que espera alcançar uma interação dialógica entre esfera civil e esfera política (Habermas, 1989, 1997, 1999) - eles irão, a partir daí, mostrar-se bastante preocupados com os padrões de participação discursiva promovidos pela indústria da comunicação de massa. Trata-se, nesse caso, daquela preocupação relacionada aos “impedimentos informais à uma participação paritária que podem persistir mesmo depois que todos tenham sido formalmente e legalmente

licenciados a participar” (FRASER, 1992, p. 119)²².

Impedimentos informais esses que, ao serem pensados em relação aos *media*, foi traduzido por Wessler (2007) como “input dimension” da arena discursiva da comunicação de massa. O que se deve esperar, então, dessa dimensão?

Se o que está em questão é uma das arenas discursivas com maior peso na sociedade contemporânea, o princípio da justiça política que esteve sempre ao lado da noção de publicidade parece se mostrar, nessa ocasião, especialmente imprescindível:

A liberdade de acesso e a participação paritária (direito igual de emitir opinião) são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições. (COHEN, 2003, p.426).

De acordo, então, com esse princípio central à idéia mesma de democracia, o que se espera e se defende é “a necessidade de garantir uma competição justa entre os grupos, a fim de que todos tenham chances iguais de expressar seus interesses e se fazer representar.” (MAIA, 2004, p.19). Um senso de justiça que, diante de um contexto social marcado por profundas desigualdades econômicas, precisaria, ao menos garantir, condições de fazer com que perspectivas e grupos inseridos nessas desvantagens possam ser tratados em condições de paridade participativa na formação da opinião e da vontade públicas. Isso porque, só a partir dessas condições é que se garantiria a impossibilidade da locução despótica, assim como se forneceria a possibilidade de iguais chances de influência “a todos os participantes da discussão, sobretudo àqueles mais fracos que não podem retirar de outras esferas a força para impor a sua causa.” (GOMES, 2004, p.198).

Diante de tais exigências normativas, um primeiro aspecto problemático a ser sido discutido seria o modelo de economia política dos meios de comunicação que tem predominado na maior parte das democracias contemporâneas. Se a expectativa é que a arena de discussão pública deva garantir condições para que até mesmo públicos com baixo capital econômico possam se valer em iguais chances de participação, tais chances ficariam sensivelmente prejudicadas a partir do momento que a estrutura comunicativa da comunicação de massa passa a ser controlada por grupos economicamente poderosos e que buscam atingir, com essas estruturas, a maximização de lucros financeiros. Tal raciocínio faz com que o sistema dos *media* em que predomina o controle privado da comunicação

²² Tradução livre de: “informal impediments to participatory parity that can persist even after everyone is formally and legally licensed to participate.” (FRASER, 1992, p. 119)

(principalmente em países como o Brasil e os EUA) passe a ser visto como uma barreira aos públicos atingidos por desvantagens econômicas e outros tipos de exclusão historicamente constituídos. Nesse modelo de economia política da comunicação, as pressões de exclusão social tenderiam, então, a prejudicarem intensamente o princípio da justiça política:

Parece-me que a vida democrática tem como suas pré-condições, dentre outras coisas, uma exigência de igualdade de chances para quem participa da disputa política e uma exigência de que os cidadãos devam ter oportunidades de formar de maneira livre e correta a sua própria opinião política. Ora, parece-me que justamente essas duas condições de possibilidade do modo de vida democrático não se encontram asseguradas em sociedades que permitem o controle particular da informação política. (GOMES, 2004, p.184).

O controle privado dos meios, não obstante, não se mostra como necessariamente uma contraposição direta à diversidade de posições políticas e opiniões. Como já se pontuou brevemente no capítulo anterior, a arena discursiva dos *media* tem sido identificada como um espaço plural de produção de opinião pública devido, inclusive, a um tipo de cultura profissional típica do campo do jornalismo que estabelece como metas fundamentais a pluralidade e a objetividade como bússolas de ação.

No entanto, o que se tem cada vez mais colocado em questão é o alcance desse pluralismo, o qual não seria compatível com a amplitude maior de posições que existiriam na sociedade e que tentam frustradamente obterem visibilidade. Nesse sentido, Maia argumenta que as perspectivas das correntes pluralistas “mostra-se frágil para lidar com as desigualdades deliberativas” (MAIA, 2004, p.20). Isso porque a pluralidade que, de fato existe, seriam de agentes com algum tipo de capital pré-existente (político, econômico, cultural etc) e que,, devido a esse capital, teriam acesso privilegiado à visibilidade dos *media*. Isso implica, portanto, que a visibilidade pública estaria bloqueada àqueles que não podem retirar capital de outros campos para conseguir força suficiente conferir visibilidade à sua causa. Tal situação faz com que o pluralismo promovido pelos *media* não consiga ser interpretado muito além das análises estabelecidas pelas teorias afeitas ao elitismo democrático.

Justamente por recusarem as premissas e as metas normativas dos modelos elitistas de democracia é que os autores deliberacionistas irão identificar um segundo aspecto problemático em relação ao espaço discursivo sustentado pelos *media*. Trata-se justamente do fator “sociedade civil” e da sua participação normativa que, como veremos mais adiante, é prevista pelo conceito de esfera pública.

Nesse sentido, Bohman vai destacar os efeitos perversos sobre a esfera pública que a comunicação de massa sustenta a partir do momento que estabelece pouquíssima interação com o público, tal como ocorreria nos dispositivos constitucionais que regulam a participação

pública no Estado, com os cidadãos tendo, portanto, pouco controle sobre os sistemas de significação promovidos pelas estruturas midiáticas (Bohman, 1996, p.235). Essa falta de controle resultaria naquilo que se chama de assimetria da opinião publicada, marcada pelo “fato de que apenas alguns são falantes e de que quem exerce o papel de audiência normalmente não pode ocupar espaço do palco no teatro político.” (GOMES, 2008b, p.132).

Mas qual é, no final de contas, o real tamanho dessa assimetria? Se há uma insistente acusação em relação aos meios de comunicação de promoverem desigualdades deliberativas, as apurações empíricas que mensuram os diferentes agentes sociais e suas respectivas cotas de visibilidade nos espaço dos *media* têm constatado justamente tal insistência.

Nesse sentido, um estudo acerca dos vídeo-segundos do jornal de maior audiência na esfera brasileira (o Jornal Nacional) mostra a vala que existe entre os agentes de campo político e os da sociedade civil (Gomes, 2008d). Um abismo que, aliás, existe não apenas entre essas esferas, mas nelas próprias. No entanto, uma assimetria interna à esfera civil é algo inconcebível, já que esta se encontra praticamente ausente no noticiário do JN.

Pode-se, por outro lado, questionar se esse quadro de distribuição de fala não seria algo particular ao JN em específico, abrindo-se assim a possibilidade de que outros veículos e produtos jornalísticos possam se mostrar mais abertos às opiniões de atores provenientes da sociedade civil.

Não obstante, mesmo essa se mostra, cada vez mais, uma possibilidade frustrada, já que os estudos revelam que até mesmo produtos jornalísticos considerados mais densos em termos de informação e de provimentos de fontes reproduzem os mesmos padrões de distribuição de visibilidade. Nesse sentido, é emblemática a pesquisa de Miguel & Tokarski quando se demonstra que mesmo as revistas semanais ignoram sistematicamente as falas dos agentes da sociedade civil. Conforme os dados da pesquisa, essa esfera de ação “recebe pouca cobertura em todo o material analisado, o que se acentua no período eleitoral, quando não ocupa qualquer espaço no noticiário de Veja e quase nenhum em Carta Capital.” (MIGUEL & TOKARSKI, 2008, p.11).

Nesse sentido, um grande mal-estar midiático ainda persiste de modo intenso quando se trata da invisibilidade das perspectivas da esfera civil que se processa a partir do momento que os *media* se encarregam de anular a possibilidade de que a cidadania esteja aparelhada para, de algum modo, intervir e influenciar nas deliberações que aí se processam. Um tipo de barreira que, desse modo, anularia “o controle sobre a esfera pública pela esfera civil justamente impedindo o seu elemento mais essencial: a visibilidade das argumentações e a

acessibilidade a todos os concernidos para que se tornem, a qualquer momento, participantes do jogo político.” (GOMES, 2004, p.203).

Assim, o que se apresenta é um sério comprometimento da realização efetiva da noção de esfera pública por si mesma. Se, no capítulo anterior, a idéia de uma plausibilidade da dimensão empírica dessa noção foi sustentada contra as desconfianças de que ela teria validade apenas epistemológica, no atual momento essa desconfiança parece novamente ganhar força, só que sob novos argumentos e evidências. Em face do raciocínio de que a visibilidade apresentada pela cena midiática deveria ser vista em perspectiva a uma conexão com a discutibilidade operada nas diversas esferas de discussão pública, o problema que surge agora é que as únicas arenas discursivas que parecem ter alguma ressonância no espaço de visibilidade midiática são aquelas constituídas pelas altas instâncias do poder político. Não haveria, portanto, uma porosidade ampla articulando o círculo estreito das discussões operadas pelo centro do poder político com aquelas levadas a cabo pela sociedade civil.

Se tal realidade em nenhum momento comprometeria a validade da noção de esfera pública²³, por outro lado, a capacidade dessa noção em descrever os fenômenos que constituem a formação do poder político nas sociedades democráticas hodiernas passaria a ser bastante limitada. Nesse sentido, as pesquisas que vêm mensurando a distribuição de visibilidade nos sistema dos *media* parecem prejudicar, de modo muito mais intenso, a *plausibilidade* da dimensão empírica da esfera pública e vão reforçando, mais consistentemente, as preocupações de Habermas quanto às tendências de afastamento do sistema administrativo das demandas e inovações produzidas pelas camadas periféricas da esfera pública, resultando, então, com que se manifestem processos ilegítimos acumulados nas operações do sistema político contemporâneo²⁴. Dentre as circunstâncias que favorecem esses processos de produção de uma esfera pública frágil (com pouca porosidade comunicativa entre esfera civil e esfera política), ele mesmo não hesita em abordar responsabilidade dos *media*:

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. Isso vale

²³ “Seguramente, essa análise incontestável não desmente os direitos à integração e à igualdade ilimitada incorporadas na compreensão de que esfera pública liberal tem dela mesma – ao contrário, ela os exige.” (HABERMAS, 1999, p.11).

²⁴ “A emancipação do poder ilegítimo e fraqueza da sociedade civil e da esfera pública política podem configurar um ‘dilema legitimatório’, o qual pode combinar-se eventualmente com o trilema da regulação, formando um grande círculo vicioso. A partir daí, o sistema político é absorvido por déficits de legitimidade e de regulação que se reforçam mutuamente.” (HABERMAS, 1997, p.121).

especialmente para opiniões que extrapolam o leque de opiniões da grande mídia eletrônica, ‘equilibrada’, pouco flexível e limitada centristicamente. (HABERMAS, 1997, p.110).

Mas se, de fato, a esfera pública coetânea continuaria perpetuando padrões de seleção que comprometem tanto sua normatividade interna quanto a noção de justiça política que a perpassa, como explicar então as diversas transformações sociais promovidas pelos movimentos sociais e por agentes da sociedade civil no quadro das sociedades democráticas contemporâneas? Como se explica o sucesso dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, a paulatina conquista de direitos reprodutivos, de expressão e institucionalização da diversidade sexual? Como se explica, aliás, a crescente preocupação ambiental, a qual foi, durante décadas, tida como uma questão restrita a um discurso marginal operacionalizado por militantes ecologistas, mas que agora toma conta da agenda política oficial tanto da Europa como dos EUA? Como se explica tal sucesso que é inclusive apontado por Edwards (2004) como resultado de uma mobilização levada a cabo por estratégias midiáticas por parte desses movimentos?

Se essas cotas apresentam, desse modo, sérios problemas à capacidade do debate mediado em prover, de fato, uma contribuição relevante para a descrição desses fenômenos, é preciso, então, recorrer às perspectivas que possam apontar para a resolução dos paradoxos aí apresentados.

2.2 As possibilidades de uma visibilidade pública habitada pela sociedade civil:

Uma primeira possibilidade é apresentada por Habermas quando este avalia que os momentos de crise societal costumam oferecer chances muito mais favoráveis às contribuições dos atores críticos do que nos tempos de estabilidade. Nesse sentido, argumenta-se que:

Quando tomamos consciência da imagem difusa da esfera pública veiculada pela sociologia da comunicação de massa, que aparece submetida ao poder e à dominação dos meios de comunicação de massa, cresce nosso ceticismo em relação às chances de a sociedade civil vir a exercer influência sobre o sistema político. Todavia, tal avaliação vale somente para uma *esfera pública em repouso*. (HABERMAS, 1997, p.113- grifos do autor).

A idéia, nesse caso, que é que, em momentos de uma esfera pública mobilizada²⁵, os

²⁵ Uma esfera pública atingida por aquilo que Habermas toma de Cobb, Ross e Ross como modelo de influência política exercido a partir da periferia da esfera pública: “O modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda, 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite 3) uma pressão no que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente.” (HABERMAS, 1997, p.114).

agentes conseguiriam fazer com aquelas perspectivas discursivas desenvolvidas durante um longo período de tempo consigam, nessa situação, alcançar uma resposta do sistema político cheia de conseqüências. Mas será que a conquista disso passa inclusive pelos *media*²⁶?

Nesse sentido, a pesquisa de Doug McAdam (1996) acerca dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, durante a década de 60, parece dar uma resposta afirmativa a essa questão. Nesse estudo, o pesquisador reuniu uma série dados que mostram como, através de diversos eventos de mídia cuidadosamente planejados, o movimento conseguiu catalisar um processo de agitação social em prol de suas reivindicações e, assim, fazer com que sua pauta política fosse adotada pelo sistema político estadunidense.

Não obstante, será razoável conceber que a influência da sociedade civil sobre o sistema político e a presença interpeladora da sociedade civil através de uma comunicação generalizada se dê apenas nesses raros momentos de crise societal? É, então, apenas sob esses excepcionais períodos que se fará empiricamente observável a influência procedimental necessária para que a legitimidade desenhada pela democracia deliberativa se efetue de forma eficaz? Se assim for, esse quadro não parece oferecer um conjunto de fenômenos suficiente para debelar as desconfianças quanto à força empírica da noção de esfera pública.

Diante tais fragilidades, uma *segunda perspectiva* que se apresenta de modo a complementar o processo descrito pela primeira pode ser oferecida pelo conceito emergente na teoria deliberativa que se denomina de *representação discursiva*. Essa idéia visa compreender que a qualidade da participação política em diversas circunstâncias pode ser melhor apreendida não pela oportunidade efetiva de cada indivíduo ou grupo político obter voz nas arenas de discussões públicas, mas sim de que cada discurso²⁷ possa ter suas contribuições e razões levadas em conta no processo deliberativo, de modo, então, a abarcar, de modo mais viável, as noções de justiça política que são vinculantes à noção de deliberação democrática:

²⁶ Para Downey e Fenton, a resposta é claramente positiva. Nesse sentido, as esferas públicas periféricas conseguiriam, sob determinadas circunstâncias, e, em períodos de maior mobilização, ascender ao centro da esfera pública controlada pelos meios de massa (predominantemente determinada pelo capital e pelo Estado) e assim produzir sua desestabilização. (DOWNEY & FENTON, 2003, p.188).

²⁷ “A discourse can be understood as a set of categories and concepts embodying specific assumptions, judgments, contentions, dispositions, and capabilities. It enables the mind to process sensory inputs into coherent accounts, which can then be shared in intersubjectively meaningful fashion. At a basic level, any political discourse will normally feature an ontology of entities recognized as existing or relevant.” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008,p.481). Tradução livre: “Um discurso pode ser entendido como um conjunto de categorias e conceitos que incorporariam assunções específicas, julgamentos, contendas, disposições e capacidades. Ele permite à mente processar estímulos sensoriais numa abordagem de leitura coerente, o que pode ser compartilhado de modo intersubjetivo. Num nível básico, qualquer discurso político irá normalmente caracterizar uma ontologia de entidades reconhecidas como existentes ou relevantes.”

Nós associamos a representação discursiva às teorias da democracia deliberativa que enfatizam a presença de discursos em instituições do governo e na esfera pública ampliada e naqueles que desenham as instituições deliberativas como parte da arquitetura governamental. Representação discursiva é um caminho para redimir a promessa da democracia deliberativa quando a participação deliberativa de todos os concernidos de uma determinada decisão se mostra infactível²⁸. (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.481).

Essa noção de discurso trabalhada pelos autores pode ser aplicada para aferir se as perspectivas de atores críticos estão sendo representadas na arena discursiva dos *media*. E tal aplicação, ao menos no que concerne à temática do poder nuclear no contexto norte-americano, pode já ter sido realizada nas célebres pesquisas de análise de enquadramento realizadas por Gamson (1992) e Gamson & Modigliani (1989).

Mesmo que os autores norte-americanos não trabalhem com o marco teórico da deliberação pública nem adotem, como parte de desenho de suas pesquisas, as definições de representação discursiva trabalhada por Dryzek & Niemeyer, no entanto, é possível verificar uma noção comum entre eles de como os discursos podem ser definidos a partir de frases prontas e outros dispositivos retóricos que remetem a “pacotes interpretativos”. Esse princípio conceitual que identifica elementos discursivos funcionando como chaves de abertura a trabalhos interpretativos mais abrangentes é algo compartilhado por todos os autores em questão²⁹.

Desse modo, quando os pesquisadores estadunidenses verificaram que a quantidade de pacotes interpretativos acerca do poder nuclear foi se ampliando, ao longo do tempo e de eventos críticos³⁰, e que foram, desse modo, assumindo novos pesos relativos, então temos aqui um primeiro indício da representação de uma pluralidade de discursos disputando o sentido do tema justamente no âmbito interacional dos *media*. Ademais, quando eles

²⁸ Tradução livre de: “We link discursive representation to theories of deliberative democracy that emphasize the engagement of discourses in existing institutions of government and the broader public sphere, and those that ponder the design of deliberative institutions as part of the architecture of government. Discursive representation is one way to redeem the promise of deliberative democracy when the deliberative participation of all affected by a collective decision is infeasible” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.481)

²⁹ A idéia de “metaphors and other rhetorical devices” (Dryzek & Niemeyer, 2008, p.482) possui um intenso grau de encaixe com a idéia de “catch phrases” trabalhada por Gamson & Modigliani (1989, p.03-04). Essas catchphrases, por sua vez, remetem justamente às ideais de metáforas e dispositivos retóricos trabalhados por Dryzek e Niemeyer (2008, p.482).

³⁰ Ao revelarem que os pacotes interpretativos como Soft Paths e Public Accountability (estritamente ligados a atores organizados da sociedade civil como o Sierra Club) vão obtendo maior proeminência após acidentes nucleares, os autores fornecem elementos que contemplam a idéia de Habermas (1997) de que, durante períodos de crise societal, as perspectivas críticas da sociedade civil tendem a ganhar mais importância. Não obstante, conforme demonstra a pesquisa de Gamson & Modigliani, essas perspectivas não somem após esses períodos e vão assim constituindo uma presença sistemática no espaço de visibilidade midiática. O trabalho dos autores acaba, então, por, além de complementar os efeitos midiáticos que essas crises desembocam, demonstram a plausibilidade de uma representação discursiva sendo operada nos *media*, mesmo que essa não tenha sido planejado por eles.

correlacionam cada pacote interpretativo a agentes de promoção desses discursos³¹, muitos dos quais pertencendo ao âmbito da sociedade civil organizada, fica, então, nítido que essa pluralidade não é restrita a um círculo estreito fundamentalmente referenciado no topo hierárquico da esfera política.

Assim, ainda que provavelmente a citação direta aos agentes cívicos não tenha dominado a maior parte dos proferimentos e opiniões emitidas nos *media* que foram coletadas e analisadas por Gamson e Modigliani (1989), o essencial é que parte significativa desses proferimentos faziam referência a pacotes interpretativos que foram primeiramente identificados em meios de comunicação produzidos por agentes da sociedade civil³² e que acabaram sendo mediados no espaço de visibilidade midiática.

A idéia de representação discursiva como uma forma mais adequada de se analisar o agenciamento de discursos operado pelos *media* encontra eco nas formulações que Wessler realiza quando toma como ponto de partida o trabalho de Peters para analisar a dimensão de *input* dos sistemas midiáticos. Nesse caso, para se analisar a justiça política que é aí realizada, o padrão que se propõe “muda a atenção que é dada aos falantes para direcioná-la ao conteúdo dos seus proferimentos³³” (WESSLER, 2008, p.03).

No entanto, ainda que possua um grande potencial analítico, principalmente no que concerne para a construção de uma agenda de pesquisa, essa perspectiva ainda carece de aplicações empíricas mais coerentes ao seu marco teórico. Se os estudos aqui identificados como mais próximos de contemplar os fenômenos de uma representação discursiva da sociedade civil sequer foram conduzidos com tais propósitos, então ainda há muito mais promessas do que resultados.

Nesse sentido, uma real e consistente porosidade entre as contribuições críticas da sociedade civil e a visibilidade pública política disseminada pelos *media* ainda é uma tarefa de pesquisa a ser efetivamente desenvolvida. Uma tarefa parecida com aquela que Gomes

³¹ A forma como os autores descrevem a ação desses agentes deixa implícito a idéia de que suas perspectivas, seus discursos podem, muitas vezes, ganhar visibilidade sem que necessariamente eles sejam diretamente citados (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p.06-.07).

³² Isso foi feito a partir da análise de publicações individuais e institucionais ligadas a atores claramente identificados a um discurso acerca do poder nuclear, que, desse modo, são considerados como “sponsors” de um determinado working frame: “We took particular care to include the publications of challengers, since it is here, we hypothesized, that we were most likely to discover candidates with little or no media prominence.” (GAMSON, 1992, p.215). Ele ainda informa que “From such sources, we constructed a working list of frames that were revised and supplemented in applying it to mass media materials.” (ibidem, p.215-216). Tradução livre: “Nós tivemos especial cuidado em incluir as publicações dos atores críticos, isso porque estávamos animados pela hipótese de descobrir atores com pouca ou nenhuma proeminência midiática.”

³³ Tradução livre de: “shifts the attention from speakers to the *content of their utterances*” (WESSLER, 2008, p.03).

conclama a ser realizada em relação ao sistema político:

na prática, nas diversas democracias os Estados se distribuem por uma faixa que vai da máxima impermeabilidade a alguma porosidade à esfera civil. A diferença entre teoria e prática é já um sintoma da dificuldade de se precisar empiricamente o nível de porosidade de cada esfera da decisão política. Um gradiente de porosidade é uma tarefa, não uma realidade. (GOMES, 2007, p.23).

Essa porosidade a que se refere o autor e que é ponto balizador fundamental para responder à questão se a esfera pública é, ou não, uma ficção empírica deverá ser sempre pensada nos termos de uma porosidade anterior à cena midiática? Se, como o autor brasileiro deixou a entender em outros trabalhos, a visibilidade dos *media* tem uma influência decisiva sobre o que ocorre no sistema político, então poderia se pensar em uma esfera pública empiricamente plausível sem uma porosidade sistemática dos *media* em relação à esfera civil?

Um conjunto de fenômenos a ser levado em conta e que coloca em xeque a inexorabilidade universal dessa necessidade é aquele que diz respeito à presença discursiva de atores cívicos em desenhos institucionais de participação política como os conselhos de políticas públicas (Coelho, 2004), os orçamentos participativos (Avritzer & Wampler, 2004; Viltale, 2004) e até mesmo audiências públicas (Guicheney, 2008). A presença da esfera civil, nessas circunstâncias, faz-se valer ou, pelo menos, ouvir-se pelo centro de decisão política sem que se precise, nesse sentido, recorrer à cena midiática para que suas demandas sejam levadas a sério. Um outro fenômeno na mesma direção se trata daqueles movimentos sociais que operam fóruns de discussão e constituem lideranças políticas que tentam influenciar diretamente os representantes políticos sem que, para isso, precisem recorrer aos meios de comunicação de massa para fazer valer suas posições na esfera de discussão pública política (Mendonça, 2009).

Esses fenômenos, por outro lado, não retiram a importância da tarefa social de se pensar em padrões mais pluralistas e politicamente mais justos em relação à estrutura discursiva empreendida pela comunicação de massa. Uma importância que inclusive decorre do raciocínio de que tais fenômenos não seriam suficientes para tornar irrelevante a pressão e a influência política que exercem as posições e materiais que circulam no espaço de visibilidade midiática.

Aliás, é justamente por reconhecerem essa capacidade de influência que tantos atores da sociedade civil como o MST, *Friends of the Earth* e, claro, o próprio *Greenpeace* fazem grandes esforços para capturar a atenção dos *media*. Um esforço que inclusive coloca em evidência algumas limitações que a perspectiva da representação discursiva discutida

anteriormente oferece para dar conta dos efeitos de esfera pública que os *media* podem desempenhar. No caso, se os referidos atores sentissem que suas demandas discursivas já estivessem contempladas (representadas) nos *media*, por que, então, haveria, por parte deles, tanto investimento em um trabalho de relações públicas e produção de eventos de mídia para alcançar visibilidade?

Como possível resposta a essa questão, seria oportuno levar em conta que esses atores detém uma atuação que tenta realizar uma participação discursiva que vai muito além dos aspectos gerais (das prioridades) relacionadas à interpretação de problemas e temas que direcionam as políticas públicas. Nesse sentido, não interessa a eles realizar simplesmente aquilo que Habermas denominou de um cerco comunicativo sobre o sistema político. Isso porque esses atores mais sistematicamente engajados não almejam apenas estabelecer que um conjunto de razões e prioridades seja levado em conta, mas que reivindicações mais esmiuçadas como percentagens e planos de ação sejam apreciados pelo sistema político. Nesse sentido, a janela de visibilidade ampliada dos *media* oferece a esses atores tanto a oportunidade de se gerar pressão sobre as autoridades como gerar visibilidade da organização e, assim, condicioná-las a formas de autorização ou reconhecimento com as quais elas se poderão valer como um “parceiro qualificado de discussão pública”, inclusive em situações como audiências públicas e conselhos deliberativos³⁴. Nesse caso, alcançar “o ambiente midiático é fundamental para que os representantes e as associações cívicas estabeleçam publicamente suas diferenças e busquem justificar, junto ao conjunto de cidadãos, as políticas que pretendem impor uns sobre os outros.” (MAIA, 2009c, p.113).

Não obstante, para que tais atores possam estabelecer esse tipo de autorização e reconhecimento de forma coerente às perspectivas de legitimidade democrática que a idéia de esfera pública implica, é preciso que a própria esfera civil organizada não seja vista de maneira homogênea, que toda a produção crítica realizada por seus atores seja pré-concebida como desejável ou adequada de ser implementada pelo sistema político. Nesse sentido, a mera conquista de visibilidade não garante que um ator cívico possui um perfil de atuação política condizente aos caminhos previstos pelo processo deliberativo ou que seja condizente com

³⁴ Note-se, nesse sentido, que não se está defendendo a idéia de que uma eventual participação de setores e agentes da sociedade civil depende *sempre* de uma exposição nos *media*. Se assim fosse, o argumento anteriormente defendido de uma participação da sociedade civil, sem precisar passar pela esfera midiática, estaria minado. A questão que se coloca, portanto, é que, em determinadas situações e contextos, a presença midiática de certos atores pode facilitar ou mesmo desencadear o rompimento das barreiras anti-público que o sistema político frequentemente oferece à esfera civil. Barreiras essas que, em termos de debate público, expressam-se no silêncio que os representantes políticos apresentam em relação às reivindicações de atores da sociedade civil organizada. Silêncio este que, por sua vez, tende a ser quebrado quando a reivindicação ganha ampla visibilidade midiática.

valores democráticos.

Desdobrar analiticamente tal questão em relação ao ator político trabalhado nessa dissertação se faz mister, já que se pretende argumentar que ele (o *Greenpeace*) estabelecerá um conjunto de ações e recursos comunicativos próprios à sustentação de debates públicos. Não obstante, para que isso possa ser afirmado é preciso ter clareza de quais são os padrões e características de um ator cívico capaz de produzir efeitos de esfera pública condizentes ao marco teórico da democracia deliberativa. De acordo com tais necessidades analíticas, o próximo tópico realiza um levantamento dos elementos previstos em relação à esfera civil organizada para que esta venha a desempenhar contribuições legítimas ao processo de tomada de decisão política.

2.3 A sociedade civil sob a perspectiva da democracia deliberativa:

A partir do modelo deliberativo de democracia, a noção de como e qual sociedade civil atua na esfera pública se encontra em referência a uma ressonância entre as contribuições críticas da sociedade civil com as ações e decisões produzidas pela sociedade política. Desse modo, a esfera civil inclui todas as redes discursivas, desde às dos públicos organizados em esferas públicas autônomas até a fala ordinária que se manifesta no âmbito da intimidade (Habermas, 1997, p.86).

Isso não quer dizer, por outro lado, que os cidadãos ordinários e os núcleos institucionalizados desempenhem os mesmos papéis na efetivação de opiniões públicas. Nesse sentido, se cabe a todos os cidadãos o direito de processar entendimentos e interpretações em iguais condições e chances de validar suas razões, caberia, no entendimento da democracia deliberativa, aos atores da sociedade civil organizada a realização de um trabalho dual com vistas à expansão da esfera pública.

Tal função teria sido primeiramente descrita por Cohen e Arato (1992)³⁵ quando estes atribuíam à sociedade civil a capacidade de realizar um tipo de ação que havia sido descrito inicialmente pelo pensador marxista Antônio Gramsci. Um tipo de ação que, ao ser adaptado pelos referidos autores a um marco teórico adequado a uma teoria política que se propõe a

³⁵ Os autores assim definem a categoria de sociedade civil: “We understand ‘civill society’ as a sphere of social interaction between economy and state, composed above all of the intimate sphere (especially the family), the sphere of associations (especially voluntary associations), social movements, and forms of public communication.” (COHEN & ARATO, 1992, p.ix). Tradução livre: “Nós entendemos ‘sociedade civil’ como uma esfera de interação social entre a economia e o estado, composto sobretudo pela esfera íntima (especialmente a família), a esfera de associações (especialmente as associações voluntárias), movimentos sociais e as forma de comunicação pública.”

conservar os limites entre Estado e sociedade civil (algo que o projeto marxista³⁶ visava demolir), fez com que ela se apresentasse bastante útil para analisar o papel da sociedade civil no quadro da democracia deliberativa. Nesse sentido, Habermas destaca como protagonistas dessa lógica dual de ação aqueles atores que estão mais distantes dos partidos³⁷, do setor comercial e dos governos. Desse modo:

os atores conscientes de que, através de suas diferenças de opinião e de sua luta por influência, estão envolvidos no empreendimento *comum* de reconstituição e de manutenção das estruturas da esfera pública, distinguem-se dos atores que se contentam em utilizar os foros existentes, através de uma *dupla orientação* de sua política, ou seja, através de seus programas, eles exercem uma influência direta no sistema político, porém, ao mesmo tempo, estão interessados reflexivamente na estabilização e ampliação da sociedade civil e da esfera pública. (HABERMAS, 1997, p.103)

Pode-se, então, perceber que, no seio da esfera pública, diferentes atores cumprem diferentes funções no processo deliberativo. Nesse sentido, tendo em vista que as ações dos governos são largamente limitadas e condicionadas pelas disposições da sociedade civil (que é quem autoriza quais idéias e pessoas devem governar o sistema político), então os atores que mais possuem condições de estabelecer uma renovação da vontade política que orienta a ação dos governos são os movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Isso porque esta estaria mais habilitada do que os cidadãos comuns, vistos de maneira isolada, para atuar como atores discursivos de forma a ampliar o debate na sociedade³⁸, trazer novos temas e contribuir para a deliberação pública (Maia, 2002a, p.48). Na mesma direção analítica, Bohman argumenta em favor da especificidade dos atores críticos na condução de discussões públicas e temas controversos no contexto das sociedades contemporâneas:

³⁶ No entanto, não se pode encaixar as teses de Gramsci de modo simétrico ao marxismo tradicional. Conforme analisa Bobbio (1982), Gramsci se trata de um pensador original dentro do pensamento marxista. Nesse sentido, uma de suas principais contribuições para a transformação do marxismo foi a proposta de se compreender a sociedade civil “não mais [como] 'todo o conjunto de relações materiais', mas sim [como] todo o conjunto das relações ideológico-culturais [...]” (BOBBIO, 1982, p.33). Não obstante isso, a perspectiva de retroagir o Estado na forma de uma sociedade politicamente autônoma e auto-organizada continua sendo uma linha de horizonte compartilhada por Gramsci em relação ao marxismo tradicional.

³⁷ No que diz respeito à disputada discussão a respeito da localização dos partidos em relação à sociedade civil, Edwards arremata a seguinte análise: “So while the state is definitely ‘out’ of civil society and the non-partisan political activity of associations is definitely ‘in’, everything between these two extremes remains an object of dispute. The only acceptable compromise seems to be that political parties are *in* civil society when they are out of office and *out* of civil society when they are in.” (EDWARDS, 2004, p.27). Tradução livre: “Enquanto o Estado está definitivamente ‘fora’ da sociedade civil e as atividades políticas não partidárias estão definitivamente ‘dentro’, tudo entre esses dois extremos permanece objeto de disputa. O único compromisso aceitável parece ser que os partidos políticos estão na sociedade civil quando eles estão fora do governo e fora quando eles estão dentro.”

³⁸ Hendriks reforça essa análise quando pontua que “alguns atores na sociedade civil são mais dispostos e capazes à deliberação do que outros” (HENDRIKS, 2006, p.486).

Nas sociedades de massa, grupos mais do que indivíduos dão origem às novas formas de comunicação e iniciam reflexão. Eles o fazem ao introduzirem novos temas à discussão pública de modo a capturar a atenção pública e institucional em uma deliberação e ao enquadrarem assuntos de uma maneira que os fazem compreensíveis e significantes para a esfera pública ampliada. Se esses atores são bem sucedidos, um novo público cívico passa a ter um novo entendimento não apenas de um assunto particular, mas também dos termos que dão sentido à vida coletiva ³⁹. (BOHMAN, 1996, p.207-208)

Por todas essas ações, o núcleo institucionalizado da sociedade civil - do qual o *Greenpeace* faz parte - é compreendido como um universo absolutamente importante para uma democracia saudável. Por isso, há uma grande insistência de que não se pode pensar a efetivação de uma democracia sem que os direitos e as liberdades de organização e livre manifestação estejam assegurados. Segundo Edwards, a consolidação da democracia depende de associações independentes tanto do Estado quanto de fins estritamente econômicos, pois são elas que provêm “os canais e estruturas de mediação através dos quais a participação política é mobilizada e o Estado é fiscalizado pelos cidadãos” (2004, p.74). Edwards faz referência a Mark Warren para destacar mais três efeitos democráticos do associativismo: “apoio ao engajamento na esfera pública, encorajamento das capacidades dos cidadãos para deliberação e participação e efeitos democráticos às instituições através da representação, legitimação e resistência política” (WARREN apud ibidem, p.74-75).

Esses efeitos democráticos do associativismo e da sociedade civil como um todo chegaram inclusive a tomar conta de uma série de análises que tentavam responder aos desafios e déficits que os sistemas democráticos estariam enfrentando nas últimas décadas. Nesse percurso, Edwards avalia que a sociedade civil acabou se tornando a grande idéia (*the big idea*), transformando-se, assim, numa panacéia para onde convergiram todas as soluções e incrementos da vida política democrática. Associadas a esse movimento intelectual, estariam localizadas as abordagens neo-tocquevelianas e comunitaristas de democracia.

Nesse sentido, houve uma forte conexão da assim chamada redescoberta da sociedade civil com os movimentos pela redemocratização na Europa oriental e com os movimentos sociais da América Latina que exerceram uma forte mobilização política em prol da justiça social e de outros temas que tratavam da vida coletiva, gerando, nesse processo, efetivas respostas por parte dos poderes constituídos em relação às reivindicações propostas por esses

³⁹ Tradução livre: “In large-scale societies, groups more than individuals originate the new forms of communication and initiate reflection. They typically do so by introducing new themes to public discussion, by acquiring the means to capture public and institutional attention in deliberation, and by framing issues in such a way as to make them comprehensible and significant for the larger public sphere. If these actors succeed, a new civic public has a new understanding not only of a particular issue but also of the terms of their common life.” (BOHMAN, 1996, p.207-208)

movimentos. Nessa linha de análise, a sociedade civil é, então, compreendida como uma fonte de renovação democrática dada sua natureza polêmica e opositora em relação ao Estado (Hendriks, 2006, p.488; Edwards, 2004, p.38).

Os autores ainda ajudam a identificar um segundo entendimento recorrente de sociedade civil que se processou como um contra-ponto à cultura política individualista dos EUA, que se teria tornado especialmente intensa após a década de 60. Nesse caso, tratam-se daquelas orientações que enfatizam os efeitos benéficos da vida associativa a partir do momento que ela promove relações de solidariedade, laços de confiança e um senso de coletividade que seria imprescindível tanto para o cimento social como para gerar uma participação política adequada a padrões democráticos mais consistentes.

Essas perspectivas, no entanto, acabam sofrendo sérias restrições, inclusive de teóricos da democracia deliberativa, os quais apontam um outro conjunto de análises e fenômenos que problematiza maiores expectativas acerca dos efeitos democráticos da sociedade civil. Pondera-se, nesse sentido, que, sem serem analisados à luz das relações estabelecidas na esfera pública, os diversos grupos e associações não poderiam ser considerados a priori como promotores da vida democrática. Dado o vasto universo político-ideológico que compõe a sociedade civil, esta acaba sendo perpassada, então, por todo tipo de iniciativas, algumas das quais estariam muito longe de promoverem valores democráticos, tais como aquelas relacionadas à sustentação de discursos de ódio que pregam a eliminação de grupos e coletividades por suas orientações identitárias.

Se há, portanto, um universo que foi considerado como “a boa sociedade”, há também uma má sociedade civil, pouca disposta a defender suas razões e perspectivas preconceituosas em arenas de discussão pública e que, mesmo quando a isso dispostas, acabam apontando para um projeto político que ameaça suprimir as conquistas mais básicas que asseguram qualquer democracia, seja ela fraca ou forte. Desse modo, compreender a sociedade civil sempre como uma fonte de renovação democrática ou como promotora de uma cultura política necessariamente mais favorável à democracia passa a ser visto com extrema desconfiança.

Isso significa, então, que, para se pensar uma democracia consistente, não é suficiente olhar apenas para o que a sociedade civil é capaz de fazer pela democracia, mas é preciso compreender o processo como um todo. Deve-se observar, assim, como as diferentes responsabilidades que os diferentes setores sociais deveriam desempenhar em tal processo podem ser incrementadas e aperfeiçoadas. Nesse sentido, Edwards crítica as perspectivas neo-

tocquevelianas que super-estimariam o capital social como bússola para a democracia⁴⁰ e defende a necessidade de se pensar uma articulação tripartite entre sociedade civil, sistema político e setor privado como forma de gerar padrões democráticos mais elevados em relação aos habitualmente encontrados:

Existe, porém, uma importante diferença entre uma ‘sociedade que é civil’ porque possui elevados níveis de confiança generalizada e cooperação (ou ‘social capital’ para usar um termo em voga) e uma sociedade que é ‘civil’ porque é bem sucedida em solucionar certos dilemas de políticas públicas em formas que sejam justas e eficazes. [...] por duas razões interrelacionadas. Primeiro porque a correlação entre vida associativa e a geração de confiança generalizada e cooperação é mais frágil do se tem suposto e, em segundo lugar, porque progresso em políticas públicas resultantes de meios justos e eficazes está geralmente associado com ação entre diferentes campos institucionais – governamental e comercial assim como com o das associações voluntárias⁴¹. (EDWARDS, 2004, p.39-40).

Em direção argumentativa similar, Maia (2009) estabelece que, diante de todas as lacunas das perspectivas que enfatizam a sociedade civil como a boa sociedade ou seus aspectos associativos, é preciso, nesse caso, encontrar meios de não se gerar grandes abstrações, tais como pensar a esfera civil como uma zona autônoma de atividade democrática. Desse modo, o “simples entendimento da sociedade civil como uma esfera de atividade associativa voluntária, aparte do Estado e do mercado, não é suficiente para produzir distinções qualitativas importantes” (p.x). Isso implica, portanto, na necessidade de uma análise mais sensível à heterogeneidade da sociedade civil e a seus diversos efeitos democráticos. Para isso, ela encaminha quatro diferenciações importantes a serem realizadas aos atores cívicos e que, desse modo, serão aplicadas, no capítulo seguinte, em relação ao *Greenpeace*:

⁴⁰ As análises de Putnam também são criticadas quando ele questiona a contribuição democrática daquelas organizações que promovem a defesa de causas de interesse comum, mas que não estimulam formas intensas de participação no seio de suas próprias associações. No caso, Putnam se refere a grupos como o Sierra Club, os quais tendem a reduzir a mobilização e a participação de seus membros por meio de apoio financeiro, constituindo-se como aquilo que ele denomina de “grupos do cheque”. Dryzek e Niemeyer criticam essa perspectiva apontando que o fundamental para uma participação política relevante por parte dessas associações é a capacidades delas gerarem não capital social, mas sim um *capital discursivo* capaz de representar discursos políticos: “Putnam’s criticism misses the point. Checkbook groups may build discursive capital (in the sense of facilitating the articulation of discourses), if not social capital. The Sierra Club exists to represent a particular discourse of environmental preservation, and contributors to the Sierra Club express solidarity with that discourse. Discursive accountability can be sought by these leaders continuing to communicate in terms that make sense within the discourse of preservation (even as they engage other discourses). If leaders could not justify their actions in these terms, contributors can back other groups instead.” (DRYZEK & NIEMEYER, 2008, p.490).

⁴¹ Tradução livre de: “There is, however, an important difference between ‘society that is civil’ because it possesses high levels of generalized trust and cooperation (or ‘social capital’ to use a now-conventional shorthand), and one that is ‘civil’ because it succeeds in solving particular public-policy dilemmas in ways that are just and effective. [...] for two interrelated reasons. First, because the correlation between associational life and the generation of generalized trust and cooperation is often weaker than supposed, and second, because progress towards just and effective policy outcomes is usually associated with action across different sets of institutions – government and business as well as voluntary associations” (EDWARDS, 2004, p.39-40).

a) as motivações e os propósitos das associações, o escopo de suas metas e a natureza de suas ações em relação a certos desígnios da democracia; b) sua organização interna; c) os valores substantivos que promovem e o sistema de relações que estabelecem com outros atores na sociedade, no jogo político em contextos sócio-históricos específicos; d) seus efeitos e sua eficácia política em diferentes planos democráticos. (MAIA, 2009b, p.xx)

Ademais, para conquistar um discurso que seja moralmente vinculante⁴² e fazer com que ele constitua um percurso de circulação e agregação discursiva que, de fato, consiga penetrar no centro da esfera pública (no sistema político), seria fundamental que os atores cívicos estabeleçam pontes comunicativas e apresentem uma linguagem capaz de sensibilizar o público para as questões levantadas:

Os atores da sociedade civil devem, sobretudo, ser *competentes* para elaborar uma meta-linguagem civil, a fim de relacionar os problemas práticos de suas causas ao conjunto de categorias simbólicas da sociedade, bem como ao sistema normativo. Devem *estabelecer pontes comunicativas* entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento. Devem ser *convincentes* para interferir nos consensos éticos que orientam a co-existência social e articular, de modo conseqüente, demandas específicas, a fim de que possam ser mais facilmente encampadas pelas instituições políticas. (MAIA, 2002a, p.123-124).

Esse conjunto de requisitos que Maia aponta como caminhos de análise para compreender as capacidades democráticas específicas dos diferentes atores da sociedade civil servirá, no capítulo a seguir, como parâmetro para analisar a trajetória do *Greenpeace*.

⁴² Nesse sentido, Mendonça avalia que tal processo seria fundamental “para que atores individuais consigam expressar suas demandas e necessidades de modo que não sejam simplesmente pautadas pela lógica do interesse próprio, mas que sejam moralmente vinculantes.” (MENDONÇA, 2006, p.83)

CAPITULO III:

Perfil político do Greenpeace

O presente capítulo visa examinar os aspectos mais globais que compreendem a atuação política do *Greenpeace*. A preocupação é apreender as qualidades da organização em facilitar processos de visibilidade e argumentação pública em torno dos temas em que ela se engaja.

Para isso, será oportuno fazer um resgate histórico da entidade e de seu perfil político. A partir dessa digressão, almeja-se identificar como esse perfil seria interpretado à luz dos quatro pontos de análise apontados por Maia (2009) no capítulo anterior.

3.1 Valores e metas:

O *Greenpeace* tem se destacado como uma das organizações da sociedade civil que mais abertamente trabalha com as linguagens, agentes e modos de operação da comunicação de massa para fazer com que suas demandas ganhem visibilidade na cena midiática. Isso esteve presente desde o início da entidade. Prova disso foi sua primeira manifestação pública, que consistiu em tentar impedir com que ocorresse um teste de arsenal atômico no sub-solo do Alaska por parte do governo dos Estados Unidos. O coletivo que fundou o *Greenpeace*, à época, alugou um barco para se dirigir até o local do teste, sendo que dos doze tripulantes no barco, três eram jornalistas e um era fotógrafo. Havia, assim, uma preocupação em documentar a ação para divulgá-la tanto nos jornais alternativos como nos convencionais com o objetivo de dissuadir o governo estadunidense a não afundar o barco e a parar com os testes nucleares. Para isso, o coletivo que fundou a organização conseguiu, através desse conjunto articulado de ações, conferir ampla visibilidade à sua primeira manifestação pública:

Em setembro de 1971, o Phyllis Cormack zarpar do porto de Vancouver, diante das câmeras de televisão. Seus tripulantes exibiam uma vela verde, decorada com os símbolos da paz e da ecologia e lançando uma nova palavra: Greenpeace. (GABEIRA, 1988, p.23).

No entanto, não apenas da vocação midiática do *Greenpeace* essa primeira manifestação tem muito a dizer. No caso, ela também aciona os valores e metas que a motivaram, evidenciando aqui o tipo de cultura política compartilhada e reproduzida pela organização ao longo de quase quatro décadas de existência. Uma cultura política que tem sua fonte de inspiração nos princípios ético-políticos gerados na convulsão contra-cultural dos anos 70, em que diversos movimentos sociais surgiram trazendo novas questões tanto para a agenda da política formal como para as formas de comportamento predominantes, para aquilo

que se denominou de “política da vida”⁴³.

Uma das principais fontes desse conjunto de novas questões sociais que compôs o quadro de valores e metas da entidade advém do movimento ambiental. Nesse sentido, é a partir do quadro interpretativo da ecologia que se faz evidente o impulso da entidade para atuar em escala internacional. Uma internacionalidade que alcança atualmente a marca de 40 países, segundo dados da organização⁴⁴.

Para entender esse perfil internacionalista e também como aquela primeira ação da entidade sintetiza seu conjunto de valores e metas, é oportuno observar o princípio ambientalista de que “a natureza não reconhece fronteiras e [que] somos todos interdependentes”⁴⁵ para encontrar a justificativa e a fonte de inspiração principal que tem movido a entidade (Carmin & Balsler, 2002, p.379).

Não obstante, se as questões do movimento ambientalista parecem auto-evidentes quando pensamos no *Greenpeace*, deve-se lembrar também de sua genética ligada ao movimento pacifista. E é dentro da agenda de ambos os movimentos que a primeira ação pública da entidade faz pleno sentido: impedir um teste balístico nuclear era, a um só tempo, uma forma de protestar contra a escalada armamentista como contra a degradação ambiental. Desse modo, *temos na paz e na defesa do meio ambiente as metas fundamentais que orientam a prática política do Greenpeace*.

Ao observar o perfil de atuação da entidade, o sociólogo Manuel Castells vai destacar que seus valores e metas pertencem a uma agenda política altamente poderosa na sociedade contemporânea. Nesse caso, ele aponta um conjunto de organizações que teriam conseguido amplo reconhecimento em função das temáticas e valores sustentadas por essa agenda e que, assim, teria se tornado bastante influente sobre a composição de políticas públicas:

Causas humanitárias, tais como as defendidas pela Anistia Internacional, Medicina sem Fronteiras, Greenpeace, Oxfam, Food First, e milhares de grupos ativistas locais e globais e organizações não-governamentais em todo o mundo, constituem o fator de mobilização mais poderoso e pró-ativo na política informacional. Tais mobilizações são organizadas em função de temas de amplo consenso, não necessariamente alinhados a este ou aquele partido político. (CASTELLS, 1999, p.411).

⁴³ “A política da vida é uma política não de oportunidades de vida, mas de estilos de vida. Diz respeito a disputas e lutas sobre como - enquanto indivíduos ou humanidade coletiva — deveríamos viver em um mundo onde o que costumava ser ‘fixado’ pela natureza ou pela tradição está agora sujeito às decisões humanas. A política da vida inclui problemas e dilemas ecológicos, mas entende que estes estão articulados a questões mais amplas de identidade e escolha de vida — inclusive a algumas das questões chaves levantadas pelo feminismo.” (GIDDENS, 1994, p.xx)

⁴⁴ Cf. em <<http://www.greenpeace.org>>

⁴⁵ Cf. em

<http://www.greenpeace.org.br/institucional/pdf/greenpeacebr_070706_institucional_politica_de_voluntarios_p_ort_v1.pdf> Acesso em 30 de junho de 2009.

Tendo em vista esses apontamentos com relação aos valores e metas políticas, faz-se adequado, então, julgá-los como compatíveis com o espectro ético-político de reivindicações democraticamente aceitáveis.

Levando em conta a capacidade desses valores e metas de galgarem, nas palavras de Castells, um “amplo consenso”, poder-se-ia reivindicar - para além dessa compatibilidade - uma qualidade democrática especial dessas metas. Não obstante, compartilhamos com o argumento de que aquilo que é capaz de alcançar consenso, assim como os níveis em que tal fenômeno da deliberação pública pode ser alcançado, é de caráter provisório e suscetível a transformações em função do permanente processo de contestação discursiva em que operaria a esfera pública (Dryzek, 2000; Dryzek & Niemeyer, 2006).

Desse modo, não apenas pela capacidade de ressonância das metas que se deve avaliar a capacidade de uma organização em sustentar debate público (Maia, 2009b). A contar que, além desse aspecto, também pesam (1) a organização interna, (2) os valores substantivos que orientam as relações com outros atores sociais, assim como (3) os efeitos políticos em diferentes planos democráticos como elementos-chaves para tal avaliação, é preciso, então, agrupá-los de modo articulado para uma análise mais apropriada. É sob esse plano analítico que se desdobra o sub-tópico seguinte.

3.2 Organização interna:

Surgida em meio à agitação política dos movimentos sociais da década de 70 nos EUA (em que floresceram o movimento hippie, o ambientalista, o feminista, entre outros) era de se esperar que o *Greenpeace* fosse marcado pelos princípios da auto-gestão e da plena horizontalidade entre seus integrantes. No entanto, não é este o caso, não pelo menos desde 1979 quando o canadense David McTaggart conseguiu implantar um sistema de gestão na entidade que a fez se distanciar dos princípios libertários que a tinham orientado até aquele momento.

Segundo diversos autores (Eyerman & Andrew, 1989; Carmin & Balsler, 2002; Castells, 1999, Gabeira, 1988), McTaggart liderou o *Greenpeace* até um sistema de organização mais inspirado em modelos corporativos de tipo empresarial do que nos moldes participativos sob quais se desenvolveram instituições políticas importantes como o Partido Verde alemão.

Por outro lado, parte desses autores (Castells, 1999; Gabeira, 1988) também destacam que, após as mudanças organizacionais trazidas por McTaggart, a entidade saiu de uma crise

que tinha ameaçado cessar seus trabalhos e a lançou, em seguida, para uma expansão extremamente rápida, que contou com a instalação de escritórios da organização em diversos países na década de 80. Esse crescimento se deu sob o contexto de uma centralização em torno do escritório internacional da entidade (o GPI), criado em 1979. Foi a partir dele que passaram a ser definidas as orientações políticas comuns que os escritórios nacionais deveriam atuar, assim como se forjou o modelo de gestão pelo qual eles mesmos seriam emulados a se organizarem. Segundo o site do *Greenpeace*-Brasil, o escritório internacional funciona do seguinte modo:

O GPI é financiado por escritórios nacionais que, por sua vez, são financiados por doações individuais de seus colaboradores. Todos os escritórios nacionais participam de uma reunião anual do Conselho do GPI, que faz recomendações sobre direção geral e política da organização e define o teto orçamentário anual. O Conselho elege um presidente e aponta o diretor-executivo, responsável pelo gerenciamento diário do GPI. O diretor-executivo é assessorado por um time de diretores de áreas e se reporta ao Conselho, que é responsável pela fiscalização do orçamento e aprovação das contas da organização. Cabe a ele assegurar a implementação das decisões e aprovar a estratégia política de longo prazo. (GREENPEACE-BRASIL, 2009)⁴⁶

As informações acima tocam em dois pontos fundamentais que estruturam o *Greenpeace*: seu sistema de financiamento e a forma com que as decisões da entidade são tomadas.

Em relação ao primeiro aspecto, sobressai-se nos diversos materiais publicitários promovidos pela entidade o enunciado de que “Não aceitamos doação de empresas, dos governos ou partidos políticos, por isso sua contribuição é muito importante e nos ajudará a fazer cada vez mais pela proteção do meio ambiente.” A propaganda ostensiva, nesse sentido, reflete uma política de buscar um financiamento estável junto aos simpatizantes da organização. No caso, essa política conseguiu, segundo dados no site do GPI, um número de colaboradores, ao redor do mundo, que chega a 2,8 milhões de pessoas. Em relação ao escritório brasileiro, esse número é próximo dos 34 mil, segundo uma dedução produzida a partir da tiragem da revista institucional da organização que é enviada aos colaboradores.

O segundo aspecto revela como esse conjunto de pessoas possui um peso praticamente nulo no processo que envolve as discussões sobre as estratégias e os caminhos políticos que a organização deve adotar. Isso porque, se a forma centralizada e altamente especializada com que a entidade se estrutura já não permite uma horizontalidade interna ao seu próprio corpo de profissionais, tal horizontalidade se torna ainda mais distante em relação aos colaboradores. Esse aspecto tem sido abordado por diversos estudiosos da organização. Para alguns, esse

⁴⁶ Cf. em <<http://www.greenpeace.org/brasil/quemsomos/como-trabalhamos>> Acesso em 30 de junho de 2009.

ponto passa apenas como um fato importante que explica o sucesso da organização. No entanto, para outros, isso seria um problema já que, se, por um lado, há ganhos em termos de eficiência organizacional, por outro lado, haveria uma perda em termos de democracia interna. Eyerman & Andrew abordam a questão ao traduzirem a auto-compreensão que o *Greenpeace* teria de si mesmo nos termos de que “o movimento dever eficiente, não ‘democrático’” (EYERMAN & ANDREW, 1989, p.104).

A esse respeito, é oportuno lembrar que a grande aposta da teoria democrática deliberativa em relação aos atores cívicos reside na capacidade desses atores em processar questões particulares em generalizações mais abstratas capazes de ganharem contornos efetivamente políticos, de captarem e adensarem ecos e demandas da periferia da esfera pública e as transmitirem para seu centro (Habermas, 1997). Desse modo, o valor substancial que se exige de um ator cívico como o *Greenpeace* em atuar em favor de sustentar debates públicos se daria fundamentalmente em torno dessas metas e não em torno da horizontalidade organizacional das associações cívicas. Isso implica, então, que as grandes virtudes deliberativas que esses atores podem trazer residem na expectativa de que eles atuem como uma espécie de catalisadores do debate público, uma atuação que se desdobraria em sua capacidade de, a um só tempo, fomentar e incrementar a influência do poder comunicativo formado na esfera pública (Mendonça, 2006).

Então dentro desse conjunto de demandas, o que a organização interna da entidade diz a respeito? Em relação a isto, se um dos princípios centrais que orientam a dinâmica de organização da entidade é fazer dela um “instrumento poderoso” da agenda do movimento ambientalista (Eyerman & Andrew, 1989, p.104), então parece que o *Greenpeace* vai ao encontro das apostas do modelo deliberativo. Se essa agenda tiver, como lastro fundamental de poder a circulação discursiva operada na esfera pública, então o princípio da eficiência que orienta a entidade é perfeitamente adequado ao quadro de expectativas constituído pelo modelo deliberativo de democracia em torno dos atores cívicos.

Isso significa, portanto, de que não é da capacidade de operar em plena horizontalidade que se constitui o primado da vocação da entidade em sustentar debates públicos. Tal vocação se estabelece, de modo mais adequado, em sua capacidade de fazer com que suas contribuições alimentem a esfera pública no sentido de fazer com que as demandas políticas daí decorrentes sejam munidas de visibilidade e discutibilidade. Como tais demandas só se garantem, de modo pleno, a partir dos princípios e resultados que as relações estabelecidas entre os demais atores da sociedade trazem para o debate público, então se faz

imprescindível avaliar tais relações e princípios para aferir a vocação do *Greenpeace* em sustentar debates públicos. É o que o sub-tópico seguinte se propõe.

3.3 Os valores que orientam as relações com outros atores na sociedade:

Se o que garante a capacidade de um ator político de incrementar a qualidade do debate público não é, em primeira instância, o grau de horizontalidade interno de sua organização, e, sim, o seu desempenho em estabelecer trânsitos comunicativos capazes de alargar e dar efeito político à esfera pública, então como se manifestaria essa capacidade?

Para operacionalizar essa questão analiticamente, faz-se, então, oportuno retomar a concepção de *pontes comunicativas* trabalhada por Maia (2002a, p.123-124). Sob tal concepção, parte do alargamento em questão se daria em função da abrangência de atores acionados para a promoção de demandas políticas. No que diz respeito a esse aspecto de tradução analítica da noção de *pontes comunicativas*, deve-se, então, destacar que a trajetória do *Greenpeace* parece ser marcada pela interlocução e colaboração sistemática com outros atores políticos.

Nesse sentido, o próprio surgimento da organização está estreitamente ligado a esse trabalho de interlocução e cooperação com outros agentes da sociedade civil organizada. Além dos fundadores terem advindo de outras entidades do movimento ambientalista (Carmin & Balsler, 2002), um dos marcos da expansão do *Greenpeace* se dá quando o setor holandês da WWF (outra grande organização ambientalista no mundo), em 1977, doa 40 mil dólares ao escritório londrino da entidade, que utiliza o recurso para a compra de seu primeiro barco próprio, o *Rainbow Warrior*⁴⁷.

Ademais, pode-se perceber que a entidade encampa, junto com atores fora do espectro ideológico do movimento ambiental, quadros comuns de entendimento e ações políticas. Dentre alguns exemplos, pode-se referenciar o “Prêmio Amigos e Inimigos da Amazônia” que foi organizado em conjunto com Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Instituto Socioambiental, IMAZON (Instituto do Homem e meio ambiente da Amazônia), FBOMS (Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)⁴⁸, além de diversas cartas abertas e documentos que são produzidos e divulgados em parceria com organizações de diversos

⁴⁷ Esse barco será em 1985 afundado pelo serviço secreto da França, gerando a morte do fotógrafo português que estava a bordo, o que gerou grande repercussão negativa ao governo Mitterrand.

⁴⁸ Cf. “Conheça os vencedores do prêmio Amigo e Inimigo da Amazônia” em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2898>.

campos de atuação⁴⁹.

Tendo em vista que a diversidade do perfil dessas outras organizações com que o *Greenpeace* eventualmente compartilha discussões e ações políticas extrapola o espectro “ambientalista” de ação, então se pode verificar, em boas doses de manifestações concretas, o estabelecimento de pontes comunicativas entre diversos atores sociais. A esse respeito, torna-se oportuno examinar como esses valores e o modo como são operacionalizados em termos práticos são expressos nas palavras da própria organização:

Em nossa missão, não temos inimigos ou aliados permanentes. Promovemos debates abertos, informados sobre as escolhas ambientais da sociedade. Para isso, utilizamos pesquisa, pressão política direta (*lobbying*) e uma diplomacia discreta para a conquista de nossos objetivos, assim como também nos utilizamos de conflitos não-violentos altamente planejados e especializados para incrementar a qualidade do debate público.⁵⁰. (GREENPEACE, site)

Ao investir na produção de pesquisas e na contratação de pessoal com conhecimento técnico-competente em diversas áreas do saber⁵¹, o *Greenpeace* vai ao encontro do segundo aspecto apontado por Maia (2002a) como necessário para que os atores cívicos sejam publicamente eficientes, que é o de estabelecer pontes comunicativas entre diferentes ambientes de conhecimento. Isso porque, ao reunir o saber de cientistas, economistas e, de modo mais evidente, o saber da linguagem e modos de operação da comunicação de massa, o *Greenpeace* faz com que suas ações passem a desempenhar melhores condições de ganhar assentimento público de suas reivindicações.

Não obstante, todas essas presunções se perdem no vazio e assim não ultrapassam a mera especulação, caso elas não sejam examinadas em função dos resultados políticos efetivos em diferentes planos democráticos que elas chegam a desempenhar. É com o objetivo

⁴⁹ Para alguns exemplos, nesse sentido, ver “Ambientalistas criticam metas de redução de emissões do G-8” em: <http://oglobo.globo.com/ciencia/salvevoceoplaneta/mat/2008/07/08/ambientalistas_criticam_metas_de_reducao_de_emissoes_do_g-8-547142503.asp>; “Quem apóia” em referência à carta de petição solicitando a confirmação pelo STF de demarcação de terra indígena Raposa do Sol: <<http://www.makunaimagrita.com/quemapoja.html>>

⁵⁰ Tradução livre de: “In pursuing our mission, we have no permanent allies or enemies. We promote open, informed debate about society’s environmental choices. We use research, lobbying, and quiet diplomacy to pursue our goals, as well as high-profile, non-violent conflict to raise the level and quality of public debate” Cf. em: <<http://www.greenpeace.org/africa/about>> Acesso em 30 de junho de 2009

⁵¹ É por isso então que, para além dos eventos de mídia, seus diretores têm enfatizado o complexo de atividades que fazem parte da entidade: “*Greenpeace is not just boys in boats. Greenpeace is scientists and people with political expertise, economists. The public face of the organization still remains the direct actions that seize the public imagination and that the media will run. But behind that public face is a level of analysis that I think a lot of people are not aware of and that more than anything about this organization is the huge diversity an expertise that goes in to formulating campaign development.* (Catherine Stewart, campaign director, ocean ecology, Greenpeace, personal communication, October 7, 1992) (CARMIN & BALSER, 2002, p.380). Tradução livre: “Greenpeace não é apenas um bando de garotos em barcos. Greenpeace é cientistas e pessoas com competência política, economistas. A face mais visível da organização continua sendo as ações diretas que mexem com a imaginação do público e que serão trabalhadas pelos *media*. Mas por trás dessa face existe um nível de análise que acho que a maioria não estão atentas e que sobretudo define essa organização que é sua diversidade de conhecimentos que estão envolvidos na formulação e desenvolvimento das campanhas.”

de avaliar alguns aspectos plausíveis dessa relação que o próximo tópico se direcionará.

3.4 Efeitos e eficácia política em diferentes planos democráticos:

O *Greenpeace* tem conseguido, ao longo de sua trajetória, efeitos políticos consistentes nos seguintes aspectos centrais que chegam a compor a vida política democrática: visibilidade, influência política, mobilização e incremento dos níveis de discutibilidade (no sentido de produzir oportunidades de interação comunicativa entre diferentes agentes políticos e em prover insumos inovadores ao debate público como dados, informações e soluções concretas em termos de política pública).

Desses aspectos, o mais auto-evidente é o da visibilidade. Se um dos grandes desafios dos atores cívicos é romper com a invisibilidade que os agentes da comunicação industrial de massa promovem em relação à esfera civil, o *Greenpeace*, nesse caso, parecer ser um dos exemplos mais bem sucedidos em superar tais barreiras. Nesse sentido, uma pesquisa encomendada pelo escritório brasileiro da entidade ao instituto IPSOS, e realizada em 2007, o nome “Greenpeace” obteve 19% em conhecimento espontâneo entre as organizações não-governamentais de diversos setores e manteve o 2º lugar, ficando atrás do Unicef (Greenpeace, 2008a, p.11). Outro dado que evidencia essa visibilidade foi as classificações de destaque conquistadas pela entidade na classificação “Top of Mind” que a Folha de São Paulo faz anualmente em relação a diversos tipos de marcas distribuídas em diferentes categorias. Na categoria “Meio Ambiente”, a marca “Greenpeace” conseguiu ficar nos primeiros lugares durante dois anos consecutivos (2007 e 2008)⁵².

Se essa visibilidade se faz notável, o mesmo se pode dizer de sua influência política. Na verdade, relações parecem claras entre uma e outra. Isso porque a forma com que o *Greenpeace* alcança visibilidade e reconhecimento como ator engajado em temáticas ambientais parece lhe credenciar a um exercício de pressão e influência que poucos atores cívicos detêm. Um exemplo contundente em relação ao escritório brasileiro tem sido a adesão de várias cidades e alguns estados da federação a um programa proposto pela entidade com fins de inibir o mercado de extração e venda ilegal de madeira:

No Dia Mundial do Meio Ambiente, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito de São Paulo, José Serra, editaram decretos de lei restringindo o consumo de madeira ilegal nas licitações realizadas pelo governo do Estado e pela prefeitura e assumiram compromisso com o programa Cidade Amiga da Amazônia, do Greenpeace. Com isso, o maior mercado consumidor brasileiro de madeira fechou suas portas para o produto proveniente de desmatamento ilegal da Amazônia⁵³.

⁵² Cf. em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u461553.shtml>> e em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/topofmind/>>

⁵³ Cf. em <<http://www.greenpeace.org.br/quemsomos/relatorios/2005/pop.html>> Acesso em 29 de março de 09.

Essa e outras conquistas políticas da entidade estão divulgadas, em seção específica, no site do escritório internacional⁵⁴, na qual figura uma lista que vai desde a conquista de acordos formais, garantidos em lei, até esse resultado político produzido pela adesão difusa de cidadãos às solicitações a boicotes por ela promovidos.

No entanto, não somente pela visibilidade que esses resultados de influência política devem ser pensados. Ao lado e, em coesão a ela, a entidade promove ações de mobilização mais tradicionais como passeatas⁵⁵, cartas de abaixo assinado (Gabeira, 1988, p.108-109), recrutamento de trabalho voluntário e conclamação a boicotes que também parecem exercer um papel crucial nesse sentido.

Ademais, se esses resultados que configuram a influência política do *Greenpeace* parecem ter grande dívida com a visibilidade e a mobilização produzidas no âmbito da cena midiática, parece também haver um papel importante desempenhado pela discutibilidade das reivindicações promovidas por ela. Se levarmos em conta que a visibilidade produzida na cena midiática tem a capacidade de abrir canais de comunicação anteriormente não disponíveis, coloca-se, então, a questão de como, tendo-se aberto tais canais, as proposições e lances argumentativos do *Greenpeace* são revestidos de uma qualidade discursiva capaz de converter essa abertura em uma séria consideração por parte dos atores e agentes políticos por ela endereçados. Uma consideração que, como atestam as diversas “vitórias” da entidade, parece, nesse sentido, estar acompanhada com níveis razoáveis de discutibilidade.

Quando se leva em conta que os momentos de diálogos mais densos das audiências públicas, por exemplo, estabelecem exigências adicionais de justificação das reivindicações tornadas visíveis nos *media*, então passa a ser fundamental que a entidade possua um capital discursivo (para usar as palavras de Dryzek & Niemeyer, 2008) capaz de fundamentar em termos aceitáveis e consistentes tais reivindicações.

A esse respeito, o investimento que a entidade faz na produção de conhecimento e na contratação de pessoal altamente especializado em diversas áreas do conhecimento passa a ser um componente fundamental para fazer com que seu capital discursivo ganhe dimensões mais robustas. Dimensões essas que, se não estão imediatamente acessíveis, pelo menos não de modo completo e integral no âmbito de interação da indústria da informação (dos *media*),

⁵⁴ Cf. em <<http://www.greenpeace.org/international/about/victories>> Acesso em 29 de março de 09

⁵⁵ Cf. “Sociedade civil e parlamentares se unem em protesto contra Angra 3” em <<http://www.greenpeace.org/brasil/nuclear/noticias/sociedade-civil-e-parlamentare>> “Jovens pelo Planeta fazem a festa na Convenção sobre Biodiversidade” em <<http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/jovens-pelo-planeta-fazem-a-fe>>

devem se mostrar acessíveis e ativas em outros âmbitos interacionais para que seja possível aproveitar, de modo satisfatório, as oportunidades de convencimento e diálogo que são ofertadas pelos canais de comunicação abertos pela visibilidade midiática.

Eyerman & Andrew, nesse sentido, destacam como o investimento na produção de conhecimento feito pelo *Greenpeace* e sua transmissão a esses outros âmbitos interacionais é um ponto indispensável para fazer com que a entidade se faça valer como um ator político influente:

Conhecimento, para o Greenpeace, é algo ao mesmo tempo limitado e crucial. Sem informações estratégicas, suas campanhas seriam meramente shows midiáticos e teriam, há muito tempo, deixado de fazer notícias. É um arranjo cuidadoso de fatos que constituem suas campanhas, a disseminação de determinados argumentos para os *media* e para outros fóruns, testemunhos selecionados para audiências, conferências e para encontros internacionais que dão ao Greenpeace essa enorme influência.⁵⁶ (EYERMAN & ANDREW, 1989, p.113).

Ademais, pode-se deduzir da análise dos autores que o conhecimento produzido pela entidade é importante, não apenas para esses âmbitos interacionais não midiáticos, como as audiências públicas e seminários internacionais, mas também para os próprios *media*. Isso porque é com ele que a entidade ganha a oportunidade de inserir insumos discursivos nesse âmbito de modo mais sistemático e permanente⁵⁷.

Desse modo, o conhecimento e a competência técnica da entidade têm um papel importante, não apenas em guarnecê-la com material discursivo adequado a convencer os atores políticos interpelados em contextos não mediados de comunicação, mas como são também elementos fundamentais para fazer com que a própria visibilidade midiática, inclusive aquela acionada por ações espetaculares, seja enquadrada de uma forma que oriente

⁵⁶ Tradução livre de: “Knowledge, for Greenpeace, is at one and the same time very limited and very crucial. Without strategic information, its campaigns would be merely media shows and they would long ago have stopped making news. It is the selective gathering of campaign-related facts, the selective dissemination of arguments to the media and other public fore, the selective testimony at hearing and conferences and international meetings that gives Greenpeace its enormous influence” (EYERMAN & ANDREW, 1989, p.113)

⁵⁷ Essa análise pode ser confirmada a partir de um levantamento das formas de citação que o Greenpeace ganha na esfera midiática que realizei, de modo mais detalhado, num estudo sobre a estratégia de comunicação da entidade (Lycarião, 2009). Nesse levantamento, foram coletadas todas as citações ao *Greenpeace* feitas nos primeiros três meses de 2009 no jornal impresso de maior circulação dos seguintes países: Estados Unidos da América, Inglaterra e Brasil. Tratam-se respectivamente do *USA Today*, *The Daily Telegraph* e da *Folha de São Paulo*. Essa coleta foi realizada no dia 22 de março e utilizou, para tais fins, os motores de busca online disponíveis na página de cada jornal. As notícias foram codificadas a partir das seguintes categorias analíticas: 1- como voz de opinião acerca das questões ambientais; 2- como voz de especialista, de modo que se destaque a capacitação técnica de algum representante da entidade e que essa citação contenha considerável teor técnico-científico; e 3 - como evento de mídia, isto é, a partir da realização de um ato de protesto ou alguma ação capaz de ser interpretada à luz da noção de espetáculo trabalhada no quarto capítulo dessa dissertação. O resultado dessa codificação mostrou que a primeira categoria alcançou 51% das matérias, a segunda 24% e a terceira 21%. Isso significa, portanto, que, em termos de volume (que não necessariamente se converte em mesma proporção em termos de visibilidade e impacto cognitivo), o *Greenpeace* aparece mais como voz de opinião e como “fala competente” do que como um agente a promover um protesto ou algum conflito político espetacular.

interpretações e caminhos de leitura com uma ressonância considerável em relação ao trabalho argumentativo e demonstrativo mais extenso que a entidade promove. Esse fenômeno é, então, mais um fundamento para a hipótese de que os eventos de mídia promovidos pelo *Greenpeace* detêm os enquadramentos necessários para que a audiência possa, num momento posterior de recepção, empreender uma apropriação do trabalho mais extensivo, detalhado e complexo da argumentação que a entidade promove em âmbitos não mediados de comunicação, como é o caso de seu sítio institucional na internet.

Nesse sentido, vale também destacar que é justamente a disposição de diversos meios e ambientes de comunicação não mediados e produzidos pela própria entidade que fornecem as condições para que os profissionais dos *media* apurem e publiquem esses enquadramentos e caminhos de leituras. Desse modo, se não houvesse os *releases* que são enviados às redações pela entidade, sem uma equipe de assessoria de comunicação para atender a demanda dos jornalistas por declarações e dados, ou mesmo sem espaços institucionais de comunicação próprios que fornecessem os insumos para essas demandas, seria, muito mais oneroso, fazer com que as interpretações e caminhos de leitura que constituem o capital discursivo da organização pudessem ganhar o volume e a extensão de cobertura midiática que podem ser encontradas.

Se a ausência desses meios conferiria muito mais dificuldades para fazer com que os jornalistas e suas respectivas matérias fossem informadas acerca dos níveis mais densos de argumentação que a entidade promove, tal dificuldade se mostraria ainda mais intensa para o público em geral.

A centralidade desse tipo de comunicação institucional do *Greenpeace* chegou inclusive a ser pensada por Gabeira como um dos elementos principais que explicaria a eficácia da mobilização política da entidade. Para ele, a visibilidade da cena midiática teve um peso muito importante para mobilizar o interesse de vários cidadãos sobre as causas ecológicas e sobre a entidade mais especificamente. No entanto, segundo Gabeira, era o espaço institucional de comunicação, denominado de “Revista do Greenpeace” que a entidade teria conseguido transmitir uma mensagem mais coerente à sua visão de mundo⁵⁸. Nessa revista, eram publicadas informações sobre as campanhas, artigos de cientistas e ativistas do movimento ecológico, cartas dos colaboradores e até comunicados da organização solicitando

⁵⁸ “A concepção de interdependência, na qual se baseia o Greenpeace, e a concepção de espetáculo, na qual se baseia a tevê, são contraditórias. A primeira busca articulações, a segunda justapõe os dados. No mundo do Greenpeace, os fenômenos são vistos como uma espécie de malha indissolúvel, enquanto do mundo da tevê os eventos são apresentados em forma de mosaico, onde cada peça é separada e independente do conjunto.” (GABEIRA, 1988, p.106).

aos simpatizantes medidas de pressão sobre as instituições que estavam sendo confrontadas (Gabeira, 1988, p.108-109).

Tendo em vista o maior nível de coerência que a *Revista do Greenpeace* deteria com relação às suas próprias interpretações políticas mais amplas e, trabalhando com a idéia de que a comunicação de massa é fragmentária em suas mensagens, Gabeira, então, explicita a premissa que o conduz à análise de que a “montagem de um esquema alternativo de comunicação é uma defesa contra a maneira fragmentada com que a imprensa trata não só os problemas ecológicos, mas todos os acontecimentos.” (GABEIRA, 1988, p.106).

Para o autor, o sucesso da organização teria consistido em mobilizar corações e mentes para a causa ecológica e, paralelamente, converter essa mobilização em consciência política adequada à visão de mundo transformadora promovida pelo movimento ambiental. Para o primeiro passo, a comunicação de massa e as ações espetaculares teriam sido os fatores-chave e, para o segundo, eis então que entra a *Revista do Greenpeace*. O sucesso de articulação desses dois passos diferenciados e simultâneos de comunicação está sintetizado na afirmação de que o “Greenpeace soube realizar, pelos caminhos próprios, uma associação de lutas espetaculares com o trabalho cotidiano de seus simpatizantes.” (GABEIRA, 1988, p.112).

Se essa análise pode ser considerada válida num contexto em que a internet ainda estava fora do uso massivo que hoje tem se constatado, a realidade atual sugere que teríamos razoável elevação do poder e alcance da mídia alternativa produzida pela entidade, que antes se resumia basicamente à revista analisada por Gabeira. Tendo em vista que essa revista possuía, e ainda possui, uma periodicidade trimestral, com a expansão desses âmbitos de comunicação institucionais para a internet, as informações passam a ser produzidas de forma mais veloz, abrangente, intensa e econômica do que antes era possível através do meio impresso⁵⁹.

Nesse caso, é oportuno apontar que, mesmo os *media* fornecendo um leque de opiniões que possam, em sua maior parcela, configurarem-se como uma clara omissão às perspectivas encampadas pelos agentes cívicos como o *Greenpeace*, isso não significa necessariamente que suas posições, mesmo aparecendo relativamente pouco, serão vilipendiadas no processo deliberativo. Argumenta-se, em relação a essa questão, “que a possibilidade de maior acesso dos poderosos aos canais da mídia não nos pode cegar para o

⁵⁹ Como Downey e Fenton (2003, p.198) pontuam, “Está evidente que a internet permite que grupos radicais [...] construam a um custo baixo contra-esferas públicas de forma a acompanhar suas outras formas de organização e protesto.”

fato de que não basta falar para convencer. A oportunidade para falar não empresta nenhuma força convincente ou efetividade àquilo que alguém diz.” (MAIA, 2004, p.29).

Nesse sentido, a elevação das contribuições críticas do *Greenpeace* a um patamar de influência legítima de pressão política, mesmo alcançando pouca atenção midiática, poderia, ademais, ser explicada, em parte, pela idéia de que a parcela mais interessada e influente do público que constitui a audiência dos *media* possa eventualmente editar a esfera de discursiva midiática de modo a recortar as contribuições dos atores críticos com mais dedicação do que fazem os agentes do sistema midiático.

Tal possibilidade se enquadra na análise prospectiva de Gomes de que “os materiais que constituem a esfera de visibilidade pública podem ser editados como esfera pública de diversos modos.” (GOMES, 2008b, p.153). Se o que estes oferecem em relação às contribuições críticas dos atores cívicos são apenas ilhas de visibilidade, estas, não obstante, podem ser convertidas por esse público em um volume altamente extenso de leitura e formação opinativa acerca dessas contribuições. Em relação às pré-condições para que isso se constitua, Gomes estabelece que:

a esfera de visibilidade pública responde a condições essenciais para poder ser editada como esfera pública. Que condições seriam essas? Para que seja editada como esfera pública, a esfera pública midiática precisa estar atualizada (ou seja, fornecer quadros ágeis e completos da atualidade), possibilitar que se aprofunde em cada tema até o nível desejado pelo receptor (isso só se garante no sistema informativo como um todo) (GOMES, 2008b, p.154).

Isso implica que, para aqueles cidadãos que almejam se apropriar da discutibilidade pressuposta às aparições midiáticas que os atores cívicos alcançam, será preciso recorrer a materiais informativos e de opinião que não estão imediatamente disponíveis nos centros de visibilidade dos *media*. Nesse sentido, será preciso descer consideravelmente na escala de visibilidade para que se alcance meios de comunicação com os níveis discursivamente densos de comunicação política.

Viabilizar esse tipo de comunicação, no entanto, nem sempre se apresenta como uma tarefa simples para os atores críticos. Nesse sentido, muitas vezes é preciso mobilizar uma série de recursos financeiros e humanos para produzir e distribuir esses materiais informativos. Uma tarefa que se torna ainda mais árdua quando a natureza da causa visa atingir uma audiência ampliada, chegando a alcançar níveis nacionais ou mesmo a ultrapassá-los, como é o caso da agenda política do movimento ambiental da qual o *Greenpeace* encampa.

Nessas circunstâncias, as rápidas e dinâmicas transformações que o sistema

informativo tem sofrido com a emergência da comunicação digital tem tornado relativamente mais simples essa tarefa. A partir da possibilidade ampliada de acesso e de seus custos relativamente menores (principalmente no tocante à parte da distribuição), a internet poderia estar permitindo uma ampliação do sistema informativo de modo mais eficiente do que as condições anteriores permitiam.

Se isso oferece claramente ganhos para que os atores cívicos como o *Greenpeace* consigam sustentar um debate público na esfera pública, essas novas possibilidades, contudo, são disputadas por uma série de pesquisadores no que concerne a mudanças muito mais amplas e estruturais da esfera pública.

Transformações essas que inclusive viriam a modificar completamente os padrões de justiça política e de qualidade argumentativa que os meios de comunicação vinham impondo à esfera pública. Nesse sentido, uma idéia-base que tem sido defendida é a de que, a partir das novas tecnologias da comunicação, “a interdependência entre os subsistemas da comunicação e da política se torna mais flexível, sendo que cada parte desse nexos fica menos dependente um do outro.” (MAIA, 2006b, p.32):

Em outras palavras, a Internet é tida, em diversos estudos, como revitalizadora da esfera pública argumentativa, pois (1) daria oportunidade de expressão a vozes marginais, sem as barreiras impostas pela censura governamental ou interesses econômicos das indústrias do entretenimento e da informação (MITRA, 2001, p.45), abrindo ainda (2) a chance da reciprocidade discursiva da esfera civil. (MARQUES, 2004, p.152).

Para uma idéia mais detalhada de como essas questões vêm sendo discutidas na literatura especializada, será realizada, no capítulo a seguir, uma revisão de literatura com o objetivo de apreender as implicações dessas discussões para a sustentação pública de argumentos e opiniões no seio da esfera pública por parte de agentes da sociedade civil.

CAPÍTULO IV

Sociedade civil online: a abordagem teórico-metodológica das formas e contextos de utilização da internet

Nesse capítulo, almeja-se situar o presente estudo em relação ao contexto da literatura que toca na interface entre internet e esfera pública. Nesse sentido, no primeiro tópico serão retomadas algumas das principais idéias, teorias e acontecimentos que fundamentaram o ponto de partida do debate. No tópico seguinte, serão abordadas criticamente as principais orientações teórico-metodológicas acionadas por grande parte da pesquisa em deliberação online (a agenda de pesquisa que, no caso, possui o maior peso e influência quando se trata de pensar a interface entre internet e esfera pública). No terceiro tópico, por sua vez, serão colocadas em questão as armadilhas analíticas que habitam a discussão da internet em supostamente fragmentar a esfera pública.

A partir do desdobramento das observações produzidas no conjunto desses tópicos, será defendida, no último, a orientação teórico-metodológica que aponta para as formas e contextos de utilização da internet como o caminho mais adequado para se apreender os emergentes fenômenos da comunicação política contemporânea.

Nesse sentido, argumenta-se que o estudo do âmbito interacional referente à página do *Greenpeace* na internet demonstra requisitos fundamentais para se inserir dentro do universo de práticas que estariam promovendo novos modelos de experiência com a esfera pública. Dentro desses novos modelos, explora-se a idéia de um sistema informativo ampliado provendo condições muito mais completas para se realizar uma edição dos materiais informativos e de opinião política como esfera de argumentação pública.

4.1 Pontos de partida do debate:

Dentro da avalanche de pesquisa acerca das implicações democráticas da internet parece ter havido, desde o começo, uma miríade de perspectivas epistemológicas⁶⁰. No entanto, pode-se dizer que, num momento inicial, sobressaiu-se um sotaque mais

⁶⁰ Nesse sentido, vale destacar o pensamento apocalíptico de Paul Virilio (1993) que viu na internet apenas mais um dos estágios avançados de ruptura e esvaziamento do sentido que só as relações sociais face a face são capazes de sustentar. Além disso, outro texto que data dos anos 90 e que nem assume uma perspectiva triunfalista nem apocalíptica é o de Street (1997). Aqui o autor estabelece uma teoria social da técnica que leva em conta os fatores estruturais de uma sociedade que determinam o desenho e a configuração das tecnologias. Como essa estrutura é perpassada por contradições, as próprias tecnologias expressariam tensões e, ao mesmo tempo, as relações de hegemonia de uma sociedade. Já de um ponto de vista mais crítico, destaca-se também o trabalho de Neil Postman (1994) no qual se busca revelar os riscos e problemáticas que as tecnologias (com algum destaque para a internet) estão trazendo para a vida social contemporânea.

“triumfalista” acerca dos diversos potenciais discursivos e interativos que as redes telemáticas ofereciam. Nesse sentido, ela teria sido considerada como uma solução para diversos déficits que vinham sendo identificados sobre as estruturas comunicativas da esfera pública e da vida democrática em geral.

Uma das principais fontes desse entusiasmo teve, muitas vezes, como ponto inspiração uma forte linha de análise que correlacionou a emergência das redes telemáticas a um novo padrão de sócio-cultural emergente e que sinalizava se tornar dominante no contexto da sociedade da informação. Tal perspectiva ganhou o nome de cibercultura e serviu como suporte analítico para criar a expectativa de que internet inaugurava um nível sem precedentes de liberdade de comunicação, configurando, nesse sentido, aquilo que André Lemos (2002) chamou de “liberação do pólo da emissão” .

A idéia que subiste nesse direcionamento interpretativo enfatiza um novo padrão de comunicação, permeada por níveis maiores de interação, de diversidade informativa e de contemplação das aspirações comunicativas e relacionais dos indivíduos. Aspirações essas que antes não tinham a mesma capacidade de se realizarem devido a barreiras espaço-temporais e da indisponibilidade de um ambiente de interação generalizado (todos-todos) e multiforme que a internet veio a possibilitar.

Quando esse conjunto de características e potencialidades foi pensada em relação ao que poderia significar para a esfera pública, ele acabou, então, por projetar um horizonte de excelentes perspectivas para a comunicação política, já que as novas tecnologias passaram a permitir “pôr em contato impessoal, ou virtual, interlocutores socialmente distantes com o objetivo de articular alianças e estabelecer orientações coletivas de ação na busca de exercer influência política.” (COHEN, 2003. p.439).

Não obstante, o entusiasmo não tinha sua razão de ser apenas por inferências tiradas das características tecnológicas e pelas suas respectivas possibilidades de articulação política e coordenação de ação coletiva vislumbradas. Isso porque os primeiros anos de expansão da internet foram marcados justamente por uma série de mobilizações e eventos políticos que tiveram exatamente na web um de seus principais ambientes de articulação e mobilização política.

Dentro então do contexto do começo dos anos 90, os exemplos mais recorrentes se referem ao levante em Chiapas do Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1994 (Antoun, 2002, 2005; Castells, 1999, p.97-112; Chadwic, 2006; Cleaver, 1998; Downing, 2002, p.292-302); ao escândalo envolvendo o Acordo Multilateral sobre Investimentos

(Capra, 2002, p.228-230, Deibert, 2000) e às manifestações de Seattle que impediram a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999 (Castells, 2004, p.171).

Em todos esses acontecimentos, a internet teria servido como um palco decisivo para articulação política, difusão de informações e para a coordenação de ação coletiva. Tendo em vista que esses eventos contaram com respostas efetivas por parte dos poderes políticos, eles acabaram, então, tornando-se paradigmáticos para fundamentar a eficácia política das novas tecnologias de comunicação.

No entanto, se esses casos foram largamente analisados em seus impactos políticos e em função de sua eficácia em mobilizar cidadãos para gerar influência política, por outro lado, pouco se fez para pensá-los à luz da noção de esfera pública ou mesmo de qualquer outra base normativa democrática, seja liberal ou participativa. Desse modo, ainda que pudessem servir para uma investigação nesse sentido, o quadro geral desses estudos é muito mais preocupado nos aspectos estratégicos, sócio-culturais e instrumentais decisivos que permitiram uma mobilização ampla da sociedade e da atenção pública.

Isso não quer dizer, por outro lado, que se fizeram raras as pesquisas de experiências políticas da internet em função de padrões normativos democráticos, mais especificamente daqueles implicados na noção de esfera pública. Nesse sentido, pode se identificar uma profusão de estudos que visam propor, desconfiar ou testar a capacidade da internet em abrigar deliberação. É dessa profusão de pesquisas que trataremos no tópico a seguir.

4.2 A agenda da deliberação online:

Se as pesquisas anteriormente discutidas estavam muito mais preocupadas nos impactos da mobilização social sobre o processo de tomada de decisão política e condução de políticas públicas, esse outro conjunto de pesquisas vai perder de vista essa ênfase para ganhar em densas análises acerca dos padrões discursivos operados na internet.

De modo coerente a essa preocupação central, grande parte desses estudos se utilizará de fóruns, listas de discussão e salas de bate papo *online* como principais objetos de investigação (Albrecht, 2006; Brants, 2002; Dahlberg, 2001a; Hageman, 2002; Min, 2007; Papacharissi, 2004).

Não obstante, haverá em relação a esse conjunto de pesquisas uma intensa diferença no terreno argumentativo e de projeções em relação àquele outro conjunto de investigações que focalizam a eficiência das mobilizações políticas promovidas com o suporte da internet. Isso porque, a partir do momento que os parâmetros normativos da esfera pública passam a

fazer parte de modo sistemático das análises, as projeções passam a se tornar mais irregulares e disputadas (para não dizer contraditórias).

Uma disputa que inclusive investigará as possibilidades abertas pela internet para criar oportunidades a uma comunicação política com padrões argumentativos que os *media* de massa não estariam em condições de prover. Tal perspectiva será levada tão a sério por alguns pesquisadores que fará com que se coloque em questão até que ponto a internet seria ela mesma uma esfera pública, no caso, uma esfera pública virtual (Dean, 2003, Papacharissi, 2002).

Circulando na órbita dessa agenda de pesquisa, diversos estudos de casos irão favorecer a hipótese de que a internet serve sim como um ambiente adequado à deliberação pública (Dalhberg, 2001c; Price & Cappella, 2002; Strommer-Galley 2003). Essas pesquisas propõem, então, que as experiências estudadas “podem mais adiante servir para se observar as capacidades das novas tecnologias da comunicação em gerar aprendizado público e a formas de processamento de opiniões em ambientes ricos em conversação” (p.323).

Essas pesquisas demonstram muito bem a natureza rugosa do terreno de análise dessa agenda pesquisa. Nesse sentido, tanto Strommer-Galley (2003) como Price & Cappella (2002) vão fazer referências diretas a outros estudos que, com os mesmos propósitos, chegam a resultados diametralmente opostos.

Dentro dessa outra perspectiva empírica da deliberação *online*, tem-se a pesquisa de Davis (2005) que simplesmente descarta a existência de um debate qualificado por parte das listas de discussão. Para ele, “nos grupos políticos, os lances discursivos muitas vezes não são discussões, mas monólogos.” (p.123). Isso porque, o que se encontraria na listas de discussão seriam muito mais a mera expressão dos seus assinantes, que não se disporiam a considerar os argumentos dos outros, a trocar argumentos, a produzir aquilo que se te denominado de reflexividade discursiva. Nesse sentido, Maia reporta um conjunto de pesquisas que endossam a perspectiva crítica sustentada por Davis:

Conforme os estudos de Wilhelm (1999) e Hill e de Hughes (1998) evidenciam, a grande maioria dos participantes em listas de discussão política e chats expressam a própria opinião, buscam e disponibilizam informação, sem que se vinculem a um debate propriamente dito. (MAIA, 2002, p.56).

Ademais, Davis (2005) e Wilhelm (2000) apontam que essas intervenções, muitas vezes, sequer se apresentariam na forma de argumentos já que muitas delas seriam frutos de *spam* ou de divulgações de notícias e informações produzidas pelos meios de massa. Uma realidade ainda pior - e também identificada pelos autores - é a ausência de civilidade no

ambiente de conversação online, manifesta através de discursos de ódio, de xingamentos, daquilo que eles denominam de *flaming*.

Essa realidade, no entanto, é contestada por Papacharissi (2004). Nesse sentido, ela propõe compreender a civilidade de modo mais amplo (como o comportamento capaz de fortalecer a conversação democrática) e aplicá-lo como indicador analítico para estudar a qualidade discursiva das postagens de listas de e-mail.

Ao desenvolver esse estudo, a autora estabelece que a civilidade é um padrão dominante das listas estudadas, mas chega também a uma conclusão que parece ser pertinente a quase totalidade das pesquisas sobre deliberação online aqui referenciadas: “as discussões políticas online são freqüentemente dominadas por um pequeno grupo de pessoas e possuem muito pouco, se algum, impacto sobre o processo de decisão política” (PAPACHARISSI, 2004, p.23).

Elas chegam a ser pertinentes talvez muito mais em função das preocupações que orientam essas pesquisas do que pela natureza essencial das atividades políticas realizadas no ambiente *online*. Conforme foi observado anteriormente, a agenda de pesquisa da deliberação *online* e da internet como esfera pública virtual está interessada basicamente na qualidade argumentativa e discursiva que são estabelecidas entre cidadãos quando eles resolvem se engajar em debates políticos. Quando tal preocupação se torna central, aquela qualidade de efetividade e influência política - que tanto animou os pesquisadores mais ligados à mobilização de recursos - tende a desaparecer. Daí, então, que mesmo os achados de conversas com altos níveis de civilidade e argumentação racional tendem a não demonstrarem maior relevância em termos de verificar uma influência efetiva, da constituição de *input* das razões aí processadas sobre o sistema político. Nesse sentido, Gomes observa ceticamente que:

apesar do fato de a internet prover espaço adicional para a discussão política, ela também é atingida pelas blindagens antipúblico do nosso sistema político, o que diminui consideravelmente a real dimensão e o real impacto da opinião pública tanto on-line quanto off-line. (GOMES, 2005a, p.221)

Isso não significa, por outro lado, que os fenômenos estudados pela agenda de pesquisa em questão possam ser considerados nulos em termo de funções deliberativas. Nesse sentido, Maia (2008) coloca a necessidade pensar não em efeitos diretos sobre o sistema político ou em níveis extremamente exigentes de discutibilidade como os problemas mais adequados para se estudar as conversações políticas online. Esses fenômenos, nesse caso, talvez estivessem muito mais aptos a revelar como eles podem “preparar os cidadãos e os

atores coletivos cívicos para debates mais exigentes” (MAIA, 2008a, p.51) do que para provar se a internet tem ou não vocação para abrigar deliberação, se ela pode ou não ser considerada como uma esfera pública virtual.

Não obstante, talvez a maior lacuna teórico-metodológica desses estudos resida em explorar o papel da internet em abrigar deliberações compreendendo estas como encontros dialógicos singulares (Maia, 2008a, p.52). Desse modo, cria-se um esforço de medir a deliberação e avaliá-la em espaços de trocas discursivas mediadas por computador, a exemplos de fóruns, listas de discussão e salas de bate papo *online*.

O problema evidentemente não se refere aos objetos de estudo para pensar a deliberação e a esfera pública, mas na sua abordagem, nas perguntas de origem, nas hipóteses que são produzidas e testadas. Isso porque, salvo exceções (Friedman, 2005, Gillett 2003, Haje, 2002; Siapera, 2005), ao avaliarem um momento (um recorte) deliberativo, essas pesquisas exigem de uma situação muito específica uma série de demandas e questões que só serão possíveis de serem adequadamente avaliadas no processo deliberativo ampliado, ou seja, quando se leva em conta que as deliberações se constituem como processos complexos, que inclui uma diversidade de atores e que é processada pelo intercruzamentos de múltiplas arenas deliberativas e âmbitos interacionais.

4.3 As hipóteses da desintermediação e da fragmentação da esfera pública:

Uma outra linha de discussão que foi recorrente na pesquisa em internet e esfera pública foi dinamizada em torno da idéia de que a internet poderia estar catalisando uma deterioração da mediação social e política que vinham sendo tradicionalmente empreendidas pela comunicação de massa. O ponto fundamental da controvérsia se abre a partir do momento que se desenrolam as conseqüências dessa desintermediação⁶¹.

Nesse sentido, de uma lado há aqueles que apontam para a possibilidade dessa desintermediação promover a fragmentação da esfera pública e de um conjunto de assuntos de interesse comum através do qual as pessoas poderia interagir discursivamente a busca de soluções em torno de questões problemáticas. Em sentido diverso, outros levantaram a possibilidade de um fortalecimento da esfera pública, a partir do momento que novos atores poderiam participar no debate público que muitas vezes fica prejudicado pela lógica da comunicação de massa de privilegiar as vozes oficiais ligadas ao centro do sistema político. A internet poderia, assim, trazer uma ampliação da participação discursiva na esfera pública,

⁶¹ Para uma panorama acerca dessa discussão ver Marques (2004) e Marcondes (2006).

umentando substancialmente os níveis de justiça política correntes.

Justamente tomando em conta essas possibilidades com horizontes bastante divergentes de expectativas que Habermas apontou nos anos 90 uma ambigüidade⁶² fundamental sobre esse meio de comunicação emergente:

Os públicos produzidos pela internet permanecem fechados uns aos outros, tal como vilas globais. Até o momento permanece pouco claro se está ocorrendo uma expansão da consciência pública, embora centrada no mundo da vida, mas ainda assim com a habilidade de se espriar sistematicamente por diferentes contextos ou se os processos sistêmicos, tendo se tornado independente uns dos outros, estejam deteriorando os laços produzidos entre os diferentes contextos produzidos pela comunicação política.⁶³ (HABERMAS apud Downey & Fenton, 2003, p.189).

Diante, então, desse conjunto de problemas difíceis de serem resolvidos no plano teórico, surgiu uma grande diversidade de pesquisas empíricas para tentar apurar indícios se a internet estaria realmente promovendo a fragmentação da esfera pública de modo a gerar ou não a tão temida balkanização (Cammaerts & Audenhove, 2005; Davis, 2005; Palczewski, 2000; Huges, 1998; Sustain, 2001, Strommer-Galley, 2003; Zheng e Wu, 2005).

No entanto, de modo convergente ao que tem ocorrido na literatura sobre deliberação online, o conjunto dessas pesquisas não apresenta um quadro coerente de resultados. Isso porque de um lado se reclama a confirmação de que a internet promove espaços fragmentados e ideologicamente fechados (Davis, 2005; Palczewski, 2000; Huges, 1998; Sustain, 2001) e de outro (Strommer-Galley, 2003) de que ela “não é necessariamente um jogo de resultado zero” (Zheng e Wu, 2005, p.533)⁶⁴. A pesquisa de Cammaerts & Audenhove (2005) se

⁶² As análises de Castells (1999, 2004) também assumem uma perspectiva ambígua em relação aos efeitos democráticos da internet. Se por um lado, avalia-se que ela se tornou um palco formidável para os novos padrões de organização política da Sociedade da Informação (marcados pela flexibilidade e descentralização gerencial), não obstante, fazem proveito dessa ferramenta tanto grupos pró-democráticos quanto iniciativas políticas refratárias à vida democráticas, tais como os grupos de ódio e os terroristas. Ademais, Castells acaba também estabelecendo preocupações similares a de Wolton e Shapiro quando alerta que “a política *on-line* poderia exaltar a individualização da política e da sociedade, a tal ponto que a integração, o consenso e a criação de instituições tornar-se-iam metas perigosamente difíceis de serem atingidas.” (CASTELLS, 1999, p.410).

⁶³ Tradução livre de: “The publics produced by the Internet remain closed off from one another like global villages. For the present it remains unclear whether an expanding public consciousness, though centered in the lifeworld, nevertheless has the ability to span systematically differentiated contexts, or whether the systemic processes, having become independent, have long since severed their ties with all contexts produced by political communication.” (HABERMAS apud Downey & Fenton, 2003, p.189).

⁶⁴ Essa conclusão tenta então pode estabelecer uma resposta àquela questão que Teodósio (2004) identificou como um dos principais dilemas da relação entre esfera pública, internet e sociedade civil: “O principal dilema que se estabelece com a utilização da Internet como estratégia democratizante remete-se ao campo teórico. A idéia de democracia se vincula fundamentalmente ao campo da construção do espaço público. Sendo assim, democracia não pode ser entendida como o somatório de opiniões individuais, viabilizado pela eficiência operacional do ciberespaço. Democratização implica na construção da vontade coletiva, mediante o embate e o encontro argumentativo entre diferentes vontades individuais. Nesse ponto deposita-se a própria noção de espaço público. Esse parece ser o verdadeiro desafio da construção da participação através das novas tecnologias de informação, romper com as relações individualizadas de “*soma zero*” no espaço digital, fortalecendo a esfera pública.” (TEODÓSIO, 2004, p.xx)

apresenta muito bem como um espelho dessa agenda de pesquisa quando evidencia a partir de iniciativas cívicas de diversos países a existência das duas realidades⁶⁵.

Não obstante todo esse esforço empírico, Dahlberg (2007), por sua vez, avalia que “o debate da fragmentação continua num impasse devido ao limitado escopo de material empírico disponível. Os dois lados sustentam suas posições a partir de um pequeno conjunto de observações.” (DAHLBERG, 2007, p.831). O autor, nesse sentido, leva sua crítica a esse conjunto de pesquisa mais adiante quando questiona também as premissas que sustentam os dois lados dessa agenda de investigação.

Para ele, a idéia de que o fortalecimento dos grupos like-minded seria por si só um motivo de preocupação seria bastante questionável. O autor defende, nesse caso, que a discussão da fragmentação toda estaria prejudicada devido a uma concepção de esfera pública orientada para o consenso, para a resolução e superação das diferenças através da interação argumentativa:

Em outras palavras, ambos os lados do debate assumem um modelo de democracia deliberativa e de esfera pública de tipo liberal, orientada ao consenso, no qual a diferença é, em última instância, um problema a ser resolvido, uma ameaça à formação da opinião pública e à estabilidade social. O desejo de observar diversas pessoas se encontrando e se engajando em um desacordo, e a preocupação de quanto desse fenômeno se faz presente está intrinsecamente ligado ao desejo de ver esses mesmos desacordos e diferenças serem superados através da interação racional⁶⁶ (DAHLBERG, 2007, p.832).

Fundamentando suas análises a partir de autores como Mouffe, Fraser e Dryzek, Dahlberg propõe, então, uma concepção de esfera pública que abrigue a contestação, a diferença ideológica e as posições políticas tidas como extremas com uma força normativa⁶⁷.

Nesse sentido, o fortalecimento de grupos políticos bem definidos ideologicamente a partir da emergência da internet pode representar, na verdade, ganhos para a esfera pública, já que eles estariam mais propensos a gerar um movimento de contestação pública. Um movimento que inclusive estaria mais propenso a desestabilizar formas hegemônicas de pensamento que eventualmente sustentam formas assimétricas de participação política e de

⁶⁵ Não obstante das três experiências analisadas acerca da existência de uma possível cidadania sem fronteiras, apenas uma (o Indymedia) apresentava diversidade ideológica e mesmo assim apresentava um elevado nível de flaming e ataques pessoais nos momentos de discussão que eventualmente ocorrem no entorno das notícias publicadas

⁶⁶ Tradução livre de: “In other words, both sides of the debate assume a liberalrationalist, consensus-oriented model of deliberative democracy and the public sphere, where difference is ultimately a problem to be dealt with, a threat to the formation of public opinion and social stability. The desire to observe different others meeting and engaging in disagreement, and the argument about how much this is taking place, is tied to a desire to see these disagreements and differences overcome through rational interaction.”

⁶⁷ “Discursive contestation here is not simply an empirical description, but a normative requirement for advancing the public sphere.” (DAHLBERG, 2007, p.836). Tradução livre: “A contestação discursiva aqui não é simplesmente uma descrição empírica, mas um requerimento normativo para alargar a esfera pública.”

distribuição de riquezas. Desse modo, Dahlberg propõe que a expansão desses grupos, a partir do suporte das redes telemáticas, não pode ser simplesmente visto como um indício para a idéia de que uma fragmentação depreciadora da esfera pública estaria ocorrendo.

Ele propõe, então, recolocar a questão da pesquisa acerca dos efeitos democráticos da internet sob a perspectiva de que até que ponto ela estaria favorecendo a contestação discursiva. Uma contestação que, no caso, realizar-se-ia tanto internamente aos espaços dos grupos políticos como entre eles. Desse modo, o que se tem mente como foco de investigação é a expansão generalizada da contestação e do embate de discursos tanto nas diversas esferas discursivas como entre elas (ibidem, p.836).

No entanto, o autor estabelece um viés cético em relação à capacidade da internet de estar promovendo essa expansão já que para as pesquisas em voga estariam demonstrando que o ambiente online estaria sendo colonizado pelas mesmas patologias que a indústria da comunicação teria imposto durante décadas à comunicação pública:

Pesquisas da economia política da comunicação indicam que essa situação está sendo reproduzida no ambiente online. Assim como o *offline*, o terreno discurso online predominante está sendo estruturado por corporações empresariais através de seus portais e sites midiáticos que promovem discursos consumistas, deixando o debate confinado às fronteiras do capitalismo de mercado e assim com poucas oportunidades para a contestação discursiva⁶⁸. (DAHLBERG, 2007, p.840).

Se, por um lado, o autor parece aqui incorporar, sem mais ponderações, a tradição de pesquisa do mal estar midiático, por outro lado, sua reivindicação de uma permanência da predominância da comunicação industrial sobre as formas de comunicação independentes ou sem fins lucrativos é coerente com que os dados de diversas fontes têm apontado.

Essas constatações sugerem que o denso debate em torno da intermediação e da fragmentação da esfera pública passa a ter seu peso fortemente questionado quando se começa a perceber que o sistema informativo contemporâneo ainda é fortemente controlado pela indústria da comunicação de massa. Um controle este que perpassaria as mais diversas mídias, desde o rádio, passando pela tv e chegando também na internet, refletindo-se, desse modo, nos dispositivos e modos de uso que produzem a convergências destas diversas mídias. Essa permanência para Gomes chega a ser tão patente que ele designa o fenômeno da “clonagem digital” para se referir ao circuito predominante de consumo de informação política no ambiente *online*:

⁶⁸ Tradução livre de: “Critical political economy research indicates that this situation is being reproduced online. As offline, ‘mainstream’ online discursive terrain is being structured by corporate portal and media sites promoting consumer discourse, with debate largely confined within the boundaries of market-capitalist assumptions with limited opportunities for discursive contestation.”

a informação política qualificada predominante continua sendo a dos meios de massa, agora também em formato Web e a informação política mais extensamente disponível é, em geral, de pouca serventia para o público, pois representa normalmente uma massa disforme de dados, desprovida, ademais, de marcadores de credibilidade. (GOMES, 2005b, p.70).

No entanto, se a noção de “clonagem digital” acaba por ser útil em revelar a permanência do controle da indústria da comunicação sobre a informação política predominante, ela, por outro lado, pode deixar encobertas as transformações e diferenças que se processam no sistema de produção e difusão dos materiais informativos a partir do momento que ele se processa no ambiente de ação da internet. Nesse sentido, é preciso levar em conta que o jornalismo *online* e as próprias rotas de leitura por parte dos usuários podem assumir contornos sensivelmente distintos ou mais complexos do que aqueles operados por outras mídias.

Deve-se levar em conta, nesse caso, as modificações que se processam quando o jornalismo digital estabelece para a audiência, não apenas uma coleta e edição de informações apuradas junto a suas fontes tradicionais, mas também oferece para essa audiência *links* que remetem diretamente às fontes trabalhadas nas matérias. Um tipo de atividade esta que permite à audiência recorrer diretamente às fontes trabalhadas sem que para isso seja necessário realizar um esforço muscular ou financeiro de maior exigência, como o ter de se deslocar até a instituição que forneceu as informações para acessar documentos que foram utilizados pelo jornalista. A *linkagem* do jornalismo online permite, dessa maneira, que o leitor apenas com um clique no *mouse* acesse informações mais detalhadas acerca daquilo que está em visibilidade. Como resultado, se, por um lado, a idéia do *gatekeeping* não desaparece e a mediação que ele gera sobre a esfera pública, por outro, a forma como essa ação é operada no ambiente *online* passa a permitir um adensamento das questões pautadas pelo jornalismo de modo muito mais fácil e prático por parte da audiência.

Outro fenômeno importante que a expressão “clonagem digital” também não conseguiria capturar é aquilo que Bennet (2003) designou como a alteração dos fluxos de informação que as redes sociais conseguem eventualmente infligir sobre o jornalismo da comunicação de massa. Destaca-se aqui os materiais disponibilizados na internet que conseguem assumir uma difusão viral a partir do momento que vão se espalhando por meio das redes de relacionamento (seja por e-mail ou por sites de redes sociais como o *Facebook* ou o *Orkut*) e que acabam alcançando a cobertura do jornalismo da comunicação de massa. No entanto, o mesmo fenômeno em vetor contrário se mostra bastante recorrente. O que ocorre quando materiais que tiveram eventuais aparições nos *media* são recortados e disponibilizados

em sites de compartilhamento de conteúdo e, a partir daí, passam a ganhar um número crescente de visualizações. Materiais esses que inclusive datam de décadas atrás, mas que, por seu impacto e importância social construída, acabam reverberando em uma busca permanente por visualização⁶⁹.

Um último fator que o ambiente de comunicação da internet e que junto com os outros fenômenos apontados promoveria uma *ampliação do sistema informativo contemporâneo* é aquele movimento de consumo de informação que combina a comunicação industrial de massa com as fontes eminentemente políticas disponíveis internet. Nesse sentido, destaca-se a aproximação que diversas instituições tem feito com o público a partir do momento que oferecem um site de provimento de informações e serviços que possam vir a ser utilizados para complementar (ou ampliar) a visibilidade pública alcançada nos *media*.

Essa aproximação pode ser genericamente observada quando se leva em conta que há um grande investimento por parte de organizações com algum interesse político ou de imagem pública em prover, através da internet, uma comunicação, muitas vezes, referenciada na visibilidade alcançada no jornalismo e na indústria da comunicação de massa. Como essa tem sido uma prática inclusive de organizações empresariais⁷⁰, é, portanto, concebível que tanto investimento não seria viabilizado caso não houvesse a percepção por parte dessas agências de que ele pode ser decisivo na gestão de imagem ou na conquista de resultados políticos. Um poder decisivo que decorreria da atitude por parte dos cidadãos em realizar um aprofundamento acerca das questões que aparecem na esfera de visibilidade pública.

Um exemplo desse aprofundamento, e de como ele pode repercutir na imagem e opinião pública de atores políticos, deu-se mediante a transmissão, realizada no dia 15 de junho de 2009, de uma crônica feita pelo professor Fabiano Cotrim. A crônica foi lida pelo locutor Gledson Moreira no programa informativo da Rádio Educadora Santana de Caetité (município do Estado da Bahia) e teve por objetivo denunciar a omissão de diversos atores e instituições políticas locais com relação à denúncia realizada pelo *Greenpeace* de que a cidade de Caetité estava com poços d'água contaminado por radiação. Radiação esta que teria sido

⁶⁹ Um exemplo é a primeira entrevista que Nixon concedeu após o escândalo de Watergate e cujos alguns trechos disponibilizados no Youtube possuem mais de 2 milhões de visualizações: <<http://www.youtube.com/watch?v=jw6LhKCYUCQ&feature=related>> Acesso em 27 de maio de 2009.

⁷⁰ Dois exemplos recentes na política brasileira foi a da abertura da CPI da Petrobrás (maio de 2009) e as denúncias envolvendo executivos da empresa Camargo Correia (março de 2009). Nos sites de ambas as empresas era possível verificar respostas em relação às denúncias que os fatos políticos divulgados na imprensa traziam. No caso do site da Camargo Correia, assim que se acessava a página inicial, uma janela menor se abria. Essa janela continha um texto rebatendo as acusações contra seus executivos e afirmando a idoneidade da empresa na realização de seus negócios. No site da Petrobrás, por sua vez, e com uma programação visual mais discreta que aquela da Camargo Correia foi disponibilizado na página inicial ao lado direito (abaixo da seção "imprensa") uma matéria cujo título era "Presidente da Petrobrás comenta sobre CPI".

causada pela empresa de processamento de urânio AINB. Para ilustrar a omissão dos poderes locais em relação à denúncia, inclusive noticiada em diversos veículos de comunicação, o professor Cotrim recorre, então, aos sítios na internet dos atores políticos implicados para fundamentar suas alegações:

Antes de começar o texto, faço uma visitinha ao sítio da AINB na internet e lá nada se fala sobre o assunto [...] depois vou ao sítio da prefeitura municipal de Caetité e lá também o silêncio é aterrador [...] sítio do PSB, partido do nosso prefeito, também nada. Página do PC do B, partido da vice-prefeita, também nada! Em comum, todos eles silenciam a respeito das recentes e importantes ações judiciais deflagradas contra a AINB em Caetité. Será coincidência? [...] contundo, quase todos os jornais importantes do país estamparam a notícia, [...] “Ministério Público Federal da Bahia pede suspensão das atividades da AINB em Caetité e auditoria independente”. [...] Uma constatação evidente: políticos locais estão contra os interesses do município, pois assumiram posição francamente favorável à AINB antes mesmo das decisões judiciais serem proferidas, mesmo diante de evidências tão fortes levantadas pelo respeitado *Greenpeace*⁷¹.

Não obstante, mesmo que apenas uma parcela muito diminuta de indivíduos chegue a efetivamente a realizar esse trabalho de complementar os materiais informativos da comunicação de massa com aqueles disponíveis diretamente por agentes políticos em seus respectivos sites, o fato é que transformações importantes no sistema informativo estão se processando. Transformações estas que, muitas vezes, incrementam as condições que Gomes (2008b, p.154) indicou como necessárias para que os cidadãos possam editar a esfera de visibilidade pública como esfera de argumentação pública. É justamente levando em consideração a disponibilidade e a importância de fontes complementares à comunicação de massa que esse trabalho fundamenta a idéia de um sistema informativo ampliado. Este seria formado pelos materiais de atores políticos, os quais, através da internet, promoveriam quadros de sentido mais sofisticados e robustos em termos de discutibilidade (de qualidade argumentativa).

Nesse sentido, parece que há, pelo menos em termos de oportunidades para uma participação qualificada na esfera pública, ganhos *reais* trazidos pela expansão de acessibilidade que os materiais políticos (fatos, personagens e discursos) referenciados nos *media* sofreram com a multiplicação de fontes e vozes disponíveis na internet. Uma acessibilidade que, diante do que demonstra um grande universo de sítios, parece disponibilizar uma densidade de argumentação pública (de discutibilidade) dos referidos materiais antes não encontráveis (não acessíveis).

Isso significa que os materiais políticos de atores cívicos que possuem visibilidade pública relevante, quando disponíveis na internet, ganham uma acessibilidade inédita, o que,

⁷¹ Transmissão com a crônica do professor se encontra disponível no anexo em DVD deste trabalho.

por sua vez, não é pouco, tendo em vista a dificuldade que antes se apresentava aos cidadãos quando lhes era de interesse saber ou confrontar os posicionamentos de organizações e personagens políticos presentes na esfera de visibilidade pública. É desse movimento analítico, portanto, que se fundamenta o argumento de que a página do *Greenpeace* fornece uma fonte e, ao mesmo tempo, um tencionamento dos enquadramentos produzidos acerca de determinado problema político. Problema político este que, ao ganhar a arena de visibilidade midiática por meio de recursos espetaculares de comunicação, passam, então, a estimular à audiência a realizar um aprofundamento acerca do mesmo.

É importante destacar, no entanto, que a capacidade do sistema informativo prover a possibilidade de um aprofundamento até o nível desejado de temas que estão em visibilidade é algo que precisa ser testado nas condições específicas que envolvem os diferentes temas da esfera pública e a competência específica dos atores que se lançam em sustentar debates públicos em torno desses temas.

Isso porque, mesmo que a grande maioria dos agentes políticos (dos representantes eleitos até os movimentos sociais) disponibilizem sítios para os mais diversos fins, é uma tarefa empírica verificar se esses sites fornecem efetivamente “quadros ágeis e completos da atualidade” e, assim, permitam um aprofundamento até o nível desejado em relação aos temas em que esses agentes estão engajados publicamente. Nesse sentido, o próprio exemplo da crônica do professor Cotrim mostra como alguns atores políticos nem sempre realizam a alimentações de seus sítios de modo a promoverem esses quadros ágeis e completos dos assuntos que fazem parte da visibilidade pública política em um determinado momento.

Se esse é um exemplo que denuncia a fragilidade de atores mais ligados ao sistema político, o estudo de Stein (2009, p.763), por sua vez, apurou que 45,3% das organizações de movimentos sociais dos Estados Unidos oferece baixos níveis de provimento informacional na internet. Isso estabelece, então, que o oferecimento, por parte de atores cívicos, de materiais que possam funcionar para adensar e ampliar a visibilidade pública política é ainda uma prática em desenvolvimento e que tende apresentar profundas variações a depender do ator cívico envolvido.

4.4 Pela agenda das formas de uso e contextos de utilização da internet:

Tendo em vista justamente essa percepção de que a malha informativa disponível na internet pode apresentar grandes discrepâncias a depender do contexto e da ação efetiva que os diferentes agentes políticos realizam é, então, que um crescente volume de análises tem sublinhado a necessidade de uma guinada teórico-metodológica na pesquisa que trata da

interface entre internet e esfera pública. Essa guinada coloca de lado preocupações mais globais acerca dos efeitos da internet sobre a esfera pública e passa a se debruçar sobre os diferentes contextos e usos da internet para promover a sustentação de debates públicos.

Uma das vantagens que essa orientação teórico-metodológica é que ela permite superar as fragilidades daquelas pesquisas que tomam como ponto de partida as características tecnológicas e econômicas da internet para produzir perguntas, hipóteses e investigações acerca de certos efeitos globais sobre as categorias centrais da democracia deliberativa. Nesse sentido, sobressaem-se aqui aquelas pesquisas que tentam identificar as *promessas e os constrangimentos* que a internet traria para a esfera pública, seja para sua revitalização, incremento, degeneração ou continuidade em relação a estados anteriormente diagnosticados (Bentivegna, 2005, Dahlberg, 2001b; Dahlberg, 2001c; Papacharissi, 2002; Dean, 2003; Glimmer, 2001; Muhlberger, 2005; Thorseth, 2006).

Uma das principais fragilidades que pode ser identificada nesses estudos é o seu apreço em conceder natureza ativa, conjugação verbal (ex. a internet abriga, facilita etc) a algo que, na verdade, é objeto de ação e não sujeito. Concede-se, portanto, à internet o poder de fazer coisas e não de coisas serem feitas com ela.

Trata-se de um movimento que parte da descrição da tecnologia para então partir para inferências, hipóteses e produção de metodologias com fins de testá-las em correlação a tendências sobre a democracia e suas categorias em foco. Não por acaso, as hipóteses vão oscilar em torno de posições otimistas, pessimistas ou céticas, sendo elas o mero resultado das múltiplas combinações entre os diagnósticos disponíveis dessas categorias e as características tecnológicas. Essas, por sua vez, serão escolhidas de maneira extremamente arbitrária, sendo o não-arbitrário residindo apenas na busca de elementos da realidade que proporcionem coerência lógica e sustentação às hipóteses que aí se formulam.

A natureza arbitrária dessas combinações se dá porque os resultados dos estudos empíricos que elas visam fundamentar, tanto de um lado (aqueles casos que sustentam as expectativas otimistas que focalizam as potencialidades), como de outro (aqueles que sustentam as hipóteses das ressalvas) dificilmente poderão realizar qualquer tipo de generalização acerca do que a internet tem representado para a esfera pública ou para a deliberação. Isso porque se constituem de amostragens não representativas do que ocorre no mundo *online*.

Por isso, não é nada surpreendente que parte desses estudos empíricos inspirados por tais abordagens identifique padrões de baixo teor argumentativo; parca reciprocidade e

reflexividade discursiva etc (Davis, 2005, Palczewski, 2000; Huges, 1998; Sustain, 2001) e outra parte, em contraste, apresente discussão pública qualificada, diversidade ideológica de posições, interação deliberativa entre sociedade civil e sociedade política etc (Albrecht, 2006; Dahlberg, 2001a, Min, 2007, Hangeman, 2002; Stromer-Galley, 2003). Isso é totalmente esperado, já que há diferentes usos, realizados em diferentes ambientes, que acabam por projetar inevitavelmente os mais diversos resultados políticos. E mesmo que seja possível realizar uma amostragem representativa (o que é difícil de visualizar ou viabilizar), uma questão crucial fica em aberto: mesmo que os dados empíricos demonstrem que experiências relevantes e ricas de uso da internet constituem parte minoritária do universo das ações discursivas *online*, elas ainda não permitem realizar afirmações do tipo que “*a própria comunicação online teria a característica de estimular e reforçar a existência de ‘guetos’, fazendo com que os indivíduos busquem suas ‘tribos’ e se fechem naquilo que é previamente partidário*” (SUNSTEIN apud SILVA, 2008, p.23).

Afirmações como essas atribuem os resultados dos usos às características formais do meio de comunicação. Nesse sentido, Salter argumenta que “tais abordagens parecem freqüentemente argumentar que a tecnologia possui um efeito necessário, um efeito particular encapsulado dentro dela desde o princípio” (SALTER, 2004, p.189).

Por todos esses pontos críticos, diversos pesquisadores têm mobilizado um levantamento de argumentos e diagnósticos sustentando que “os espaços digitais só ganham ou traduzem processos políticos pelos usos que o campo político ou seus apoiadores e correlatos fazem dele” (STEFFEN, 2004, p.81) e, que, portanto, “deveríamos ver a deliberação muito mais como produto do desenho e escolha que fazemos da tecnologia ao invés de um produto pré-determinado por ela” (STREET, 2007, p.849)⁷².

Nesse sentido, essa abordagem tem destaque, como lugar privilegiado de análise para identificar condições oportunas para se chegar a efeitos de esfera pública relevantes dentro do imenso universo discursivo que constitui a web, “aquelas representações que advêm de atores institucionais, como os partidos, agências governamentais ou associações da sociedade civil” ⁷³(OBLAK, 2002, p.19). Esses espaços seriam privilegiados, pois eles ofereceriam, de acordo com os fenômenos e rotas de leitura apontadas nas ações de edição da esfera de visibilidade pública, novas formas de estabelecer caminhos de referência e contato

⁷² Tradução livre de: “we should view deliberation as dependent on design and choice, rather than a predetermined product of the technology.”(STREET, 2007, p.849)

⁷³ Tradução livre de: “those Internet representations which ‘mirror’ institutional actors, such as political parties, governmental offices, or associations from civil society” (OBLAK, 2002, p.19).

com a deliberação e a esfera pública contemporânea.

Novos caminhos esses que, por estarem inseridos num contexto de extensão e aumento da complexidade dos processos comunicativos da sociedade contemporânea, atestariam a necessidade de se ir além do debate acerca das potencialidades da internet e caminhar na direção de um “exame mais detalhado dos processos que estão envolvidos na criação e operação das páginas virtuais” (STREET, 2007, p.864).⁷⁴ O que passa, então, a se apresentar como um dos possíveis problemas é verificar se o espaço discursivo constituído por essas páginas e âmbitos comunicativos “tem algo de em comum com o tipo de espaço discursivo que os teóricos deliberacionistas sugerem como necessários para uma participação democrática” (COULDRY, 2003, p.96)⁷⁵.

Nesse sentido, um dos pontos de referência que se apresenta com grande potencialidade de prover a existência desse tipo de espaço seria aquele apontado por Berman & Mulligan quando eles tratam de identificar os tipos de campanhas online promovidos por atores cívicos que conseguem efetivamente se inserir numa discussão pública generalizada, atingindo inclusive o centro do sistema político:

As campanhas de *advocacy* online mais eficientes são aquelas que empoderam não apenas indivíduos, mas também constroem uma mediação entres eles e os governos, envolvendo, desse modo, cidadãos comuns no processo de decisão política através de comunicações ágeis e bem informadas. As campanhas eficientes interagem com a comunicação de massa, usando as vias tradicionais de comunicação para conseguir um maior fluxo de ação online⁷⁶ (Berman & Mulligan, 2003, p.92)

O que os autores acabam por identificar é, desse modo, justamente um ponto de cruzamento de duas questões centrais exploradas nesse trabalho até agora. Primeiramente se revela como uma participação efetiva (que consegue alcançar influência sobre o sistema político) pode ser realizada por meio de grupos organizados que, através de uma mobilização pública de posições políticas, consegue reunir argumentos e apoiadores suficientemente fortes para ultrapassar as barreiras anti-público do sistema político. Além disso, demonstra-se como esse trabalho conta com parte substancial de seu sucesso na operacionalização de um complexo comunicacional que articula, num só tempo, ações sobre a visibilidade pública produzida pela comunicação de massa junto com ações de comunicação política de natureza

⁷⁴ Tradução livre de: “more detailed examination of the processes that are involved in the creation and operation of websites.” (STREET, 2007, p.864).

⁷⁵ Tradução livre de: “have anything in common with the type of space (a discursive design) which deliberative democracy theorists suggest is necessary for a participatory democracy” (COULDRY, 2003, p.96).

⁷⁶ Tradução livre de: “The most effective online advocacy campaigns are those that not only empower individuals, but also mediate between them and the government, involving ordinary citizens in the policy process by facilitating prompt, informed communications. Effective online campaigns interact with broadcast and print media, using traditional outlets to drive more traffic to an online action.” (Berman & Mulligan, 2003, p.92)

mais institucional, o que, nesse caso, ganha na designação de Berman & Mulligan o nome de “campanhas online”.

Um complexo comunicacional que, então, reflete um caminho de ação que visa colocar determinadas questões em visibilidade e convocar o público a se engajar numa apropriação dessas questões de modo a apoiar as reivindicações que são defendidas pelos ativistas e militantes. Nesse sentido, se para a conquista de visibilidade a comunicação de massa será um caminho praticamente inevitável, a defesa de posições e políticas argumentativamente justificadas será melhor viabilizada em espaços institucionais de comunicação, em que efetivamente as mídias se apresentam como *meios* de comunicação para os atores políticos. E dada a vantagem que a *mídia* internet possui em dar vazão a essa justificação pública de posições (tendo em vista seu custo reduzido e alto grau de acessibilidade), ela, desse modo, apresenta-se como um caminho formidável para esse outro movimento de ação que visa garantir uma participação política cheia de conseqüências.

Esse conjunto de condições nos leva a parâmetros mais adequados à noção de esfera pública para se estudar a internet. Tendo em vista que a esfera pública se constitui por uma diversidade de esferas discursivas nas quais demandas circulam e são processadas, é, então, no intercruzamento entre essas esferas que se encontra uma das chaves metodológicas para se investigar as dinâmicas políticas contemporâneas. Sendo a internet um dos ambientes que vem reestruturando o sistema informativo, seria na articulação entre a visibilidade pública da comunicação de massa e a argumentação pública operada pelos sítios institucionais dos atores políticos que se encontraria um dos caminhos de pesquisa mais adequados para mensurar as implicações dessa reestruturação.

Isso implica na abertura de uma linha de pesquisa da qual esse trabalho visa estabelecer uma contribuição. Uma linha que, nesse sentido, tenta explorar as funções de esfera pública que esses espaços de comunicação institucionais possuem para a sustentação de debates públicos. Funções essas que, em coerência com a perspectiva teórico-metodológica aqui trabalhada, tendem a se diferenciar a depender do contexto e dos atores políticos envolvidos.

É justamente pelo peso que essas diferenciações incorrem em cada contexto de utilização da internet que esse estudo busca articular a função de esfera pública da comunicação digital do *Greenpeace* em referência a uma das principais características desse ator cívico: a conquista de visibilidade na mídia massiva por meio de eventos espetaculares.

Como já apontado, o propósito dessa pesquisa visa, assim, explorar como a

comunicação digital do *Greenpeace* se relaciona com as aparições pontuais que a organização consegue obter na esfera de visibilidade pública dos *media*. Uma relação esta que será argumentada empiricamente no quinto capítulo de modo a compreender a comunicação digital da entidade como um fator fundamental para que ela consiga sustentar debates públicos em torno das questões que advoga em referência aos padrões normativos da esfera pública. Fator esse que seria fundamental por apresentar os requisitos tidos como necessários para que os recursos estético-expressivos da espetacularização estejam articulados a uma sustentação pública de argumentos.

Com fins, então, de estabelecer as diferentes acepções que a noção de espetacularização tem adquirido no debate acadêmico e quais são os requisitos colocados para que as ações estético-expressivas possam sustentar debates públicos, apresenta-se, a seguir, o quinto capítulo desse trabalho.

CAPÍTULO V:

Espetáculo político e esfera pública: os atores cívicos como protagonistas

5.1 Possíveis definições da relação entre espetáculo, política e os *media*:

Se as campanhas política *online* promovidas por atores cívicos são mais eficientes quando conseguem alcançar uma exposição no sistema informativo dos *media* (Bergman & Mulligan, 2003), então delimitar experiências e atores em torno desse critério se mostra como um primeiro passo na busca pelos usos da internet que têm oferecido implicações relevantes para a sustentação de debates esfera pública. Nesse sentido, a organização *Greenpeace*, ao atender muito bem o requisito de conquista de visibilidade midiática, oferece boas oportunidades para a investigação desse tipo de uso.

A extensão e a qualidade dessa visibilidade se constituem num fenômeno relevante pelo fato de que ela pertence ao conjunto das organizações cívicas, as quais, por sua vez, recebem do sistema informativo dos *media* tradicional e sistemática indiferença. Nesse sentido, um fenômeno que o *Greenpeace* parece representar muito bem é o da utilização de ações dramáticas e espetaculares como forma de romper a cortina da indiferença dos *media* e, assim, poder incluir novas pautas na agenda pública (Carroll e Hackett, 2006; McAdam, 1996; Miguel, 2002). Trata-se aqui do fenômeno em que o espetáculo e a dramatização de problemas se constituem como práticas estratégicas capazes de “chamar atenção dos agentes midiáticos ou de gerar ‘fatos noticiáveis’, através de recursos para agregar importância, impacto e atualidade aos episódios” (Maia, 2009c, p.?).

Por outro lado, se levarmos em conta que a espetacularização sustenta as características da comunicação massiva de “personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos” (HABERMAS, 1997, p.110), como poderiam as práticas discursivas do *Greenpeace* serem saudáveis ao debate público, já que se trata de um ator cuja intervenção no espaço de visibilidade dos *media* (responsável em pré-estruturar a esfera pública) notabiliza-se justamente pelo uso intenso das práticas de espetacularização?

Para efeito de melhor precisão desse problema, cabe, então, pensar que significações específicas o termo “espetáculo” pode acionar.

Por esse lado, Wilson Gomes (2004, p.386) avalia que esse termo, apesar de recente, quando é relacionado à política designa não apenas um fenômeno, mas sim, pelo menos, três. Enfatiza ainda que, para cada uso, há correspondentemente uma tradição de pensamento distinto. Daí então são enumeradas quatro linhas de significações.

Seguindo esse mapa analítico, será feita nos próximos tópicos uma digressão sob cada uma dessas quatro formas possíveis de interpretação, inclusive argumentando como algumas delas se apresentam como efeito de outras. Em seguida, será discutido como cada acepção repercutiria na qualidade dos debates públicos em que o *Greenpeace* se engaja.

5.1.1 Espetáculo como encenação dramática:

Tu és autêntico? Ou apenas um ator? Um representante? Ou o próprio representado? Por fim, talvez tu não passes da imitação de um ator. (F. Nietzsche, Crepúsculos dos Ídolos, af. 38)

A obra de Erving Goffman se apresenta como fonte privilegiada para a pesquisa em torno da relação espetáculo e política. Nesse sentido, Wilson Gomes avalia *The Presentation of the Self in Everyday Life* (publicada originalmente em 1957) como “a referência fundamental da metáfora dramaturgical a que venho me referindo e base bibliográfica de praticamente todos os autores que tratam da política e espetáculo” (GOMES, 2004, p.400).

Nessa obra, Goffman se propõe a examinar as interações sociais sob a perspectiva da dramaturgia, da representação teatral. As interações sociais são percebidas por ele como *performances* moldadas pelo ambiente (cenário) e pela audiência, produzida de forma a provocar nessas determinadas impressões que sejam coerentes aos objetivos do ator (aquele que realiza a *performance*). Conforme suas palavras, aquele que opera tal atividade “solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. [...] o indivíduo faz sua representação, seu espetáculo ‘para benefício de outros’.” (GOFFMAN, 1996, p.25).

Essa representação que opera em benefício e em função dos outros explica porque “as características gerais das representações podem ser consideradas como coações da interação, que agem sobre o indivíduo e transformam suas atividades em representações.” (p.66). No entanto, essa é feita, muitas vezes, de forma inconsciente, levando-se em conta a produção de um controle sobre a impressão que os dispositivos expressivos imprimem sobre os outros.

Mas para além da presença ou ausência de consciência, intencionalidade ou crença no papel representado, algo que concernirá a qualquer prática representativa é que ela poderá ter maior ou menor nível de desempenho. Ou seja, um determinado papel ou uma situação poderá ser definida com variados níveis de eficiência, convencimento, com maior ou menor capacidade de coordenação da ação.

Nesse trabalho, o termo “espetáculo” aparece diversas vezes, muitas das quais está disposto como um mero sinônimo para “representação”. No entanto, pode-se apreender o significado pleno do termo quando o autor designa aquelas situações em que o espetáculo “é

somente um espetáculo” (Goffman, 1996, p.137, 165 e 172).

Por essas passagens, é possível aferir que o espetáculo, por excelência, é uma representação falsa (ou uma encenação operada conscientemente enquanto tal), em que os atores planejam sua própria representação a um nível de desempenho que torne capaz de convencer a platéia de que o que se passa ali é a mais pura espontaneidade e realidade.

Devido a essas qualidades, o espetáculo descrito por significativa parcela da literatura a que se referiu Gomes (2004) no começo deste sub-tópico, vai enfatizar justamente o artifício ficcional da *performance* em que a fala, os gestos e detalhes de comportamento dos atores políticos são medidos e realizados em favor de um controle expressivo (utilizando-se aqui inclusive de um suporte especializado⁷⁷) para produzir determinados efeitos no público (a comoção dramática em favor da captação de simpatia, adesão a uma opinião ou votos). Aqui os atores ditam seus textos “de cor e não de coração” (GOMES, 2004, p.390). Além disso, essa dimensão dramaturgica tende a transformar a narrativa política em formato de trama, na qual os atores políticos se apresentam na forma de personagens, atribuindo a si um lugar previamente delimitado por algum esquema narrativo dramático.

Nesse sentido, o *espetáculo midiático* que os atores políticos produzem sob medida das exigências operativas dos *media* – traduzida sob a categoria interacional denomina por Goffman de *performances em cena* (1999, p.208-209) - irá se caracterizar pela produção planejada de performances, as quais têm como fim último fazer aparecer junto à audiência uma imagem adequada ao papel que os atores almejam representar.

5.1.2 Espetáculo como estímulo à passividade política:

Essa segunda possibilidade semântica se revela como um desdobramento (*um efeito*) da primeira, só que de modo a inverter o foco da análise. Se no padrão interpretativo anterior, o espetáculo político mediado pela comunicação de massa estava circunscrito aos seus produtores (os atores da cena midiática), essa segunda acepção focaliza a audiência dessa encenação. E ao olhar para esta, aponta-se que a política traduzida em espetáculo condiciona os cidadãos a uma situação de passividade, pois sendo a política projetada e articulada para a cena midiática, metaforicamente para o palco, o que temos do outro lado é um público passivo, que não intervém na composição da fala nem emerge corporeamente na política. Desse modo, “porque a consome como espectador, a política nos aparece como espetáculo.”

⁷⁷ Os assessores políticos, assessores de comunicação, relações públicas e os responsáveis por realizar o marketing de candidatos, partidos e campanhas são aqueles que receberam oficialmente a função de operacionalizar a fachada de seu cliente. Nesse caso, o prestador de serviço “gastará o tempo expressando o significado da tarefa e não perderá tempo em desempenhá-la efetivamente.” (GOFFMAN, 1996, p.39).

(GOMES, 2004, p.387). O fenômeno sublinhado aqui é de que “leitores, telespectadores e ouvintes testemunham os movimentos da política, mas dela não precisam participar diretamente.” (WEBER, 2000, p.20).

A mídia central que estabelece a palpação desse tipo de fenômeno se constitui pela televisão comercial. A ela Habermas, em *Mudança Estrutural*, apontou o desaparecimento do momento necessário de distância que a leitura privada individual proporcionava para uma autonomia crítica na esfera pública. Com os padrões distintos de recepção que a televisão proporcionaria, aponta-se que o público é levado à condição de audiência, isto é, de mero ouvinte. Se nesse modelo as pessoas são agregadas “ombro a ombro, então o público se transforma em massa” (HABERMAS, 1984, p.188). As repercussões desse tipo de recepção para o comportamento e a cultura política é que ela “parece exigir de nós cada vez menos a condição de cidadãos ativos, convocados à mobilização ou a alguma forma de engajamento emocional e corpóreo, enquanto cada vez mais nos coloca na condição de consumidores.” (GOMES, 2004, p.386).

5.1.3 Espetáculo como simulacro:

A terceira dimensão da expressão “espetáculo” identificada é a do simulacro, pertencente à tradição do pensamento de Guy Debord e Jean Baudrillard. Segundo Rubim (2004), os trabalhos de Debord se constituem como os passos inaugurais a respeito da compreensão da relação entre o espetáculo e a sociedade contemporânea. Nesse caso, trata-se de uma compreensão do espetáculo que o vê como um desdobramento da sociedade capitalista e da ideologia burguesa, cumprindo uma função de dominação e, assim, constituindo-se como instância interdita a qualquer possibilidade libertadora.

Nesse sentido, a natureza do espetáculo de Debord “vai muito além da onipresença dos meios de comunicação de massa, que representam somente o seu aspecto mais visível e mais superficial.” (JAPPE, 1997). Desse modo, no desenvolvimento do livro de caráter ensaísta “A sociedade do espetáculo”, o autor produz uma crítica da sociedade contemporânea apontando o espetáculo como cerne do mecanismo que teria diluídos as dimensões sensíveis e reais da experiência humana. Desse modo, arremata-se que “tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação.” (af. 01)⁷⁸.

Ao longo dos vários aforismos que compõe esse livro-manifesto, pode ser apreendido

⁷⁸ Devido à grande diversidade de edições deste livro, avaliou-se como mais oportuno a citação feita direta aos aforismos (af.), já que estes se constituem como medidas de citação mais precisas.

um sistemático mal-estar em relação ao deslumbramento que a sociedade teria desenvolvido através da técnica. Seja aí a técnica de manipulação de imagens, da arquitetura moderna ou de qualquer outra que possa servir para “a permanente guerra do ópio” (af.44) que seria o espetáculo. Desse modo, parece residir aqui uma intensa repudia à lógica da sociedade industrial que levaria os indivíduos a um padrão de vida sócio-cultural absolutamente atrofiado tanto em termos de exercício do pensamento crítico como em termos de experiências autênticas, isto é, de experiências e relações que não estejam distorcidas por representações e pela mediação de imagens (af.4).

Uma mediação que ao desembocar na noção de simulacro designaria não mais a representação dos sentidos constituído no seio experiência social construída pelos indivíduos em situação de interação social direta. Nesse caso, ao ser pensada nos termos de sua manifestação sobre a vida política e sua relação com o tipo de experiência predominante que os indivíduos possuem os políticas (uma relação mediada por imagens difundidas através da maquinaria midiática), enfatiza-se que o “modelo estético-publicitário absorve os velhos modos de expressão política, dando-nos em troca simulacros (em vez de representação), imagens sem substância histórica.” (WEBER, 2000, p.25).

5.1.4 Espetáculo como noticiabilidade (news-value):

Essa linha semântica compreende o espetáculo pelo aspecto da excepcionalidade, da grandiosidade, dos elementos incomuns e atípicos ao que se apresentam na sociabilidade cotidiana. Aqui, as perspectivas cênicas e dramaturgias continuariam a ter seu lugar, mas sob a roupagem da linguagem figurativa. Uma linguagem então que, ao remeter para adjetivação do *espetacular*, designa aqueles fenômenos e efeitos estéticos que se apresentam como notáveis, isto é, como detentores da capacidade de se fazerem se diferenciar mediante os outros inúmeros fenômenos que ocorrem interruptamente sob a percepção dos indivíduos.

Sendo coerente à própria natureza dessa dimensão do espetáculo, Gomes utiliza como ilustração para designar exemplares da política midiática que a ela se encaixariam, o objeto-sujeito focalizado nessa dissertação:

E de tal forma esse é um recurso que a ele recorrem tanto a política profissional de partidos quanto a política civil dos movimentos sociais (o Greenpeace é apenas um dos exemplos) na tentativa de impor-se visualmente e ocupar o centro da cena da comunicação de massa. (GOMES, 2004, p394).

5.2 Pode o espetáculo político ser compatível com a argumentação pública?

Traçadas as abordagens semânticas e seus respectivos fenômenos que o termo “espetáculo” pode sugerir, cabe perguntar como elas traduziriam as alegações que descredenciariam as práticas comunicativas do *Greenpeace* como saudáveis à esfera pública.

A primeira dimensão fica explícita ao se olhar para os esforços produzidos pelo paradigma das teorias de mobilização de recursos e da mobilização política, as quais evidenciam a relação dos movimentos sociais com os *media* de forma eminentemente estratégica (instrumental) e dramatúrgica. Nesse sentido, haveria decréscimos à qualidade do debate público já que tenderia a reduzir o entendimento dos problemas políticos a esquemas narrativos propensos a maniqueísmos e também a reforçar o agir estratégico, deixando o agir comunicativo, a busca pelo entendimento e pelo diálogo como atividades vilipendiadas. Outro efeito apontando é a sustentação de mecanismos de personalização das questões objetivas.

Tanto a personalização como o artifício ficcional que acompanha a representação dos atores políticos no âmbito dos *media* têm sido os fenômenos apontados como dos mais importantes para a produção da extrema desconfiança e cinismo da cultura política contemporânea. Isso porque a representação da política sob medida da personalização estaria substituindo os eleitorados de classes, a mobilização ideológica e o controle partidário (Castells, 2003, p.472). Isso teria por consequência um empobrecimento da importância das discussões políticas que essas instituições realizam. O espetáculo, como representação cênica e cínica (Goffman, 1996, p.26) passaria, então, a ser o operador prático pela qual a personalização fomentada pelos *media* gera a sedução e a posterior frustração do eleitorado e de militantes, quando estes vêem seu representante partidário ou político falar com a mesma competência teatral idéias que contrapunha no passado ou quando se torna alvo da política do escândalo (Castells, 1999, p.391-401).

Já com relação a seus efeitos, parece claro que o espetáculo como fomentador da passividade é prejudicial, já que tende a fechar o debate público a partir do momento em que grande parte dos cidadãos concernidos fica submetida a uma condição de audiência e não de parceiros da discussão. Quando se leva em conta as desigualdades deliberativas da indústria da comunicação, essa perspectiva - ao transformar o público de um parceiro de discussão para o papel de mera audiência desse debate – acaba, então, por reforçar a exclusão desse público de cidadãos.

Em relação ao terceiro modelo de compreensão do espetáculo, ainda que não se possa, a partir da obra de Debord, deduzir claramente como se processa a natureza causal entre espetáculo e diálogo (atividade social, por excelência, da esfera pública), os efeitos

apresentados pelo ativista francês daquele sobre o último não poderiam ser piores. No décimo oitavo aforismo de *A sociedade do espetáculo* afirma-se categoricamente que o espetáculo “é o contrário do diálogo”. Ekecrantz (2006), fazendo referência implícita a essa tradição, sintetiza dizendo que o espetáculo pode adquirir muitas formas, mas “o que é comum a essas formas é o fato de que elas têm mais a ver com a produção de visibilidade do que com a comunicação e a reflexão.” (p.108).

Ademais, a busca pelo extraordinário, por imagens arrebatadoras dos sentidos (quarta dimensão) não parece induzir um tipo de envolvimento e comoção que pouco se justifica em termos argumentativos? Seria razoável avaliar que esse tipo de mensagem tem pouca informação e está adequada a uma lógica de representação das disputas políticas direcionada a um público impaciente, que não tem a cultura de se informar a respeito dos conflitos que se mostram à cena e que, portanto, acabam por se posicionarem apenas a partir de algumas imagens e declarações montadas na forma de mosaico (no caso impróprias à formação de um debate auto-referenciado)? Não seria, portanto, uma forma de comunicação política adequada a uma gramática que prima mais pela lógica do entretenimento do que da política? Além disso, ao apelarem para o excepcional e não para o argumento, a produção planejada de acontecimentos (pseudo-eventos) não estaria inserida numa lógica de esvaziamento e depreciação dos valores que constituem o campo por excelência da atividade política e da esfera pública?

Ao tomarmos o conjunto dessas afirmações, parece não haver outro caminho de entendimento senão o de que o efeito das ações espetaculares do *Greenpeace* sustentadas nos *media* é o de agir inexoravelmente em favor da degradação da esfera pública. Para que essas premissas possam ser questionadas, o tópico seguinte irá explorar algumas questões e análises que corroboram para uma compreensão mais refinada dessas categorias, assim como do processo político que o espetáculo do *Greenpeace* e de outros atores cívicos aciona em suas práticas de produção de visibilidade pública.

5.3 O espetáculo como suporte à deliberação democrática:

Um primeiro ponto a respeito do espetáculo como recurso comunicativo que precisa ser levado em conta para que uma avaliação equilibrada a respeito de seus efeitos sobre a esfera pública é compreender que sua utilização não conforma a totalidade da estratégia de comunicação de grande parte dos atores cívicos. Nesse sentido “é preciso identificar as características espetaculares de ações e estratégias de comunicação para mobilização social, buscando entendê-las como parte de um processo maior.” (MAFRA, 2006, p.58). E que

processo maior seria esse?

Parte dele começa a ser evidenciado quando se leva em conta que as ações espetaculares se constituem como práticas estratégicas capazes de chamar a atenção dos agentes midiáticos ou de gerar “fatos noticiáveis”, através de recursos para agregar importância, impacto e atualidade aos episódios (McCarthy e Zald, 1996; Ryan 1991). Nesse sentido, as ações espetaculares cumprem a função de romper a cortina da indiferença do sistema informativo dos *media* e, assim, incluir um novo item na agenda pública (Miguel, 2002; Carroll e Hackett, 2006; McAdam, 1996; Gamson e Modigliani, 1989).

Esse conjunto de argumentos justifica o caráter estratégico dessas ações na medida em que funcionam como dispositivos para tentar superar a indiferença sistemática que os meios massivos reservam aos movimentos sociais e associações cívicas voluntárias.

Por outro lado, pode se argumentar que as ações espetaculares reforçam o agir estratégico, fazendo então com que qualquer influência política que elas consigam construir sobre o sistema político se torne resultado não da formação de um poder comunicativo e sim eminentemente de um agir estratégico.

No entanto, esse raciocínio se fundamenta em duas vigas extremamente frágeis de sustentação. A primeira se trata de um ponto cego, que é inclusive compartilhado pelo paradigma das teorias da mobilização de recursos e da mobilização política, que não identifica a potência cognitiva das ações espetaculares para além de suas funções estratégicas. A segunda se assenta num equívoco teórico que supõe não haver espaço para o agir estratégico nem para os elementos não racionais no âmbito da esfera pública normativa.

Com relação ao ponto cego, Maia (2008) destaca que, ao se analisar os esforços empreendidos pelo paradigma das teorias de mobilização de recursos e da mobilização política, é preciso destacar que ele não distingue adequadamente outras formas de comunicação, especialmente aquelas cooperativas, voltadas para a produção de entendimento e novas formas de reconhecimento. Nesse sentido, argumenta-se que a riqueza comunicativa das práticas espetaculares, como as que o *Greenpeace* opera (de forte apelo dramático e visual), reside na potência das imagens que quebram com as expectativas cognitivas ordinárias, excelentes para capturar o olhar e cativar a memória.

Nessa situação, Maia destaca que os recursos estético-expressivos são capazes de despertarem a *busca* de definição de uma situação que se apresenta sem uma narrativa semântica capaz de explicá-la de forma suficiente. Isso porque o que aparece na tela ou na fotografia não são apenas enredos, argumentos e conclusões, mas também símbolos, formas,

cores e movimentos aberrantes.

Dessa forma, podemos dizer que a visibilidade midiática, ao acionar elementos simbólicos e gerar perturbações cognitivas, as ações dramáticas desempenham outras funções, além daquelas estratégicas. Isso porque ao criar “surpresas” ou “choques”, tais ações “desestabilizam formas convencionais de interpretação e, assim, ajudam a criar aberturas para a tematização de tópicos previamente silenciados ou negligenciados.” (MAIA, 2009c, p.102).

A outra vigia frágil do contra-argumento de que a utilização estratégica de ações espetaculares comprometeria o aspecto crítico-racional e comunicativo da esfera pública é de natureza teórica, que pensa a esfera pública *apenas* como lócus da troca pública de razões.

No entanto, desde que Habermas aplicou sua teoria do discurso à teoria democrática, fazendo avançar as noções de democracia deliberativa e de esfera pública no sentido de uma melhor adequação às novas condições sócio-históricas (de sociedades complexas e descentradas), ele próprio afirma que a “política dialógica e a política instrumental podem entrelaçar-se no campo das deliberações” (1995, p.45). Na mesma direção, Carolyn Hendriks argumenta que “a deliberação discursiva não exclui necessariamente formas mais estratégicas de ação como protestos, boicotes e ativismo radical” (2006, p. 494). Em sentido similar, Dryzek (2000) aponta que todas as formas de expressão, desde que não exerçam coerção sobre seus interlocutores, devem ser consideradas válidas para as discussões operadas na esfera pública. Dentre essas formas, estariam as piadas, as anedotas e os dispositivos retóricos.

Já em relação à alegada simplificação maniqueísta que as ações dramáticas podem causar, pensamos que o estudo sobre o caso da luta do movimento negro por direitos civis nos Estados Unidos na década de 60 é bastante elucidativo (McAdam, 1996). Foi justamente por gerar eventos dramáticos capazes de atrair atenção midiática (imagens de espancamento policial sobre multidões pacíficas foi o principal tipo) que o movimento conseguiu fazer com que a esfera pública se tornasse suficientemente vibrante para que o sistema político, incluindo o então presidente John F. Kennedy, quebrasse seu estratégico silêncio e finalmente colocasse na agenda de deliberação das instituições parlamentares o problema reclamado. O quadro obtido pelo movimento e refletido na mídia foi o da vítima e o Estado como algoz.

Ao solidificar esse quadro associando a essas imagens enquadramentos discursivos que glorificavam a liberdade e o cristianismo (valores de amplo consenso da sociedade estadunidense), o movimento saiu de um “beco sem saída” (nenhuma viabilidade de operar *advocacy* dentro do sistema político) para colocar o governo em outro (de ter que quebrar o

silêncio para evitar maiores desgastes em sua imagem pública). Ao fazer com que o governo fosse impelido, pelas circunstâncias acionadas pela dramatização referida, a se posicionar politicamente acerca da segregação racial, o movimento pelos direitos civis demonstrou que essas circunstâncias de expressão “podem ser uma fase do diálogo em que elementos estratégicos são empregados para restaurar as condições necessárias para o sucesso não estratégico” (BOHMAN, 1999, p.205).

Nesse caso, utilizar-se de ações dramáticas para projetar tendências interpretativas claramente esquemáticas, mas de extremo poder mobilizador, tanto, nesse caso, como nas práticas de midiaticização do *Greenpeace*, sustenta a idéia de que grupos sem possibilidades de debater com o poder político assuntos que lhe são de interesse “tem que se engajar precisamente nesse tipo de discurso para alcançar o efeito desejado: reabrir o diálogo e restaurar o auto-referencial característico do debate público” (BOHMAN, 1999, p.206). Os efeitos sobre a esfera pública que seguem são justamente aqueles que se espera de uma maior normatividade procedimental democrática:

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e *dramatizá-los* de modo convincente e *eficaz*, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 1997, p.91 – grifo nosso).

A dramatização que Habermas aponta como parte do processo que faz com que a esfera pública construa a eficácia de uma discussão sobre o centro do sistema político se constitui para Nisbet (2007) como algo absolutamente imprescindível para que um ator cívico (ou um conjunto deles) consiga ter sua agenda política refletida sobre o sistema político. Isso porque, o que Nisbet descobriu em suas pesquisas é que não basta fazer com que essa agenda passe pela cobertura dos *media* para que consiga ser tratada pelo complexo parlamentar, ela precisa, além disso, fazer com que essa cobertura receba estímulos de dramatização para que, então, essa agenda seja tratada como temática política e sob uma cognição da urgência. Para isso, tanto a produção de informações que denunciem fenômenos que representem eminente dano à saúde pública, assim como a gramática do exagero são formas de criar esse tipo de estímulo. Uma linha de raciocínio que é ela mesma compartilhada por Habermas:

para atingir o grande público e a ‘agenda pública’, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia. Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político superando os programas cautelosos dos ‘velhos partidos’. (idem, p.116).

Outra dimensão a ser refutada é aquela que presume que o espetáculo, ao tender a

reforçar a separação entre protagonistas (os políticos, ou os atores cívicos organizados) e platéia (os eleitores ou os cidadãos ordinários), estaria necessariamente rebaixando a qualidade pública e a justiça política das decisões. O teor das possíveis conseqüências degradantes dessa separação sobre a esfera pública só seriam plausíveis caso a maneira de tornar um processo legítimo fosse incluir presencialmente *todos* os cidadãos num processo de discussão pública em que todos tivessem direito à fala. Não obstante, trata-se de uma exigência totalmente inadequada à extensão e complexidade de uma sociedade de massas descentrada.

Como alternativa a tal horizonte claramente inviável de exigência, Dryzek (2004), estabelece que o processo de tomada de decisão através da discussão pública não constitui sua legitimidade democrática a partir de uma “contagem de cabeças” (p.58). Dessa forma, ele propõe que é preciso compreender o processo deliberativo como “competição de discursos”, no qual o que é necessário para a legitimação não é a inclusão de todos os possivelmente afetados (concernidos) no processo de discussão, mas sim uma efetivação balanceada de todos os discursos (discurso como um modo compartilhado de se compreender o mundo encarnado na linguagem) em arenas públicas e competitivas (pluralistas) de debate, em que esse balanceamento é forjado levando-se em conta o peso relativo de cada discurso.

Sob esse prisma, as ações sobre os meios massivos que o *Greenpeace* realiza podem ter o efeito positivo de fazer com que um conjunto maior de discursos passe a existir ou que um determinado discurso da constelação de discursos disponível passe a adquirir um peso relativo maior. Isso pode levar a um tencionamento do processo de contestação discursiva e, como conseqüência, a produção de uma esfera pública mais vibrante.

A partir do momento, então, que os dispositivos espetaculares de enunciação contribuem para promover a visibilidade pública, deve-se destacar sua relevância em fazer com que aquele círculo estreito de vozes oficiais em que os *media* se concentram a dar visibilidade seja desestabilizado, mesmo que pontualmente. Uma desestabilização que ataca de frente o problema da justiça política, já que tem o poder de incluir novas perspectivas e discussões no centro de visibilidade pública.

Nesse sentido, Lincoln Dahlberg avalia que tanto as performances espetaculares como as ações de rompimento da ordem pública (boicotes, passeatas etc.) “podem chamar a atenção para os argumentos das vozes excluídas e fazer outras justificarem suas posições mais detalhadamente.” (DAHLBERG, 2005, p.119-120).

Nesses casos, ao invés de servirem para intensificar a passividade e corroborar as desigualdades deliberativas, as ações espetaculares acabam agindo, portanto, em favor de maiores níveis pluralidade e competitividade discursiva entre diferentes atores da sociedade. Uma pluralidade que, ao incluir a esfera civil ao centro da visibilidade e da discussão pública, faz com que então se caminhe em níveis mais próximo aos padrões normativos da esfera pública no que diz respeito aos seus públicos.

No que diz respeito à idéia advinda da quarta dimensão de que a tática de captura da atenção e da memória através da ruptura com a regularidade incorre em uma inevitável produção de entretenimento ou de despolitização não faz sentido irrestrito para a comunicação política midiática. Isso porque romper com a ordem das coisas para capturar visibilidade - seja por meio de barricadas, escudo humano, boicotes ou passeatas - tem sido, em diversas oportunidades, uma tática extremamente eficaz para gerar uma esfera pública mais vibrante, explorando as insuficiências procedimentais imanentes ao sistema jurídico entendido na condição de “projeto inacabado” (Repolês, 2003) e transformar o poder comunicativo em mudança social efetiva, ou seja, exercer influência sobre o sistema político (Habermas, 1997, p.110).

Além disso, a dimensão espetacular da política nos *media*, mesmo que incorra pela famigerada estética da sedução (Apostolides, 1993, p.141; Weber, 2000), oferece elementos importantes para a constituição de algo central para que o debate político possa existir, que é o interesse político⁷⁹. Se com a referida estética, o espetáculo não atrai somente o olhar, mas também o coração de uma audiência ampliada, então é plausível que ele trabalhe no sentido de fomentar interesse político, algo absolutamente precioso para uma democracia forte e uma esfera pública vibrante, ainda mais em tempos de apatia política generalizada. Esse raciocínio ainda corrobora no sentido de contrapor a hipótese de que, ao se utilizar do espetáculo para realizar comunicação política, o *Greenpeace* estaria necessariamente reforçando a passividade e o imobilismo político.

Nesse contexto, é preciso lembrar que, apesar de absolutamente imprescindível, a dimensão argumentativa por si só “não garante a visibilidade da causa nem a possibilidade de envolvimento afetivo com a temática proposta.” (MAFRA, 2006, p.82). Por isso, é perfeitamente razoável afirmar que não há incompatibilidade entre espetáculo e política.

⁷⁹ É oportuno lembrar que um dos principais requisitos para que o processo deliberativo se instaure, a partir das elaborações teóricas de Bohman (1996), é que os interlocutores se disponibilizem à cooperação dialógica (no sentido de responderem uns aos proferimentos dos outros), mesmo que eles discordem profundamente entre si. Nesse sentido, só se disponibiliza ao debate quem possui motivação suficiente para isso. Ou seja, é preciso ter interesse político.

Dessa forma, uma compreensão abrangente de política deve incluir também os “chamados elementos irracionais senão nós excluimos da política fenômenos (os ‘espetáculos’ e os ‘carnavais’, como eu os chamo) que podem mudar o mundo e, de fato, instigar deliberações democráticas.” (EKECRANTZ, 2006, p.110).

Já com relação à afirmação de Guy Debord de que o espetáculo trabalha em oposição ao diálogo, o que constatamos é justamente o inverso no caso do *Greenpeace* e de outros atores cívicos. Se é com o espetáculo que a organização constrói visibilidade de suas posições políticas e partir daí força, em muitos casos, respostas dos atores interpelados, é, então, justamente a partir desse dispositivo que se faz possível “abrir novas possibilidades de entendimento e estabelecer condições pelas quais os mecanismos dialógicos de deliberação possam começar a funcionar no discurso público” (BOHMAN, 1999, p.227).

Para Bohman, o emprego de elementos expressivos espetaculares, capazes de chocar e chamar atenção da sociedade pode constituir uma fase do processo deliberativo em que “elementos estratégicos são empregados para restaurar as condições necessárias para o sucesso não-estratégico” (ibidem, p.205).

Delicath e Deluca (2003), ainda que com diferenças fundamentais em outros aspectos que serão tratados mais adiante, estabelecem um tipo de argumentação próxima a esta quando afirmam que essas ações “forçam a reflexão e podem arrombar portas para novos modos de pensamento.” (p.327). Na verdade, esses autores, nesse trabalho, aglutinam todas as ações empreendidas pelos atores cívicos que conseguem alcançar a cobertura da mídia televisiva num conceito que eles denominaram de “image-events”.

Não obstante, a maneira como os autores fazem essa definição inclui determinados entendimentos que não se alinha ao escopo de argumentação dos demais teóricos deliberacionistas trabalhados nem é adotado por esse trabalho. A definição de “image-events” se dá, segundo eles, por “atos de protesto planejados para a disseminação midiática e [que] têm sido uma prática argumentativa central de grupos ecológicos radicais, especialmente o *Greenpeace* e o *Earth First*” (DELICATH e DELUCA, 2003, p.315).

O ponto questionável da análise aparece quando se afirma “eventos-imagem” promoverem não apenas as condições para uma deliberação pública, mas elas mesmas serem algo substancial dessa deliberação, serem, desse modo, “uma forma de argumentação” (p.317).

Esse tipo de análise se mostra para nós problemática, pois as ações espetaculares e os atos dramáticos não se demonstram por si só como condições suficientes para gerar um

incremento participativo da esfera pública. Certamente que elas possuem uma função em tal processo, pois conforme anteriormente exposto, elas contribuem em abrir caminho para que as vozes, os discursos de seus produtores possam a vir receber a atenção da esfera pública.

Por outro lado, se tais discursos e vozes não se apresentarem de forma a trazerem razões e enquadramentos convincentes, então a esfera pública continua inalterada do ponto de vista de que os discursos em competição permanecem os mesmos.

Quando não há esse movimento posterior de validação argumentativa (que, no caso, Delicath & Deluca parecem ignorar tal necessidade), abre-se a possibilidade de se criar uma rigidez e aversão ainda maior em relação aos atores que produziram os eventos de mídia que os autores classificam problematicamente de “eventos-imagem”. Isso porque, ausentes as condições de justificação do ato dramático-espetacular, um caminho de interpretação plausível que surge é a atribuição de falta de qualquer objetivo politicamente relevante parte dos ativistas e militantes por trás desses eventos. Nesse sentido, Cootle (2008) também questiona a abordagem de Delicath & Deluca, argumentando que “a política do espetáculo não se sustenta apenas pelo espetáculo” (p.866). Ao fazer referência a uma série de estudos que identificou na imprensa estadunidense uma recorrente cobertura de protestos a partir de angulações que enfatizavam as dimensões ilegais e “desordeiras” desses protestos, Cootle chama atenção para a necessidade de um esforço por parte dos ativistas para que eles criem estratégias que evitem esse tipo de enquadramento. Um enquadramento que, no caso, “rotula os ativistas como transgressores e que deslegitima seus objetivos e visões políticas a partir da ênfase no drama, no espetáculo e na violência”. (p.855).

Por isso, quando Delicath e Deluca simplesmente propõem que “os eventos-imagem transferem a responsabilidade da construção argumentativa para a audiência” (p.327), eles acabam por desobrigar os protagonistas desses eventos a realizar um trabalho adicional que seria imprescindível para que a sustentação de um debate público efetivamente ocorra.

5.4 Ambiguidades do espetáculo como recurso comunicativo:

Sob o entendimento então da necessidade de ações complementares à dramatização e à espetacularização dos problemas e temáticas com que as organizações cívicas se engajam, é que parte considerável dos intelectuais deliberacionistas irão também estabelecer limites quanto às suas potencialidades. Desse modo, as vantagens e potências dessas ações espetaculares possuem limitações, podendo se mostrar insuficientes para que um debate público se constitua.

É, então, a partir dessas disposições dessa segunda perspectiva analítica que o

problema de pesquisa desse trabalho se apresenta. Um problema que aparece quando se identifica que essa outra perspectiva, mesmo abrindo espaço para ações espetaculares, faz num só tempo uma série de outras exigências para que um debate público seja assim sustentado.

Nesse sentido, se ela não condena de modo imediato as ações de mediatização realizadas pelo *Greenpeace* como adversas à argumentação pública, por outro lado, ela encaminha perguntas que requerem um exame mais extensivo da política de comunicação da entidade. Um exame que visa identificar, então, se a organização produz um outro conjunto de ações que seria necessário para a sustentação de um debate público.

No sentido de esclarecer que exigências são essas, Rousiley Maia ressalva os limites da simples visibilidade que as ações espetaculares podem trazer para a esfera pública ao apontar que “vencer a barreira da invisibilidade é [apenas] o primeiro passo para tornar parte no fórum de debate cívico constituído pela mídia” (MAIA, 2006, p.161). Além de ultrapassar tal barreira, é preciso que o ator político apresente a capacidade de iniciar um diálogo público sobre o assunto que fez emergir pelos métodos em questão. Isso de tal maneira “que ele receba séria consideração dos outros. Se tal escopo de comunicação não pode ser alcançado, então a questão não se torna um problema para o debate público” (ibidem).

Já no que concerne à capacidade das ações estético-expressivas gerarem choques que podem abrir novas rotas de interpretação, Bohman pondera que esse é um caminho que pode ser rejeitado pela audiência se ele se mostrar pouco convidativo a uma reflexão mais direcionada. Daí que “sem o convite à reflexão, essa abertura é simplesmente um poderoso dispositivo retórico empregado em situações de comunicação restrita.” (BOHMAN, 1996, p.227)⁸⁰.

Nesse sentido, o autor alerta que, ao não conseguirem oferecer elementos expressivos com os quais a audiência possa vir construir um horizonte de sentido a partir do estoque cultural mais amplo, essas formas de expressão podem vir a se tornar não-públicas, isto é, idiossincráticas e incomunicáveis. Para evitar esse risco, essas expressões críticas

devem ser verificadas, em um segundo ato de reflexão, pela audiência a que elas foram endereçada. Não é suficiente simplesmente abrir possibilidades interpretativas, embora isso possa ser um primeiro passo reflexivo; essas novas possibilidades devem ser refletidas, testadas e apropriadas.⁸¹ (BOHMAN, 1996 p.226).

⁸⁰ Tradução livre de: “without the invitation to reflection, disclosure is simply a powerful form of rhetoric employed by social critics in situations of restricted communication.” (BOHMAN, 1996, p.227)

⁸¹ Tradução livre: “must be verified in a second act of reflection by the audience to which they are addressed. It is not enough to open up possibilities, although that may be a first reflective step; these new possibilities must be reflectively tested and appropriated” (BOHMAN, 1996, p.226)

Bohman, então, argumenta que, ao elevarem determinados temas ao campo da controvérsia pública mediada por meios dos dispositivos enunciativos em questão, os públicos críticos

devem então construir também um novo conjunto de interpretações ou um novo 'public framework'. Como contestadores de padrões de entendimentos e práticas dominantes, o novo público deve também prover um novo quadro de sentido (*frame*) para a deliberação pública, um esquema interpretativo alternativo que inclua a definição do problema e soluções cabíveis⁸². (ibidem, p.210).

Já no que diz respeito ao poder das ações dramáticas produzirem atenção cognitiva sobre seu ator de forma que o habilite a exercer influência sobre o centro do sistema político, Habermas defende, *inclusive citando o Greenpeace como exemplo*, a necessidade de tal ação se exercer em conjunto a uma disponibilidade do ator em convencer a platéia da publicidade (nos termos de razões publicamente defensáveis) de suas ambições políticas. Isso porque a esfera pública, para abrigar uma influência legítima sobre o sistema político, precisa fazer das razões e justificativas dessa influência algo “acessível a todos” de forma que possam se sustentar sobre uma ressonância pública relevante:

Os papéis de ator que se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional, e o alcance da mídia, têm diferentes chances de influência. Porém, a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública, tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos. O público dos sujeitos privados tem que ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual atores podem aparecer. (HABERMAS, 1997, p.95-6 – grifos do autor).

Há ainda um último aspecto apontado como problemático pelos intelectuais deliberacionistas no que diz respeito ao uso de formas expressivas formatadas à linguagem preferencial e dominante dos *media*. Esse aspecto crítico é trazido por Bohman quando ele argumenta que a modelação que os atores críticos fazem de seus discursos para caber na estrutura de enunciação dos *media* tem por consequência a transformação de suas contribuições críticas a padrões não públicos de exigência. Isso faria com que não somente sua comunicação política se tornasse menos eficiente para gerar a reflexão que ele cita como importante, mas faz também com que ela se torne menos transformadora (1999, p.235).

A preocupação de Bohman parece então residir em fazer com que o primeiro ato de reflexão que se realiza por meio da recepção do público de eventos de mídia - de ações espetaculares reportadas nos meios de comunicação de massa – possua elementos semânticos

⁸² Tradução livre de: “must then also construct a new set of interpretations or a new public framework. As a challenger to accepted and practices, the new public must also provide a new “frame” for public deliberation, an alternative interpretive schema that includes a definition of the problem and available solutions” (ibidem, p.210).

suficientes para condicionar a audiência a encarar como oportuno se dispor a um segundo ato de reflexão. Mas o que isso significaria exatamente?

Para o entendimento deste trabalho, significa que as notícias que são produzidas em função das ações estético-expressivas dos atores críticos devem, além de descrever o ato e suas condições espaço-temporais de realização, sugerir à audiência que o que está em questão é efetivamente um problema político relevante, o qual merece a atenção pública devido a uma situação tida como problemática e que carece de regulação. Desse modo, o evento de mídia deve revelar *um quadro interpretativo* que forneça subsídios à audiência para que ela possa compreender quais os valores e crenças que motivaram sua realização e qual é ou quais são as reivindicações políticas almejadas em torno dessa questão.

Diante dessas ressalvas, sugestões ou exigências colocadas em relação às ações estético-expressivas e aos papéis de dramatização aí realizados, é preciso, então, verificar se a visibilidade alcançada pelas táticas de ações espetaculares está associada a um movimento de fortalecimento da esfera pública, que se daria mediante a apresentação de demandas políticas justificadas, disponíveis à apreciação crítica e ao assentimento do público. Desse modo, na medida em que as ações espetaculares não são suficientes para a sustentação do debate público, a questão que esse projeto de pesquisa visa explorar é: o uso que o *Greenpeace-Brasil* faz da internet faz parte dessas exigências tidas como necessárias para que a organização consiga sustentar um debate público, de modo a oferecer uma oportunidade plena para que o público difuso possa realizar um segundo ato de reflexão sobre problemas trazidos à visibilidade por meio de eventos de mídia? Trata-se, portanto, o âmbito comunicativo digital administrado pela entidade de uma fonte de quadros interpretativos voltados à deliberação pública, o qual contém definições dos problemas e a proposição de possíveis soluções acerca das questões trazidas à cena midiática por meio de ações estético-expressivas?

Diante das questões discutidas acima, *o ponto central de argumentação desse trabalho* é que, enquanto as táticas de espetacularização cumprem os propósitos de conquista de *visibilidade* dos principais enquadramentos voltados à interpretação do problema, o trabalho operacionalizado pela comunicação digital da entidade tenciona esse trabalho interpretativo de modo a prover a oportunidade para um segundo ato de reflexão na qual a audiência poderá se valer um material discursivo mais adequado a constituir um discurso próprio à deliberação pública. Desse modo, enquanto as ações estético-expressivas cumprem nessa política de comunicação a função de realizar a dimensão da *visibilidade* que está na noção de esfera pública (Gomes, 1999, 2008b), a comunicação digital do *Greenpeace* realiza, de modo mais

consistente, a dimensão da *discutibilidade*.

Uma discutibilidade que, por estar disponível na internet, garante um alto grau de acessibilidade em comparação a outros dispositivos midiáticos (como revistas, jornais impressos etc.). E é justamente por essa *acessibilidade* e pela capacidade de dispor de uma *densidade argumentativa e complexidade interpretativa* relativamente mais qualificada que se pode apontar o sítio *online* do *Greenpeace* como a fonte de sua comunicação institucional mais adequada para verificar as condições de interdependência desse tipo de âmbito interacional com a visibilidade pública ampliada que a entidade auferi nos *media*.

Uma interdependência esta que serviria para sustentar debates públicos de acordo com os padrões normativos da esfera pública e, de acordo com a análise realizada no quarto capítulo, de ampliação do sistema informativo na era da comunicação digital. Uma ampliação que, na perspectiva aqui defendida, confere um grau de oportunidades bem mais eficientes para a edição da *esfera de visibilidade pública política* do que a ecologia midiática anterior à internet dispunha.

Uma ampliação que, no caso da política dos atores cívicos, dispõe de grandes potencialidades para revelar condições em que seja “possível, em sociedades como as nossas, que o público, através dessas organizações que o vassalizam, deflagre um processo crítico de comunicação pública.” (HABERMAS, 1999, p.19). Condições estas que, para se realizarem nos termos de uma ampliação da visibilidade pública política e das condições para sua edição como esfera de argumentação pública, precisam ser testadas empiricamente em função do desenho discursivo que os diferentes âmbitos comunicativos em questão operam.

Para, então, estabelecer essas análises, o capítulo que se segue buscará fazer um inventário de ferramentas da comunicação digital da entidade em seu sítio institucional e serão identificadas, de acordo com o propósito de revelar o desenho discursivo desse âmbito, algumas funções políticas dessas ferramentas.

CAPÍTULO VI:

O *Greenpeace* e as funções de esfera pública de sua comunicação digital

Nesse capítulo, propõe-se, em seu primeiro tópico, identificar quais as funções políticas do âmbito interacional da comunicação digital do *Greenpeace*. Após feito isso, essas funções serão avaliadas em sua capacidade de gerar condições para uma ampliação dos níveis de argumentação e complexidade interpretativa das inserções que a entidade aciona na cena midiática por meio de recursos espetaculares de comunicação.

Para isso, será estabelecido, no segundo tópico, um estudo de caso que seja adequado a uma investigação em torno de uma conexão por parte desse âmbito de comunicação digital com os eventos de mídia espetaculares que o *Greenpeace* promove. Uma conexão que deverá revelar como esse âmbito consegue se articular com os materiais informativos dos *media* de modo a adensar seus níveis de discutibilidade.

Não obstante, para que as condições dessa ampliação possam se converter, por meio de disposições plausíveis para que o público venha a editar as informações disponíveis no sistema informativo amplificado pela comunicação digital, é preciso, antes, resolver satisfatoriamente aquele último aspecto problemático destacado por Bohman (1996) com relação aos eventuais efeitos de mídia proporcionados pelas ações espetaculares.

Nesse sentido, serão, então, analisados, no terceiro tópico, os materiais fornecidos pelos *media* para verificar se eles oferecem as condições semânticas tidas como necessárias para que a audiência consiga ler o problema político acionado pela ação estético-expressiva. Verificar se tais condições se fazem presentes é compreendido como uma oportunidade que o *Greenpeace*, na condição de ator crítico, deve oferecer à audiência para um segundo ato de leitura sobre a questão em tela.

Como também se almeja demonstrar que o âmbito comunicativo institucional do *Greenpeace* produz, para esse segundo momento de leitura, níveis mais densos de discutibilidade do que os ofertados pelos *media*, então se estabelecerá uma *análise comparativa que cada âmbito empreende* dessa qualidade (tópicos quatro e cinco).

6.1 A comunicação digital do *Greenpeace* e suas funções políticas:

Quatro funções elementares por parte da cibercomunicação do *Greenpeace*-Brasil podem ser identificadas: (1) captação recursos financeiros, (2) disponibilização de informações direcionadas aos filiados (colaboradores) para fins de *accountability* da própria organização, (3) realizar mobilização política e (4) fornecer informações e argumentos de

forma a justificar opiniões e ações políticas da organização⁸³.

Essas funções se efetivam a partir de uma ampla rede de produtos comunicativos criados no ciberespaço. Uma rede que, além de compreender o sítio⁸⁴ e os boletins eletrônicos enviados para caixas de e-mail cadastradas (*newsletters*), passa por blogs temáticos⁸⁵ e chega até o famoso portal de vídeos *Youtube*⁸⁶. Neste, a organização disponibiliza propagandas que foram veiculadas na TV, documentários e vídeos feitos para circular fundamentalmente em ambiente *online*.

Os boletins eletrônicos, por sua vez, constituem um serviço que o *Greenpeace* disponibiliza para aqueles que desejam saber dos informativos da organização sem precisar fazer uma verificação sistemática do sítio. Desse modo, por meio do boletim são enviadas aos e-mails cadastrados chamadas para as mais recentes atualizações do sítio (as mais últimas notícias acerca das campanhas da organização), além de chamadas tanto para se tornar colaborador (doar recursos financeiros) como para participar em campanhas de ciberativismo.

As notícias divulgam as mais recentes ações e eventos promovidos pela entidade, assim como as principais alegações, justificativas e fatos que fundamentam seus posicionamentos políticos. Ao expor essas justificativas, é bastante comum encontrar a realização de referências (*links*) para estudos e relatórios que desenvolvem ainda mais tais justificativas.

Já as campanhas de ciberativismo, que exercem fundamentalmente a função de mobilização política, consistem, na maior parte das vezes, em convocações para assinatura de petições ou cartas direcionadas a órgãos e poderes estatais ou mesmo a empresas privadas (as quais estariam realizando ou deixando de realizar alguma ação que a organização considera questionável). A média de participação seria de 4 mil pessoas, tendo-se registrado, algumas vezes, um número superior a 30 mil:

Poderoso meio de comunicação e de entretenimento, a internet hoje é também uma importante

⁸³ A descrição e a análise das ferramentas dos âmbitos de comunicação digital do *Greenpeace Brasil* desenvolvidos, nessa secção, estão marcados temporalmente ao momento de desenvolvimento da análise do material coletado: março a maio de 2009. Nesse sentido, algumas das formatações e desenhos aqui descritos já sofreram algumas modificações no momento de revisão do texto (novembro de 2009). Justamente devido à rápida velocidade com que essas ferramentas e desenhos se modificam, optou-se por um tratamento descritivo e analítico razoavelmente módico de tais elementos e, assim, resolveu-se concentrar o trabalho analítico mais em função dos elementos discursivos existentes entre os âmbitos interacionais trabalhados nesse estudo. Essa concentração também é motivada pelas próprias hipóteses de trabalho, as quais orbitam muito mais em torno dos efeitos de esfera pública operados na política de comunicação do *Greenpeace Brasil* (por isso a conjugação de âmbitos massivos de comunicação com âmbitos institucionais) do que em torno de efeitos da arquitetura de navegação e interação projetada pelo site do *Greenpeace-Brasil*.

⁸⁴ Cf. em <<http://www.greenpeace.org/brasil/>>

⁸⁵ Cf. exemplo: <<http://greenpeace.blogtv.uol.com.br/clima>>

⁸⁶ Cf. em <<http://br.youtube.com/user/greenbr>>

ferramenta de protesto. Usada pelo *Greenpeace* desde 1998 para ciberações, ela foi responsável por reunir mais de 30 mil assinaturas contra o Projeto de Lei de Biossegurança. Só no mês de março, quando o texto foi aprovado no Congresso, foram 10.249 participações (GREENPEACE, 2005, p.14)

O sítio, por sua vez, além de abrigar os materiais que são divulgados diretamente aos assinantes do boletim eletrônico (descritos acima), organiza cronologicamente as informações e mobilizações que foram realizadas ao longo do tempo. Desse modo, o sítio permite o resgate de informações e de conteúdo que produzidos no passado.

O mesmo conteúdo está também organizado tematicamente. Tendo como referência as campanhas da organização, essa organização temática pode ser observada na parte superior da página inicial do sítio, na qual há uma disposição em *links* das campanhas em andamento (cf. www.greenpeace.org/br). No momento de produção desse trabalho, havia em operação seis delas: Amazônia, Clima, Energia, Nuclear, Oceanos, e Transgênicos. Essas campanhas são as principais linhas organizativas do conteúdo político da entidade realizado no âmbito digital. Elas pautam a produção das notícias, dos blogs, dos relatórios e das campanhas de mobilização *online*.

Além dessa organização da informação orientada cronológica e tematicamente, são disponibilizados canais específicos para informações para como se tornar voluntário; para as campanhas de ciberativismo⁸⁷ e há também um canal exclusivo para os colaboradores, os quais possuem senha e *login* pessoais para acessá-lo.

O canal dos colaboradores possui duas fontes de informação exclusivas aos filiados. Elas têm como função principal a produção de modos e oportunidades de exercício de *accountability* da organização por parte dos colaboradores. Uma fonte é o acesso aos arquivos em formato pdf da publicação trimestral da organização, a “Revista do *Greenpeace*”, que é inclusive recebida por eles em formato impresso, via correio postal. A outra é o acesso ao relatório anual em que a entidade fornece informações acerca de suas ações ao longo do ano, assim como a chamada “prestação de contas”. Trata-se de tornar acessíveis informações sobre o total de receitas e despesas, assim como as fontes daquelas e as destinações destas. Também se divulga o nome da empresa responsável pela auditoria das “demonstrações financeiras”. Há ainda o “Canal direto” que, nesse caso, assemelha-se ao convencional “Fale conosco”.

Uma função que apresenta conteúdo em destaque ao usuário da comunicação digital do *Greenpeace* é a captação de recursos. Para isso, estão dispostos *banners* e chamadas para se tornar colaborador, além de uma loja virtual que oferece produtos licenciados pela

⁸⁷ Cf. em < <http://www.greenpeace.org/brasil/participe/ciberativismo> >

organização.

Segundo dados do setor de marketing do *Greenpeace*, a página *Greenpeace.org/brasil* recebe de 150 a 200 mil visitas mensais e seu boletim eletrônico possui mais de 300 mil e-mails voluntariamente cadastrados (ver Anexo). Esses dados, juntamente com os outros já citados, ainda que apenas sugiram uma noção preliminar da amplitude do alcance comunicação digital do *Greenpeace*, não deixam de ser indícios de que as opiniões que a entidade disponibiliza na *web* são acessadas por uma proporção relevante de pessoas. Além disso, são indícios que sustentam o raciocínio de que, através da esfera de visibilidade pública controlada pela indústria da comunicação de massa, cidadãos tomam conhecimento de determinados temas e discussões para (no caso, o conjunto mais interessado desses cidadãos) acessarem a internet em busca de informação mais detalhada e contextualizada. Esse é um raciocínio que ajuda a explicar tanto a amplitude que o âmbito digital do *Greenpeace* tem conseguido alcançar como revela o processo que está por trás daquilo Berman & Mulligan (2003) identificaram como sendo as campanhas de *advocacy online* mais eficientes.

Recordando-se aqui o conjunto das quatro funções que foram identificadas nesse âmbito, deve-se ter claro que é o último aquele mais adequado a fornecer respostas às questões levantadas quanto à sua capacidade de efetivar uma sustentação do debate público acerca das temáticas defendidas pelo *Greenpeace*. Desse modo, o objetivo do próximo tópico é empreender um estudo de caso que demonstre empiricamente essa função atuando de modo coordenado aos eventos de mídia produzidos pela entidade.

6.2 Explorando as condições para um ato reflexivo *online*: a ocupação do barco Galina 3

Tendo-se reconhecido a refinada capacidade do *Greenpeace* em se inserir no ambiente de visibilidade controlado pela comunicação de massa e de chamar a atenção pública por meio de ações espetaculares, trata-se agora de explorar se (1) as ações espetaculares são elementos-chave para a produção de visibilidade pública política para o *Greenpeace*; (2) se essas ações ganham uma cobertura dos *media* capaz de oferecer subsídios propícios para um segundo ato de leitura e (3) se o âmbito de comunicação institucional da entidade disponível em ambiente digital oferece níveis mais densos de discutibilidade, de modo que permita a essa audiência realizar um aprofundamento interpretativo da questão trazida à cena no ato de leitura em questão.

Para tais propósitos, utilizou-se, como estudo de caso, uma ação da entidade que conseguiu razoável visibilidade pública na imprensa nacional, que foi, a saber, a ocupação por ativistas da organização a um barco comercial de carga denominado Galina 3. A ação ocorreu

próximo à zona costeira da França em março de 2008 e contou com a participação do escritório brasileiro da entidade. Ela almejou tornar pública a exportação à União Européia de madeira extraída ilegalmente na floresta amazônica para, desse modo, pressionar tanto o governo brasileiro como a própria União Européia a adotarem formas mais rígidas de controle sobre a produção e a comercialização de madeira advinda da floresta amazônica.

6.2.1 Parâmetros metodológicos e momentos analíticos:

Com o propósito de verificar a tarefa (1) mencionada acima, o primeiro momento de análise se volta a identificar se o caso pode ser descrito em função das ações estético-expressivas e do espetáculo discutidas no quinto capítulo. Como já apontado, nosso objetivo é compreender a produção de eventos espetaculares como uma forma de comunicação interdependente em relação às formas crítico-rationais para a sustentação de debates públicos.

Em seguida, propõe-se investigar se a ação espetacular sofreu uma cobertura por parte dos *media* de modo permitir à audiência compreender esse evento à luz da questão política e das reivindicações almejadas pela entidade. Isso significa, portanto, investigar se o evento foi contextualizado de modo coerente à interpretação do problema político produzido pela entidade e em função das demandas feitas por ela. Demandas essas que podem oscilar em torno de políticas públicas específicas, da manifestação pública de uma opinião ou de um conjunto de avaliações e julgamentos acerca do tema.

Para realizar esse segundo momento de análise, será feita uma composição do quadro interpretativo ofertado pelas matérias jornalísticas coletadas. Nesse sentido, propõe-se que duas perguntas fundamentais possam ser respondidas a partir desse quadro interpretativo: (a) - qual o problema ou o tema político que a ação espetacular visa colocar em foco? e (b) - o que a organização reivindica sobre esse tema ou que conjunto de avaliações é sobre ele formulado?

Esse momento analítico contará, como operador analítico, a formação de rotas interpretativas. A composição dessas rotas se fundamentou na análise de enquadramentos desenvolvida por Gamson (1992) e Gamson & Modigliani (1989). Essa abordagem metodológica será detalhada mais adiante, quando ela servirá também para as análises do terceiro momento analítico.

Esse terceiro momento, por sua vez, irá empreender uma abordagem comparativa entre os dois âmbitos interacionais em estudo. Esse momento foi dividido em duas etapas. A primeira busca aferir se, entre a visibilidade do evento de mídia e o âmbito da comunicação

digital do *Greenpeace*, há um compartilhamento de chaves de leitura e operações interpretativas que garantam a sutura entre eles. A identificação de rotas interpretativas como orientação analítica se mostra oportuna para a condução desse trabalho, pois ela permite demonstrar a confluência de chaves de leitura entre âmbitos interacionais distintos e, assim, possibilita demonstrar se existe ou não, entre esses âmbitos, um compartilhamento de interpretações que forneçam insumos complementares ao processo de edição dos materiais da esfera de visibilidade pública midiática.

Não obstante, a utilização da análise de enquadramentos possui uma grande diversidade conceitual e de aplicações metodológicas. Por isso, requer esclarecer aqui que o procedimento empregado se deu a partir da conceituação construtivista desenvolvida por Gamson (1992) e Gamson & Modigliani (1989). Para os autores, os enquadramentos centrais [*working frames*] são os temas ou valores simbólicos preferenciais adotados pelos pacotes interpretativos para compor o discurso midiático acerca de um determinado tema:

o discurso midiático pode ser concebido como um conjunto de pacotes interpretativos que fornecem sentido a um assunto. Um pacote tem uma estrutura interna. No seu centro está uma idéia central organizadora, ou enquadramento, que dá sentido para os eventos relevantes, sugerindo o que está em questão. [...] Esse enquadramento geralmente abriga uma diversidade de perspectivas, ao invés de apenas uma, deixando então razoável espaço para a controvérsia entre aqueles que compartilham um enquadramento comum.⁸⁸ (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p.03)

Desse modo, *deve-se*, então, *ter clara a diferença entre os enquadramentos e os pacotes interpretativos*. Os primeiros são fundamentalmente *tematizações* acerca de um determinado assunto e o segundo, por sua vez, seria um arranjo mais preciso de como esses enquadramentos são operacionalizados discursivamente para gerar um quadro interpretativo mais fechado, detendo, assim, características ideológicas e de opinião nítidas⁸⁹.

Para ilustrar essa diferenciação, é oportuno perceber que, quando os autores identificaram na imprensa estadunidense a existência de um pacote interpretativo sobre o poder nuclear denominado “*progress*”, eles verificaram que esse pacote detinha uma clara predileção pelo tema do desenvolvimento tecnológico e econômico (o enquadramento central – *working frame*) para realizar a defesa da manutenção e expansão do poder nuclear. Para

⁸⁸ Tradução livre de : “[...] media discourse can be conceived of as a set of interpretive packages that give meaning to an issue. A package has an internal structure. At its core is a central organizing idea, or *frame*, for making sense of relevant events, suggesting what is at issue. [...] This frame typically implies a range of positions, rather than any single one, allowing for a degree of controversy among those who share a common frame.” (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p.03)

⁸⁹ Foram justamente por tais características que os pacotes interpretativos foram discutidos, no segundo capítulo dessa dissertação, em referência à noção de discurso e de representação discursiva trabalhada por Dryzek & Niemeyer (2008) para eventuais pesquisas com o objetivo de verificar o grau de participação da sociedade civil no âmbito midiático massivo.

realizar essa defesa, por sua vez, o tema do poder nuclear foi operacionalizado discursivamente ao enquadramento do progresso (econômico e conquista de soberania energética). Tal operacionalização entre enquadramentos (desenvolvimento tecnológico → poder nuclear → progresso) constitui, assim, a rota interpretativa que foi sistematicamente observada pelos autores, observação sistemática essa que os estimulou a classificar essa rota interpretativa como sendo o pacote interpretativo “progress’.

Não obstante, a simples tematização do desenvolvimento tecnológico também abria espaço para os que se opunham ao poder nuclear, já que esse enquadramento (ou tematização) poderia ser operacionalizado discursivamente em direção ao enquadramento das tragédias para, assim, construir uma rota interpretativa cujo sentido seria oposto à defesa do poder nuclear. Ao se definir o tema das tragédias a partir dos acidentes provocados pelos efeitos imprevistos que o uso das tecnologias do poder nuclear eventualmente podia provocar - possibilidade essa que se mostrou bem real com os acidentes de Chernobyl e de Three Mile Island - os opositores do poder nuclear produziram uma rota interpretativa que sistematicamente combatia o trabalho interpretativo que era oferecido pelo *progress*.

Esse outro modo de operacionalizar discursivamente o enquadramento do desenvolvimento tecnológico foi feito pelo pacote interpretativo referente ao *run way* e detinha eco na cultura norte-americana por analogias a narrativas como a do Dr. Frankenstein. Assim como o referido médico que, ao levar o avanço da tecnologia a todo custo, sofreu os efeitos de ver sua própria criação agir contra ele, o mesmo estaria acontecendo com a humanidade (e com o povo estadunidense) na questão do poder nuclear.

Essa disputa de operacionalizações discursivas entre enquadramentos produzindo rotas interpretativas absolutamente distintas está traduzida na figura 01. Nela estão apresentadas as diferentes formas com que o enquadramento do desenvolvimento tecnológico foi associado a outros enquadramentos para lhe dar sentido. Associações diferenciadas essas que correspondem aos pacotes interpretativos exemplificados (*progress* e *run away*).

Diante disso, pode-se perceber que os enquadramentos, as tematizações, se não necessariamente determinam uma opinião acerca de um determinado assunto, por outro lado, eles encaminham chaves de leitura em torno do qual esse assunto é interpretado coletivamente. Desse modo, propõe-se identificar as tematizações e as operações discursivas entre os enquadramentos trabalhadas por cada âmbito analisado nesse trabalho. A identificação desses elementos irá permitir verificar se, entre um âmbito e outro, é possível apreender um eixo interpretativo comum que promova a sutura entre eles.

Figura 1: Exemplo de pacotes interpretativos (Gamson & Modigliani, 1989)



Para os propósitos dessa pesquisa, a identificação desse eixo comum permite evidenciar que, entre o âmbito dos *media* e o âmbito interacional do *Greenpeace* na internet, há um intercruzamento entre ambos, de modo, então, a permitir que a audiência possa se valer de insumos complementares para interpretar o tema da exploração da floresta amazônica. Nossa expectativa é que a complementaridade entre esses âmbitos se demonstre a partir da idéia de que, enquanto o âmbito dos *media* venham a fornecer os enquadramentos básicos para identificar o problema em discussão, esses enquadramentos viriam a receber um tratamento discursivo mais elaborado e complexo no âmbito do *Greenpeace*, assumindo aí níveis mais densos de discutibilidade.

Para que operacionalizar empiricamente a verificação dessa expectativa, buscou-se traçar as principais rotas interpretativas empreendidas em cada âmbito interacional em análise. O delineamento dessas rotas possui o propósito de evidenciar o grau de complexidade interpretativa com que cada âmbito trata o tema político referente ao evento de mídia selecionado como estudo de caso. *Chegar a esse grau de complexidade é visto aqui como a primeira evidência referente ao nível de discutibilidade promovida por cada âmbito acerca do problema em tela.* Identificar diferenças no grau de complexidade interpretativa entre os âmbitos funcionará como uma fonte de evidências em relação a um dos argumentos centrais desse trabalho: de que o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* detém um intercruzamento com o âmbito dos *media* de modo a ampliar a discutibilidade dos eventos de mídia aí apresentados.

No entanto, como realizar o delineamento das rotas interpretativas promovidas por cada âmbito? Nesse sentido, elas foram traçadas a partir das associações, coesões entre os enquadramentos que cada âmbito comunicativo produziu acerca do tema (seguindo o mesmo

esquema que foi exemplificado na figura 01 com base nos trabalhos de Gamson, 1992 e Gamson & Modigliani, 1989). Essas associações podem ser identificadas como o trabalho interpretativo fundamental que está na base da teoria cognitivista que explora a noção de enquadramentos trabalhada pelos autores.

É possível dizer, tomando como parâmetro o trabalho desses autores, que quando essas associações se tornam *recorrentes* e seguem padrões de relação semântica similares, é possível, então, identificar-se aquilo que eles denominaram de “pacotes interpretativos”. Como esse estudo, ao contrário do que Gamson & Modigliani fizeram, não se debruçou sobre grandes amostras do discurso midiático decorridas em períodos de tempo esparsos, então não seria viável a identificação de nenhum “pacote interpretativo”. Isso porque somente a partir da análise de um material mais extensivo ao longo do tempo é que seria possível apontar a realização de padrões semânticos entre enquadramentos em função de sua recorrência sistemática.

Ainda que não se almeje identificar, nesse estudo, os “pacotes interpretativos” acerca da tematização da Amazônia nos termos abordados pelo *Greenpeace*, traçar as rotas, num momento bem específico do debate acerca desse tema, oferece vantagens tanto aos propósitos dessa pesquisa, como em termos de fazer avançar as aplicações metodológicas das análises de enquadramentos para se estudar debates públicos.

Um avanço que, nesse sentido, pode ser proposto a partir das seguintes contribuições: (1) disponibilizar alguns operadores analíticos para a noção de discutibilidade, que está traçada apenas teoricamente por Gomes (1999, 2007, 2008b); (2) desvelar os movimentos cognitivos que estão presentes na análise qualitativa que envolve a identificação de “pacotes interpretativos” e, como consequência disso, (3) dispor de um instrumento metodológico capaz de mapear com maior nível de precisão as diferenças semânticas que se encontram nos diversos pacotes interpretativos que disputam a interpretação dos problemas políticos na esfera pública.

Como já apontado, a primeira fase do terceiro momento de análise almeja propor uma comparação entre as rotas interpretativas promovidas por cada âmbito como um primeiro tipo de evidência do grau de discutibilidade distinto entre eles. A *segunda fase*, por sua vez, *propõe o grau de justificação como um segundo tipo de evidência*. Esse grau de justificação foi mensurado a partir do operador analítico homônimo proposto por Steenbergen et al (2003) e que faz parte de um conjunto de unidades analíticas que compõe o indexador de qualidade discursiva (DQI, em inglês) elaborado por eles. Como esse indexador tem seus operadores

analíticos fundamentados na obra de Jürgen Habermas, então se avalia que se trata de uma fonte metodológica coerente ao marco teórico trabalhado nessa dissertação.

Nesse sentido, a unidade analítica referente ao “nível de justificações” é aquela que oferece o procedimento analítico mais adequado aos propósitos desse trabalho⁹⁰. Ao classificar as reivindicações políticas realizadas em um debate público a partir de diferentes níveis de justificação⁹¹, essa unidade permite, então, comparar como as reivindicações que o *Greenpeace* trabalha são fundamentadas em graus distintos a depender do âmbito interacional em que elas se encontram. A hipótese desse trabalho é que a comunicação digital da entidade oferece níveis de discutibilidade mais extensos dessas reivindicações do que aqueles encontrados no âmbito interacional dos *media*.

6.2.2 Procedimentos de seleção do caso e do corpus de pesquisa:

Para realizar o percurso de análise descrito acima, a seleção do corpus se deu em função de dois tipos de materiais discursivos: um primeiro que correspondesse a um material

⁹⁰ Não obstante, é preciso explicar porque apenas a unidade analítica “level of justification” do DQI proposto pelos autores é utilizada nesse trabalho. Nesse sentido, além dessa unidade, o DQI propõe também a análise do tipo de *participação* realizada no debate, do *conteúdo das justificações*, do *respeito* estabelecido entre eles, dos *contra-argumentos* formulados e pelo *tipo de política estabelecida*, se ela é ou não construtiva no sentido de encaminhar a contenda a um consenso possível mediante “propostas alternativas” ou “propostas mediadoras” (Steenbergen et al, 2003, p.30). Uma primeira razão porque essas outras unidades analíticas não foram trabalhadas é que elas são formuladas em referência a certas características de debate público que não se assemelham às características do tipo de fenômeno comunicativo analisado nesse trabalho, que é um recorte pontual de um debate distendido na esfera pública. Diferentemente de uma sustentação de debate público formatada em termos de um intercruzamento de âmbitos comunicativos dispostos em situações espaciais e temporais diferenciadas, o que o DQI aborda são debates públicos com limites espaço-temporais bem delimitados, que são marcados pela interação face a face dos participantes e nos quais eles se engajam numa controversa a respeito de um determinado tema, assumindo, cada conjunto desses participantes, posições claramente opostas. Outra característica diferenciada do tipo de debate que o DQI concebe em relação ao trabalho nessa pesquisa é que ela não está situada em torno de uma controversa no sentido de apresentar posições discordantes. Como será possível observar na verificação do material empírico trabalhado no caso estudado, as reivindicações feitas pelo *Greenpeace* recebem considerável concordância por parte dos atores políticos interpelados. Nesse sentido, as unidades analíticas dos *contra-argumentos* e do tipo de política estabelecida não fariam muito sentido de serem aplicadas, já que não há posições opostas de perspectiva política acerca do problema levantado pelo *Greenpeace*. Mas não é apenas pelas características diferenciadas do tipo de debate que o DQI concebe em relação ao trabalho nessa pesquisa que as outras unidades desse indexador não serão aplicadas. Nesse sentido, a unidade do *respeito entre os participantes* não será utilizada, pois ela parece adotar um tipo de abordagem teórico-metodológica que privilegia a apreensão da qualidade do debate a partir do tipo de sociabilidade estabelecida entre os participantes e não a partir dos resultados políticos concretos que ele desempenha (Warren, 2007). A unidade referente ao *conteúdo das justificações* também não será trabalhada, pois, além de possuir fragilidades imanentes, ela, quando aplicada, não afetaria de modo significativo o resultado das análises, nem ajudaria a responder a nenhuma questão discutida nesse trabalho. Isso porque, a partir do momento que essa unidade visa identificar a adequação das reivindicações dos participantes em relação a padrões aceitáveis de bem comum, ela coloca a dificuldade para o pesquisador de ele mesmo determinar que tipo de reivindicação atende ou não à noção de bem comum. Certamente que, em casos extremos, essa diferenciação se torna relativamente fácil de ser realizada, mas como o tema em questão trabalhado nesse estudo caso está situado em torno de reivindicações ambientais, que são, por definição, de interesse difuso, então não haveria vantagens significativas em se aplicar essa unidade analítica do DQI.

⁹¹ São elas: 1- sem justificação; 2- justificação inferior; 3- justificação qualificada e 4 – justificação sofisticada.

noticioso acerca de uma ação de mídia protagonizada pelo *Greenpeace* que tivesse recebido cobertura nos centros de visibilidade nacional; um segundo produzido pela entidade e disponibilizado em seu âmbito interacional na internet que se referisse, de maneira evidente, ao evento de mídia que recebeu cobertura nos *media*.

Nesse sentido, o primeiro passo foi identificar esse tipo de evento a partir do seguinte critério: ter alcançado visibilidade nos jornais (televisivo e impresso) diariamente produzidos, que tivessem alcance nacional e a maior audiência no seu nicho. No caso, o produto correspondente a este, segundo a Associação Nacional de Jornais, trata-se da *Folha de São Paulo* (FSP) e àquele, o *Jornal Nacional* (JN), já segundo informações do Ibope.

A pesquisa, seguindo tais critérios, foi realizada no dia 15 de março de 2009, utilizando-se os motores de busca *online* tanto do portal da FSP como do JN. No campo de busca, pesquisou-se pelo nome “Greenpeace”. As notícias com as características de um evento de mídia mais recentes encontradas nos dois produtos jornalísticos, deu-se nos dias 17 de março de 2008.

O JN produziu duas notícias sobre o evento, uma no dia em que ele ocorreu (17 de março) e outra, no dia seguinte, informando sobre os desdobramentos posteriores da ocupação do barco Galina 3 pelos ativistas.⁹²

A FSP, por sua vez, produziu apenas uma notícia acerca do evento, sendo publicada no dia 18 de março.”⁹³

Após, então, identificadas essas três matérias, foi utilizado o motor de busca de notícias do *Google* para se coletar material adicional. A pesquisa foi feita se utilizando o nome do “Greenpeace”, mas de forma restrita ao período entre 17 a 30 de março de 2008.

A partir de uma análise dos resultados disponibilizados, foram identificadas mais 8 matérias a respeito do mesmo evento. Essas matérias foram agregadas ao corpus de pesquisa referente ao âmbito interacional dos *media*, que totalizaram, então, 11 matérias.

Todas essas matérias, assim como o material colhido e analisado em relação ao âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* (cujos critérios de seleção estão descritos mais adiante), se encontram em anexo a este trabalho. Como grande parte desses materiais foi colhida na internet ou possuem versão digital (a exemplo da edição de 18 de março da *Folha de São Paulo* e da matéria do *Jornal Nacional*), esse anexo foi, então, disponibilizado em um disco de dados (DVD). Nesse anexo, também se encontram as fichas de análise de cada material analisado, divididos cada um em pastas discriminadas em referência às divisões

⁹² Ver anexo em DVD.

⁹³ Ver anexo em DVD.

relacionadas ao âmbito de comunicação e à mídia em que foi publicado.

Das 8 matérias adicionais encontradas com o suporte do *Google*, três delas foram publicadas por jornais impressos: *O Globo* (edição do dia 18 de março), o *Estado de São Paulo* (do dia 19) e *Diário do Nordeste* (dia 18).

As outras 5 matérias restantes foram encontradas em sites de jornalismo online: *GI* (edição de 17 de março), *O Globo online* (idem) , *JB online* (18 de março), *Diário do Nordeste online* (idem) e *A Tarde online* (idem).

Essas 11 matérias serão analisadas em seu conjunto e não uma a uma. A escolha por esse tipo de procedimento se dá pela necessidade de se demonstrar, mais adiante, que, mesmo reunindo tudo que saiu na mídia massiva, é possível perceber que o quadro interpretativo resultante das rotas interpretativas ofertadas pelos *media* é ampliado, em termos de discutibilidade, pela comunicação digital do *Greenpeace*. Demonstrar isso se mostra oportuno, já que se pode, a partir daí, fundamentar a idéia desenvolvida no terceiro capítulo de que a comunicação digital do *Greenpeace* faria parte de um sistema informativo ampliado, responsável por adensar a visibilidade pública política produzida pela comunicação de massa.

Já com relação aos materiais referentes ao âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*, a coleta foi realizada a partir da identificação de materiais que se referissem diretamente ao evento de mídia coberto nos *media*. Com já foi rapidamente definido, a ocupação ao barco Galina 3 foi o evento detonador para que o *Greenpeace* alcançasse um espaço de visibilidade nos produtos jornalísticos de maior amplitude nacional. Essa ocupação teve por objetivo chamar a atenção pública para a exportação de madeira florestal proveniente da Amazônia Para a entidade, essa exportação seria produto da retirada ilegal de madeira, causando danos ao meio ambiente e uma série de outros efeitos reprováveis. Nesse sentido, o barco ocupado teria como parte de seu carregamento justamente esse tipo de madeira.

A partir da identificação desse evento e sua correspondente data (17 de março de 2008), seguiu-se a coleta do material referente ao âmbito interacional do *Greenpeace* na internet. Essa coleta seguiu os dois princípios de gerenciamento do conteúdo do âmbito comunicativo digital da entidade identificados anteriormente: sua organização temática e cronológica. A partir da efetivação desses princípios, chegou-se à notícia produzida pela organização cuja cabeça da matéria declarava: “Carga de madeira ilegal da Amazônia é bloqueada na França”, publicada exatamente no dia da ação⁹⁴.

No texto interno dessa notícia, por sua vez, encontram-se um conjunto de duas

⁹⁴ Ver anexo em DVD.

referências (*links*) que se apresentam como fontes de informações adicionais de modo a gerar um entendimento mais definido acerca do que a expressão referenciada significa. As expressões “*linkadas*” são: “Relatório do Greenpeace divulgado nessa segunda-feira revela como a produção ilegal de madeira continua sendo um problema crônico” e “programa Estado Amigo da Amazônia, do Greenpeace”. Nesse caso, apresenta-se aqui um recurso típico das tecnologias digitais de comunicação dispostas na internet, que é a “*linkagem*”, que, no contexto dos conteúdos envolvendo a produção de entendimentos e discussões acerca de temas de interesse público, permite ao seu usuário realizar diferentes caminhos e combinações de extensão de leitura, ao sabor de suas demandas cognitivas.

As condições para que essas possibilidades possam ser efetivadas no caso do material colhido no âmbito comunicativo digital do *Greenpeace*-Brasil parecem realizadas, já que os *links* identificados cumprem justamente essa função, o que faz com que, dada a conexão que esse material possui com a esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação de massa, ele acabe por se constituir como um recurso daquelas condições apontadas por Gomes (1999, 2008b) para que o sistema informativo possa ser editado pelos seus usuários como esfera pública.

É, então, no sentido de gerar as oportunidades para que o cidadão se aprofunde no tema da exploração madeireira na região amazônica até o nível desejado que os *links* da notícia em questão parecem se dirigir, sendo expressão daquilo que está sendo denominado de sistema informativo ampliado. Desse modo, é oportuno que a análise dos insumos que a notícia em questão oferece não se limite às fronteiras do material expressivo oferecido pelo texto interno da notícia, mas que também inclua os textos referenciados pelos seus *links*. Nesse sentido, esses textos foram adicionados ao corpus referente ao material proveniente do âmbito comunicativo digital do *Greenpeace*.

Seguindo, então, as correlações previstas pelos parâmetros e momentos analíticos discriminados no sub-tópico anterior, segue-se a apreciação analítica dos materiais selecionados.

6.3 Momento I de análise

Proposição analítica 01: *A utilização de ações espetaculares se revela como um recurso de comunicação fundamental para que o Greenpeace alcance âmbitos massivos de comunicação e, assim, conquiste visibilidade pública.*

6.3.1 O poder de visibilidade das ações estético-expressivas

Parte do argumento desse trabalho é de que, em consonância à idéia de um sistema deliberativo, diferentes âmbitos interacionais cumprem diferentes funções para se sustentar um debate na esfera pública. No desenvolvimento desse argumento, foi explorado o raciocínio de que outros modos de comunicação, que não somente a argumentação crítico-racional, são necessários para conferir efeitos de esfera pública às contribuições críticas dos atores cívicos.

No tratamento analítico que foi realizado do conceito de esfera pública (primeiro capítulo), foi explorada a idéia de *visibilidade* com uma das dimensões fundamentais do conceito. Já no quarto capítulo, o modo da comunicação dramático-espetacular foi referenciado como um dos recursos mais adequados de comunicação para que os atores cívicos possam alcançar essa dimensão.

Foi, então, a partir dessa idéia que se formulou a hipótese de que o *Greenpeace* sustentaria debates públicos trabalhando com as ações estético-expressivas para alcançar existência no âmbito interacional dos *media* (principal ambiente produtor de visibilidade na sociedade contemporânea). Nesse sentido, o evento de mídia de ocupação do barco Galina 3 fornece várias indicações de comprovação dessa hipótese.

Isso porque foi justamente a partir desse ato que a entidade conseguiu, na única vez em todo ano de 2008, cobertura simultânea nos dois veículos de maior audiência do jornalismo brasileiro. Certamente interessaria ao *Greenpeace* estar presente em tais veículos nos demais 364 dias do ano para apresentar suas propostas, apresentar problemas políticos e apontar responsáveis. Não obstante, parece que, mesmo alcançando uma cobertura sistemática dos *media*, a entidade só consegue atingir de modo mais amplo e completo o centro de visibilidade midiática a partir de algum evento que se fundamente pelo extraordinário e pela dramaticidade de sua ocorrência.

Nesse sentido, o fator de extraordinário que compõe o evento em questão e que, desse modo, criou “o fato” foi a interrupção da atividade corriqueira que compõe a troca comercial entre países. A ocupação do barco Galina 3 por ativistas do *Greenpeace*, ocorrida há poucos quilômetros do território francês, fez com que, devido aos mecanismos legislativos existentes na França, o barco não pudesse descarregar, já que havia pessoas de outros países não autorizadas a desembarcar em território francês. É o que se pode inferir a partir do seguinte trecho de uma das reportagens do JN: “As autoridades portuárias da França determinaram que o Galina 3 não pode entrar no canal que dá acesso ao porto enquanto houver ativistas a bordo. Então, o navio ancorou a poucos quilômetros da costa.” (JN, 17 de março – ver anexo).

Se, nesse caso, torna-se evidente o papel fundamental que o evento produzido pelo

Greenpeace teve para acionar visibilidade, também pode se demonstrar a exploração dramática do evento. No entanto, uma exploração bem modesta, que só ganhou um tom mais consistente em uma única matéria (a do *G1*). As demais se engajaram numa descrição bem tímida do evento, sem qualquer ênfase no desdobramento mais detalhado de como a ação de ocupação do barco ocorreu.

O curioso, nesse caso, é que as imagens exibidas pelo JN, na edição do dia 17 de março, são apenas de fotos da ação. Há imagens em movimento do barco, mas que foram feitas em plano aberto⁹⁵, de modo que não é possível identificar qualquer pessoa ou ativista tentando se amarrar a guindastes ou sofrendo qualquer tipo de coerção, que é justamente aquilo que boa parte da matéria do *G1* (*jornalismo online*) se engaja em relatar:

Ativistas do Greenpeace "interceptaram" nesta segunda-feira no litoral do oeste da França um barco com madeira brasileira e tentaram impedir o descarregamento [...] Os militantes interceptaram o "Galina III", um cargueiro com bandeira de Malta que transportava cerca de 6.000 toneladas de madeira, a poucas milhas do porto de Caen-Ouistreham. Cinco ativistas subiram a bordo e três conseguiram se amarrar aos guindastes utilizados para descarregar as madeiras. "Nosso objetivo é que este barco não possa descarregar nem na França, nem na Europa", afirmou Lejonc. Romain Chabrol, responsável pela comunicação do Greenpeace na França, frisou que a tripulação do barco "foi muito agressiva com os militantes".

Tendo em vista que esses são os trechos da matéria que mais explorou o evento de mídia em disposições dramáticas (evidenciado pelo tom de opressão que os ativistas teriam sofrido durante a ação) e, como tal abordagem é feita de modo bem modesto, pode-se, então, perceber que a ação promovida pela entidade tem muito mais de "evento de mídia" (um evento que atende a um valor notícia) do que de espetáculo em termos de dramaticidade. Nesse sentido, o tipo de compreensão acerca da noção de espetáculo que melhor descreve a cobertura midiática em tela é aquele que se refere ao poder de determinados eventos se fazerem notar e outros não. Sendo as ocorrências os fenômenos que se mostram coerentes ao horizonte de expectativas sociais consolidadas (o barco ter descarregado a mercadoria era a ocorrência prevista) e, sendo os eventos aqueles fenômenos que quebram tais expectativas, convém, então, chamar a interceptação do barco Galina 3 como um "evento de mídia". Um evento que, nesse sentido, demonstra claramente o poder que as ações espetaculares têm em acionar visibilidade aos atores cívicos.

6.4 Momento II de análise:

Proposição analítica 02: *O âmbito interacional dos media oferece condições para uma interpretação política da ação espetacular noticiada.*

⁹⁵ Ver Anexo

6.4.1 As condições para um segundo ato de leitura a partir do evento de mídia de ocupação do Galina 3

Se, por um lado, a ação espetacular de ocupação do barco Galina 3 se mostrou bem sucedida em gerar visibilidade pública, por outro, ao se explorar também os limites e os riscos que essa estratégia incorre, formulou-se a necessidade de verificar empiricamente se esse tipo de ação teria conseguido acionar nos *media* um quadro interpretativo capaz de revelar o problema político, as reivindicações concernentes a esse problema ou um conjunto de avaliações e informações que possam servir de insumos à sua compreensão. Tais exigências se colocam como imprescindíveis em vista de que elas é que garantiriam as pré-condições para que a audiência possa eventualmente se engajar num “segundo ato de reflexão”. Ato esse que foi traduzido, em nossos termos, como o trabalho posterior que a audiência da comunicação de massa *pode* fazer ao editar os materiais que compõem o sistema informativo ampliado.

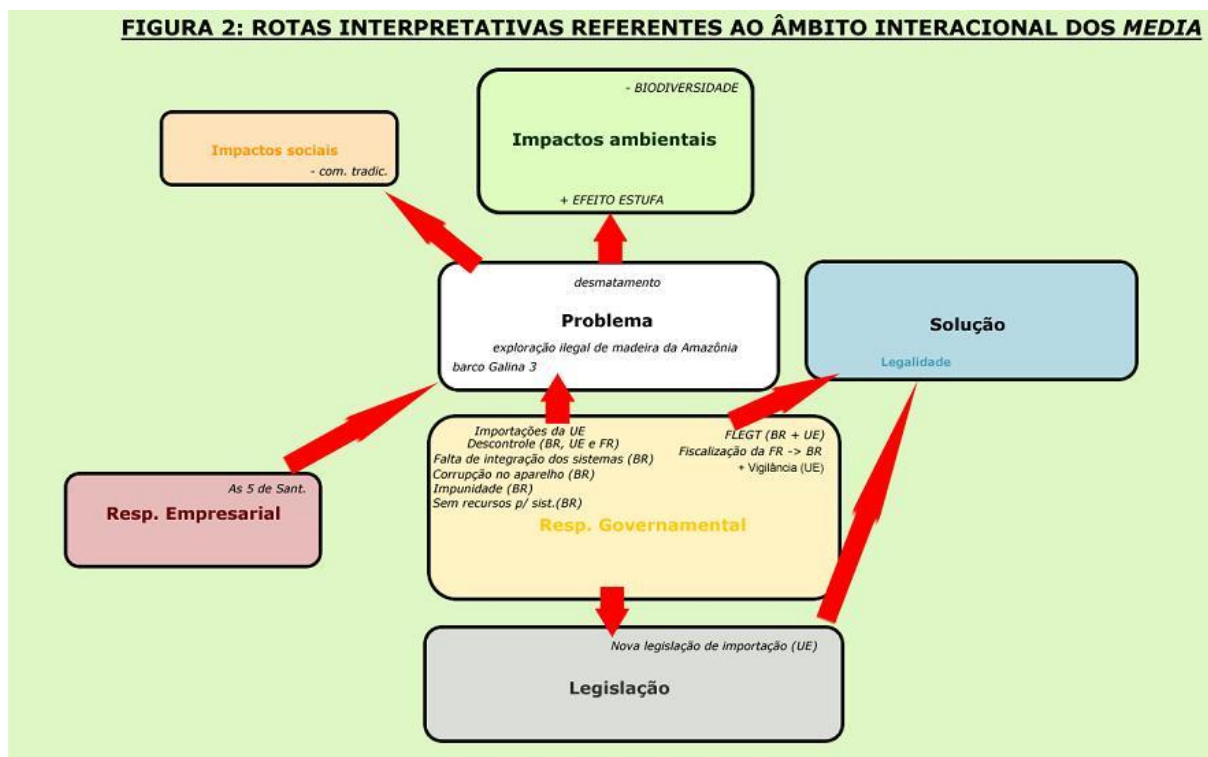
Tendo em vista tais questões, pode-se dizer que todas as 11 matérias que compuseram a cobertura do evento de mídia relativo à ocupação do barco Galina 3 por parte do *Greenpeace* forneceram, em graus distintos, tais exigências. Em todas elas, o problema político foi reportado, assim como alguma de suas reivindicações em relação ao problema (mesmo que de modo implícito ou indireto). E mais importante: as rotas interpretativas traçadas formam um quadro interpretativo que oferta um leque interpretativo coerente a uma interpretação política do problema: apontando-se, no caso, responsáveis, causas, conseqüências e possíveis soluções.

Nesse sentido, seis tematizações foram exploradas para interpretar o problema da exploração ilegal da floresta amazônica: (1) impactos ambientais; (2) impactos sociais; (3) responsabilidade governamental; (4) responsabilidade empresarial; (5) legislação e (6) solução.

Esse conjunto de enquadramentos foi agenciado de maneira a identificar relações explicativas acerca do problema. Essas relações são estabelecidas a partir da apresentação de suas conseqüências (impactos ambientais e sociais), seus responsáveis (governos e empresas) e soluções possíveis (mudanças na legislação e reforço da fiscalização operada pelos aparelhos administrativos dos governos interpelados).

O enquadramento que apresenta maior densidade, no âmbito interacional dos *media*, refere-se à responsabilidade governamental (ver figura 02). Aí são apresentadas as alegações do *Greenpeace* de atribuição de responsabilidade à União Européia de ser co-responsável pelo problema. A matéria do Globo Online, nesse sentido, reporta a fala de um ativista da

organização afirmando que a “União Européia consome entre 40% e 50% da madeira produzida no Brasil. É co-responsável pela destruição da Amazônia”.



Essa responsabilidade acaba sendo traduzida, não apenas em termos de competência sobre as causas do problema, mas também sobre suas soluções. Nesse sentido, a reportagem de 17 de março do JN apresenta uma reivindicação do *Greenpeace* em relação à UE de que o “grupo ambientalista quer forçar a Europa a adotar uma legislação dura de certificação de madeira.”

Mas além da UE, tanto o Brasil como a França são apresentados como instâncias de governo que possuem responsabilidade em relação à causa ou à solução do problema. Nesse sentido, um proferimento típico de prestação de contas (de *accountability*) é apresentado pelo *Estadão* quando um representante do *Greenpeace* tem a declaração reportada de que a “França segue fazendo discursos contra a madeira ilegal sem passar para a ação”. Pode-se inferir que se trata de uma cobrança de efetivação de um compromisso político, já que o contexto da matéria revela que não há discordância entre o governo francês e o *Greenpeace* quanto aos princípios e metas normativas de proteger a floresta amazônica ou mesmo divergência quanto à responsabilidade da França sobre o fenômeno. O quê o ativista questiona, portanto, é a não efetivação prática no aparelho administrativo francês de tais valores e crenças. Um trecho que confirma essa análise é encontrada, nessa mesma matéria, quando se reporta o pedido do ministro francês da ecologia de “que os serviços alfandegários

intensifiquem a vigilância e o controle sistemático dos certificados de autorização das cargas de madeira que chegam à França”.

Ao governo brasileiro também é atribuída responsabilidade pelo problema. Um dos aspectos abordados, nesse sentido, seria a não adesão do Brasil ao sistema de controle voluntário promovido pela UE aos países que lhe fornecem matéria prima de origem florestal. A questão é revelada pela reportagem do dia 18 de março do JN quando se informa que o “ministro francês telefonou a Marina Silva pedindo que o Brasil se engaje no programa de rastreamento voluntário da madeira européia”.

Já a matéria de 17 de março do próprio JN apresenta *soundbytes* de Marcelo Marquesini que apresenta mais um aspecto relacionado à responsabilidade do governo brasileiro. Nela, apresenta-se a afirmação de que, além da demanda por madeira por parte da UE, “a falta de governança no Brasil faz com que essa produção atinja alto grau de ilegalidade e destruição”.

A falta de governança a que se refere Marquesini é abordada e detalhada na matéria da FSP quando se reporta declarações de um representante do Ibama (José Humberto Alves). Na matéria, ele sustenta, em parte, a alegação do *Greenpeace* de problemas na fiscalização da produção madeireira ao reconhecer que o sistema de controle eletrônico de produtos florestais de alguns Estados “ainda não está totalmente integrado com o do Ibama”.

Outros três aspectos que formariam a responsabilidade do governo brasileiro são apresentados pela reportagem do *Globo Online* quando se reporta sinteticamente as análises do *Greenpeace* de que “problemas do lado brasileiro, como falhas na fiscalização, impunidade[1], corrupção [2] e falta de investimentos [3] são os principais gargalos do combate à exploração ilegal para exportação.”

O segundo enquadramento que trabalha em favor de apontar responsáveis em relação ao problema foi aquele referente à *responsabilidade empresarial*. Nesse caso, focaliza-se aqui a discriminação daquelas empresas que exploraram e forneceram madeira da floresta amazônica ao barco Galina 3. Uma discriminação que está explícita nas matérias do DN (18 de março), do G1 (17 de março) e da FSP (18 de março). Nesta, reporta-se que, segundo o *Greenpeace*, “o navio Galina 3 está trazendo madeira de pelo menos cinco empresas da região de Santarém, no Pará, que 'estão sendo processadas por crimes ambientais'”. Algumas dessas empresas são nomeadas nas matérias do DN e na do G1, as quais informam que “o Galina III’ carregou no porto de Santarém (PA) para as companhias Pena Agro-Florestal Madeireira Ltda, Rancho da Cabocla Ltda e Estância Alecrim, todas multadas.”.

No que diz respeito aos enquadramentos que trabalham as *conseqüências* decorrentes do problema da exploração ilegal da floresta amazônica, dois deles foram identificados: impactos ambientais (1) e sociais (2). Uma declaração que os condensa é encontrada na reportagem do *Globo Online* de 17 de março. Essa matéria reporta a declaração de Marcelo Marquesini de que a “exploração ilegal de madeira abre as portas para que a Floresta Amazônica seja destruída, acelerando as mudanças climáticas e pondo em risco a biodiversidade e o modo de vida de milhares de comunidades tradicionais.”

Como enquadramento referente à solução do problema, temos, como agenciamento de sentido fundamental, a reivindicação de legalidade em relação à prática de exploração e comercialização da madeira proveniente da floresta amazônica. Nesse sentido, os enquadramentos da responsabilidade governamental e da legislação são intercambiados para mostrar os modos específicos pelos quais essa legalidade pode ser alcançada (ver figura 2). Alguns desses modos inclusive já foram explicitados nos parágrafos anteriores quando tratamos das ocasiões em que as instâncias governamentais foram referenciadas para colocar em foco não apenas a responsabilidade sobre o problema, mas também sobre sua solução.

Uma articulação que, no entanto, não foi explicitada, mas que demonstra claramente um momento discursivo que promove uma interconexão entre os três enquadramentos em questão se dá na matéria do JN do dia 17 de março. Nela, informa-se que a União Européia “é a maior compradora da madeira brasileira, seguida dos Estados Unidos e da China. O grupo ambientalista quer forçar a Europa a adotar uma legislação dura de certificação de madeira, como já faz com produtos como a carne.”

Diante, então, desse quadro interpretativo que foi encontrado nas 11 matérias analisadas e que foi representado graficamente na figura 02, pode-se concluir que o âmbito interacional dos *media*, ao tratar da ocupação do barco Galina 3 pelo *Greenpeace*, oferece insumos coerentes a uma interpretação política acerca do fato noticiado. Um conjunto de insumos que, nesse sentido, extrapola a mera descrição da ação de ocupação do barco e, assim, oferta um conjunto de eixos explicativos capaz de justificar a natureza política dessa ação e de direcionar quais são as principais questões envolvidas no contexto que a provoca.

6.5 Momento III de análise: comparação entre os âmbitos

Tendo-se constatado que o âmbito interacional dos *media* oferece um quadro interpretativo em relação ao problema político que motivou a ação espetacular, trata-se, a seguir, de verificar se (1) esse quadro interpretativo compartilha operações discursivas entre enquadramentos comuns àqueles disponíveis no âmbito interacional da comunicação digital

do *Greenpeace* e (2) se esse mesmo âmbito amplia e adensa fatores de discutibilidade em relação ao âmbito midiático.

6.5.1 A sutura entre os âmbitos e a complexidade interpretativa:

Proposição analítica 03: *O âmbito da comunicação digital do Greenpeace informa e compartilha do quadro interpretativo ofertado pelos media.*

A análise identificou, em relação ao âmbito comunicativo da organização, oito tematizações (enquadramentos) que se voltaram a interpretar o problema acionado pelo evento de mídia de ocupação do barco Galina 3: (1) responsabilidade governamental; (2) responsabilidade empresarial, (3) responsabilidade do consumidor; (4) legislação; (5) impactos ambientais; (6) impactos sociais; (7) impactos econômicos; e (8) solução ao problema.

Seis desses temas também foram tratados pelos *media*. Além disso, também se pode perceber que há coesões e compartilhamentos na maneira de agenciá-los. Essas operações comuns entre os dois âmbitos estão explicitadas na figura 3. As setas vermelhas desenhadas indicam quando tais operações comuns ocorrem. As palavras em negrito, por sua vez, indicam os sub-enquadramentos que são compartilhados pelos dois âmbitos.

Nesse sentido, em relação vetores *problema* → *impactos ambientais* e *problema* → *impactos sociais*, foi possível observar que o site do *Greenpeace* declara, exatamente como noticiado em algumas matérias dos *media*, que a “exploração ilegal de madeira abre as portas para que a floresta amazônica seja destruída, acelerando as mudanças climáticas e colocando em risco a biodiversidade e o modo de vida de milhares de comunidades tradicionais”.

Outros vetores também apresentam similaridades relevantes. Nesse sentido, os vetores *responsabilidade governamental* → *problema* e *legislação* → *solução* são agenciados no âmbito do *Greenpeace* de maneira equivalente ao âmbito dos *media*, quando se defende a co-responsabilidade da UE pelo problema e a necessidade de reforma na legislação européia como forma de saná-lo:

Como importador de quase a metade da madeira amazônica que sai do País, a União Européia (UE) possui uma responsabilidade importante. Para parar de incentivar a contínua devastação da floresta Amazônica, a UE deve adotar uma legislação que garanta que toda a madeira que entre em seu mercado seja proveniente de fontes realmente legais e de florestas bem manejadas, contribuindo para zerar o desmatamento e assegurando o uso responsável e justo dos recursos florestais em todo o mundo.

A tematização da responsabilidade governamental, ao tratar especificamente do papel da UE em relação à devastação da floresta amazônica, apresenta um trânsito informacional

comum entre os dois âmbitos bastante intenso em alguns momentos. O mais relevante, nesse sentido, pode ser observado ao se comparar o infográfico da exportação de madeira do Brasil a países estrangeiros que é mostrado na matéria do JN (17 de março) com o infográfico disponível no relatório “Financiando a destruição” (p.07) do âmbito interacional da comunicação digital do *Greenpeace*. Apesar de algumas diferenças plásticas entre os dois infográficos, os dados apresentados por eles são exatamente iguais. Dados estes que funcionam para demonstrar o peso relevante da UE em escoar a matéria prima florestal produzida pelo Brasil.

Outro aspecto específico desse vetor que está presente nos dois âmbitos se refere à responsabilidade do governo brasileiro em relação ao problema. Nesse sentido, são tratados também pelo âmbito interacional do *Greenpeace* os aspectos apresentados nos *media* que se referem ao sistema de fiscalização brasileiro como ineficiente, da falta de recursos para operacionalizá-lo, além da impunidade em relação às atividades de corrupção que estariam fazendo parte, de maneira sistemática, do aparelho administrativo responsável.

Sobre isso, o âmbito interacional do *Greenpeace* afirma que o Brasil “sofre com a indefinição de um sistema que controle de forma eficiente o fluxo de produtos florestais.” A ineficiência dessa fiscalização e a corrupção que a perpassaria são abordadas quando se explica que “além de não dialogarem entre si, os sistemas apresentam fragilidades que permitem fraudes como as flagradas desde seu lançamento.”

A escassez de recursos financeiros por parte do governo também é abordada para argumentar em favor da ineficiência da fiscalização existente. Desse modo, o sítio do *Greenpeace* arremata que “a falta de equipamentos e treinamento para os profissionais de fiscalização, somados à recorrente impunidade dos crimes ambientais cometidos na Amazônia, completam o quadro de descontrole florestal brasileiro.”

Também de maneira similar ao âmbito dos *media*, o corpus referente à comunicação digital do *Greenpeace* aborda a responsabilidade governamental não apenas sob o aspecto das causas e conseqüências do problema, mas também de soluções em perspectiva. Nesse sentido, o pedido reportado no âmbito interacional midiático de solicitação, por parte do ministro francês a Marina Silva, aparece no âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* como uma reivindicação da própria entidade (reivindicação essa que será mais detalhada no próximo sub-tópico).

Já no que diz respeito ao vetor *responsabilidade empresarial* → *problema*, o âmbito digital da entidade também estabelece a discriminação das empresas que teriam fornecido

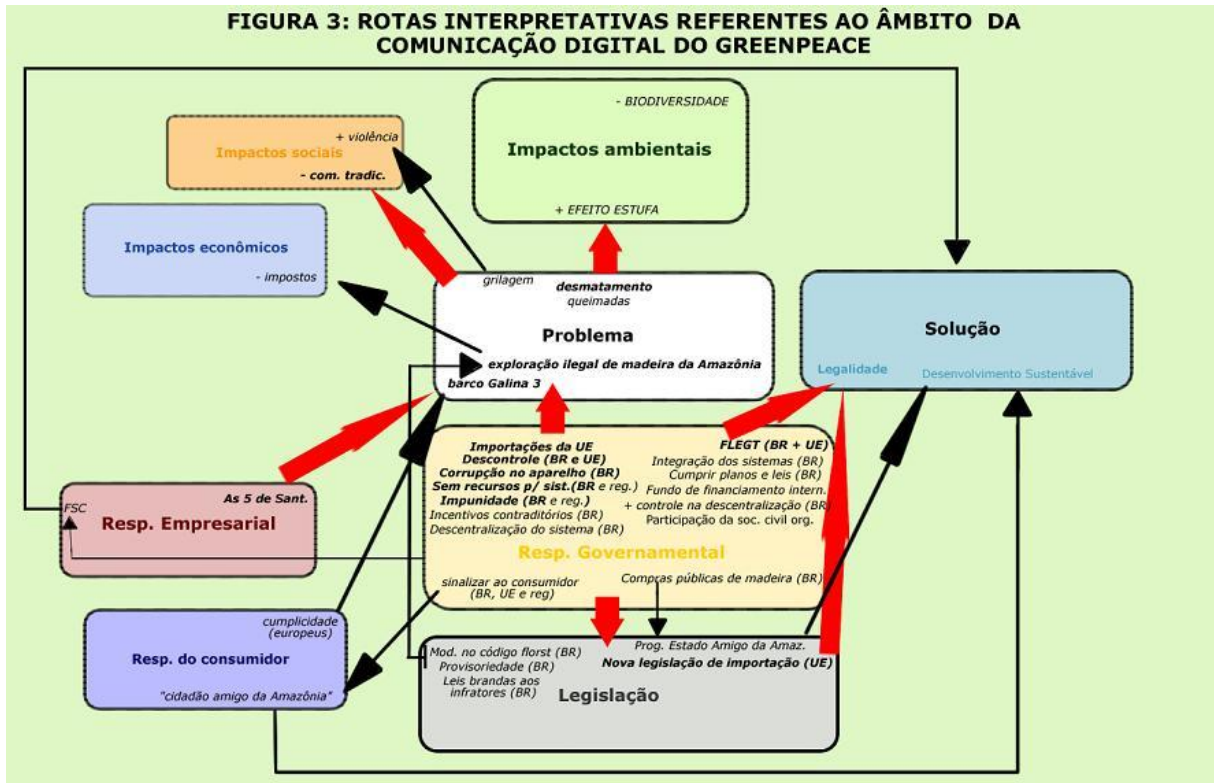
parte da matéria prima que abasteceu o barco Galina 3. Essa discriminação ocorre ao longo de todo o material analisado, mas ela está especialmente concentrada na secção “As 5 de Santarém” do relatório em pdf “Financiando a destruição” que compõe o corpus selecionado para análise (ver anexo).

Tendo em vista, então, o compartilhamento que pôde ser observado, entre o âmbito midiático e o da comunicação digital do Greenpeace, no que se refere a enquadramentos, sub-enquadramentos e às operacionalizações discursivas dos mesmos, avalia-se que esses âmbitos são atravessados por engates interpretativos que permitiriam à audiência realizar um trabalho de edição de debate público utilizando justamente esses âmbitos. Tal utilização se torna possível a partir do momento em que se percebe claramente que ambas as instâncias de interação comunicativa tratam do mesmo tema e, ademais, fornecem insumos similares à leitura do problema político abordado.

Proposição analítica 04: O âmbito da comunicação digital do Greenpeace adensa e amplia o quadro interpretativo ofertado pelos media.

Não obstante, a edição de debate público aqui virtualmente projetada não se trata apenas de fazer com que ela seja possível mediante a repetição de eixos interpretativos comuns entre dois âmbitos interacionais distintos. Para evidenciar o argumento de que o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* responde, de maneira mais consistente ao trabalho da discutibilidade (de prover contribuições críticas justificáveis e justificadas à esfera pública), é preciso, então, demonstrar que, além de compartilhar com o âmbito midiático de elementos semânticos decisivos para a interpretação política do problema, ele amplia e torna mais complexo tais elementos.

Essa ampliação e aumento de complexidade está representada na figura 03 a partir da adição de enquadramentos, de sub-enquadramentos e também de operações de agenciamento entre eles (identificadas, na referida figura, com setas pretas). A adição de operacionalizações discursivas em torno de um mesmo tema teria o efeito de torná-lo mais complexo já que ele adquiriria um maior leque de significados e possíveis relações sobre os outros temas. Como resultado, a rede de sentido implicada na rota interpretativa ganharia mais pontos de conexão semântica entre os temas, fornecendo, assim, uma visão mais sensível à diversidade de questões que determinam ou podem solucionar o problema político discutido.



Definidos, então, os modos como a ampliação e o aumento da complexidade interpretativa estão sendo operacionalizadas nessa análise, pôde-se observar que dois enquadramentos adicionais foram trazidos pela comunicação digital do *Greenpeace* para interpretar o problema: (1) impactos econômicos e (2) responsabilidade do consumidor.

O primeiro corresponde à identificação de uma consequência adicional que decorreria da exploração ilegal da floresta amazônica. Se o âmbito dos *media* e o da comunicação digital do *Greenpeace* juntos identificaram impactos de ordem ambiental e social, este último sugere, ademais, que o governo brasileiro estaria perdendo receita devido à ilegalidade presente na produção e comercialização de madeira:

Toda madeira brasileira comercializada na Europa chega legalizada aos países importadores. Grande parte desse volume, entretanto, resulta da falsificação de documentos fundiários, de autorizações para extração ou para transporte de madeira. Estima-se que entre 10 e 15 bilhões de Euros em impostos são perdidos por ano nos países em desenvolvimento devido à ilegalidade no setor madeireiro.

Já o segundo enquadramento adicional trazido pelo âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* aborda, para além dos governos europeus e o brasileiro, um tipo de responsabilidade bem mais difusa sobre o desencadeamento do problema: a responsabilidade do consumidor. E, no caso, uma responsabilidade que referencia tanto os consumidores europeus quanto os brasileiros.

Em relação aos primeiros, o texto do sítio afirma que “ao permitirem o fluxo de

produtos de origem clandestina, consumidores europeus tornaram-se co-responsáveis pela eliminação dos remanescentes de florestas tropicais.”

Os consumidores brasileiros também são reconhecidos como co-participes sobre o problema político em foco a partir do momento que se reclama que o sistema de fiscalização brasileiro “deve permitir que o consumidor final possa verificar a procedência do produto.” Essa possibilidade levada ao consumidor está calcada na expectativa de que ele realize opções ambientalmente responsáveis de compra. Opções essas que, no entanto, só seriam possíveis mediante um sistema de certificação que venha informar ao consumidor os modos pelos quais os diferentes produtos de origem florestal foram processados.

Esse papel do consumidor, desse modo, dependeria de ação governamental para implantar mecanismos de sinalização e informação. Nesse sentido, o âmbito interacional da comunicação digital do *Greenpeace* defende que esses mecanismos podem ser alcançados, de maneira eficiente, a partir da adoção por parte de governos estaduais de um programa de política pública elaborado pela própria entidade, o qual ela denomina de “Programa Estado Amigo da Amazônia”.

O segundo link referente ao âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* reporta a solenidade de adoção desse programa por parte do estado da Bahia e destaca os ganhos que ele irá trazer para viabilizar a responsabilidade do consumidor. Uma fala reportada, no referido âmbito, que aponta nessa direção defende que as ações governamentais decorrentes desse programa visam fazer com que o “estado garanta ao consumidor final a disponibilidade de madeira de origem legal no mercado baiano. Dessa forma, poderemos também ser Cidadãos Amigos da Amazônia.”

Pode-se perceber, então, que existe uma operacionalização discursiva entre os enquadramentos da responsabilidade do consumidor, da responsabilidade governamental e o da solução. Uma operacionalização esta que é encaminhada pela proposta de política pública elaborada pelo *Greenpeace* denominada de “Programa Estado Amigo da Amazônia”.

Esta proposta, nesse sentido, aciona esses três enquadramentos para interpelar os governos estaduais a adotá-la, esperando que os consumidores brasileiros se utilizem das sinalizações nos produtos florestais dela decorrentes para realizar suas opções de consumo. O resultado desse engate de ações entre diferentes atores sociais faria parte da solução do problema (responsabilidade governamental → responsabilidade do consumidor → solução). E, ao abordar o enquadramento da solução a partir da proposta em questão, o sítio *online* do *Greenpeace* acaba adensando esse mesmo enquadramento, já que a superação do problema,

em decorrência da adoção do programa, não é mais traduzida simplesmente como a conquista da legalidade da produção madeireira, mas sim como a consolidação de uma produção sustentável desse produto. Isso fica claro quando se afirma que “o programa [Estado Amigo da Amazônia] deve ajudar a criar condições de mercado para a madeira produzida de forma responsável e sustentável na Amazônia.”

Ao agenciar o enquadramento da responsabilidade do consumidor em direção ao tema da responsabilidade governamental, apontando aí o papel dos governos estaduais brasileiros, o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* acaba, conseqüentemente, adensando o próprio enquadramento da responsabilidade governamental. Isso porque, enquanto no âmbito interacional midiático essa responsabilidade estava identificada apenas em relação aos governos europeus e ao brasileiro, o âmbito do *Greenpeace* expõe o papel que os governos estaduais e até os municipais também desempenhariam nesse sentido⁹⁶.

Além desse, há também outros sub-enquadramentos e operacionalizações discursivas que o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* traz para adensar o tema da responsabilidade governamental. Nesse sentido, pode-se apontar as seguintes questões de competência governamental que foram agenciadas discursivamente como fontes causais da exploração ilegal da floresta amazônica (ver figura 03): (1) a descentralização operada pelo governo federal do sistema de fiscalização da produção de madeira e (2) a concessão contraditória de benefícios aos diferentes agentes econômicos que exploram a floresta.

O primeiro ponto aborda efeitos de ineficiência sobre o processo de fiscalização da produção madeireira que teria ocorrido após a decisão do governo Lula de estabelecer uma descentralização do sistema de monitoramento da referida produção. Nesse sentido, o sítio do *Greenpeace* reclama que “ao reeditar o artigo 19 do Código Florestal, o governo federal transferiu para os estados amazônicos a responsabilidade pelo controle das atividades de exploração de florestas, sem considerar a capacidade instalada nos órgãos estaduais para realizar as tarefas.”

O segundo ponto, por sua vez, protesta contra a prática do governo federal brasileiro em conceder grandes incentivos econômicos aos agentes que não seguiriam normas rigorosas de manejo florestal, enquanto aos que suguem, os mesmos benefícios e incentivos seriam absolutamente módicos:

A política de investimento ou de incentivo - como créditos, subsídios ou redução de impostos - para empresas e comunidades que querem trabalhar com padrões rigorosos de manejo florestal é ridícula quando comparada as muitas linhas de crédito estabelecidas para financiar atividades

⁹⁶ Na figura 03, esse adensamento foi representado a partir da abreviação “reg” para se referir às instância estaduais ou municipais do governo brasileiro.

relacionadas ao agronegócio (incluindo a pecuária), que têm como efeito o desmatamento.

O adensamento do enquadramento da responsabilidade governamental também ocorre em relação à solução ao problema (*responsabilidade governamental* → *solução*) a partir das seguintes reivindicações trazidas pelo sítio *online* do *Greenpeace*: (1) integração dos sistemas de fiscalização operados no Brasil; (2) efetivação dos planos e leis existentes; (3) a criação de um fundo internacional de financiamento para a proteção da biodiversidade e do clima global; (4) exercício, por parte do governo federal brasileiro, de um maior controle e ordenação sobre o processo de descentralização das atividades de fiscalização e (5) o governo deve abrir espaços para que os atores da sociedade civil organizada participem do processo de elaboração e monitoramento das políticas públicas em relação à exploração da floresta amazônica. Todas essas reivindicações se encontram agrupadas e detalhadas na secção “o que é preciso fazer” do relatório em pdf “Financiando a destruição” (p.17-18).

Após o enquadramento da responsabilidade governamental, o da legislação é aquele que adquire níveis relativamente maiores de densidade e complexidade interpretativa quando processado pelo âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*. Nesse sentido, enquanto no âmbito dos *media* esse enquadramento foi operacionalizado com o da responsabilidade governamental exclusivamente para estabelecer a necessidade de uma reforma legal no âmbito da UE, no âmbito do *Greenpeace*, por sua vez, o tema da legislação passa a abordar também o marco legal brasileiro. Uma abordagem que inclusive aponta tanto as falhas que ocasionam o problema como sugere mudanças capazes de produzir soluções.

Uma dessas falhas que operacionaliza os dois enquadramentos em questão (*responsabilidade govern.* → *legislação*) já foi citada acima quando foi mencionada a atitude do governo federal de modificar o código florestal em seu artigo 19. Outro problema discutido no sítio do *Greenpeace*, nesse sentido, refere-se ao caráter provisório dos dispositivos legais que têm regulado a exploração da floresta amazônica. A esse respeito, o texto reclama que esses dispositivos, ao estarem sendo implementados por meio de Medida Provisória, eles possuiriam o risco de, em médio prazo, converterem-se em falta de regulação, já que “enquanto a legislação que define o que pode ser usado e o que precisa ser preservado for provisória, será difícil ter vitórias definitivas na luta contra o desmatamento.”

O último aspecto que desencadearia fatores causais em relação ao problema da exploração ilegal da floresta amazônica seria a própria falta de rigor dos dispositivos legais brasileiros em realizar uma efetiva e justa punição àqueles que cometem crimes ambientais. Nesse sentido, o texto do sítio da entidade afirma que “apesar do corte, transporte,

armazenamento e comércio da madeira extraída ilegalmente serem crimes no Brasil, as penalidades previstas não constituem um fator importante para deixar de incentivar a prática”.

Já em relação às questões legais que poderiam sanar o problema, o sítio aborda novamente o programa “Estado Amigo da Amazônia”. Segundo ele, o programa em questão “prevê a criação de leis locais que eliminem madeira ilegal e de desmatamento de todas as compras e obras públicas dos estados”.

Outra medida resolutiva do problema que é abordada pelo âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* se refere à necessidade do governo “recompensar aquelas empresas que têm investido em melhores práticas de manejo florestal, como as certificadas pelo FSC [Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal].” Essa reivindicação, por sua vez, consolida um adensamento e aumento da complexidade interpretativa em relação ao tema da responsabilidade empresarial. Tal aumento se torna observável, de maneira relativa ao âmbito dos *media*, quando se constata que as empresas são interpretadas apenas como responsáveis do problema. No âmbito da comunicação digital da entidade, por sua vez, além de serem focadas as práticas empresariais que corroboram com o problema, também são abordadas aquelas que, como o FSC, realizam “padrões rigorosos de manejo florestal.”

Um último enquadramento que sofre um processo de adensamento discursivo, a partir da comunicação digital do *Greenpeace*, é aquele que se refere aos impactos sociais decorrentes do problema. Nesse sentido, esse âmbito, além de tratar da depreciação do modo de vida das comunidades tradicionais da região amazônica (indígenas e seringueiros), aborda também a *violência* como desdobramento das ações criminosas perpetradas por alguns madeireiros e grileiros da região. A esse respeito, o sítio da entidade detalha um caso em que líderes comunitários “vêm sendo ameaçados de morte por denunciaram a extração ilegal de madeira”.

Diante, então, desse conjunto de ampliações em termos de enquadramentos, sub-enquadramentos e operacionalizações discursivas entre essas temáticas, avalia-se que o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*, além de compartilhar estruturas interpretativas com âmbito dos *media*, também expande, complexifica e adensa tais estruturas.

6.5.2 O nível de justificação:

Proposição analítica 05: *O âmbito interacional do Greenpeace na internet apresenta um nível de justificação argumentativa mais ampla e completa do que aquele ofertado pelos media.*

A ampliação e o adensamento do quadro interpretativo ofertado pelos *media*, desvelado a partir do evento de mídia de ocupação do barco Galina 3, constitui-se, para este trabalho, como um primeiro indício de que o âmbito interacional do *Greenpeace* responde, de modo mais consistente, às demandas de discutibilidade. O segundo indício, por sua vez, seria referente ao nível de justificação das demandas políticas feitas pela entidade que venha a atravessar os dois âmbitos interacionais em questão.

Para tais propósitos, utilizou-se como unidade analítica o nível de justificação proposto por Steenbergen et al (2003). Trata-se de uma unidade analítica que busca apreender a complexidade, a coerência e a integralidade das demandas políticas que são feitas em um debate. Para isso, são discriminados quatro níveis de justificação. O primeiro (sem justificação) ocorre quando uma proposta política é feita em relação a X, mas de modo que nenhuma razão é oferecida para justificar essa proposta. O segundo nível (justificação inferior) ocorreria quando uma razão Y é dada para justificar porque X deveria implementá-la, mas de forma que não se apresenta uma clara conexão entre X e Y, fazendo com que a inferência se mostre incompleta. Já o terceiro nível (justificação qualificada) se dá quando uma clara conexão é feita entre X e Y, demonstrando porque esta razão contribuiria ou prejudicaria um determinado propósito. O último nível, por sua vez, (a justificação sofisticada) ocorreria na ocasião de haver, pelo menos, duas justificações completas, tanto em termos de duas justificações para a mesma demanda ou em termos de justificações completas para duas diferentes demandas.

Tendo em vista que a análise proposta por essa categoria analítica gira em torno de demandas políticas, o primeiro passo foi identificar quais das reivindicações promovidas pelo *Greenpeace* apareceram no material referente aos dois âmbitos interacionais em análise. Depois disso, foi feita uma avaliação de qual ou quais dessas demandas, de fato, apresentavam-se em referência a uma reclamação feita especificamente e, de modo claro, pela entidade.

Nesse sentido, das 11 reivindicações presentes no âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* (detalhadas no sub-tópico anterior), apenas duas reivindicações foram também apresentadas nos *media*: (1) uma legislação rigorosa por parte da UE de certificação da madeira importada por ela e (2) a adesão, por parte do Brasil, ao FLEGT (sigla em inglês de Plano de Ação para Cumprimento da Legislação, Governança e Comércio no Setor

Florestal⁹⁷).

Não obstante, apenas a primeira foi expressa de modo a deixar claro que se tratava de uma reivindicação protagonizada pelo *Greenpeace*. É o que se pode verificar na matéria do JN de 17 de março quando se reporta que “o grupo ambientalista quer forçar a Europa a adotar uma legislação dura de certificação de madeira” (JN, 2008). Já a segunda demanda aparece, em outras matérias, por meio do pedido do Ministro do Meio Ambiente da França à ministra Marina Silva. Em tais matérias, o pedido de adesão ao FLEGT é realizado, mas de modo que não é possível concluir facilmente de que esta se tratava de uma demanda levantada também ou inicialmente pelo *Greenpeace*:

Em nota oficial, o ministro do Ambiente da França, Jean-Louis Borloo, disse que telefonou para a ministra Marina Silva pedindo que o Brasil se engaje no programa de rastreamento voluntário da madeira europeia (JN, 18 de março)

Os dois ministros dialogaram sobre a autorização do comércio da madeira e a perspectiva de que o Brasil adote a norma europeia em matéria de certificados e de luta contra o desmatamento, informou o Ministério da Ecologia francês em comunicado (G1, 18 março)

Como, em nenhum trecho dessas matérias, essa demanda é referenciada de modo que identifique o compartilhamento dessa reivindicação com o *Greenpeace*, então ela não foi considerada para fins de análise do nível de justificação.

Com relação à única reivindicação analisada, o que se pôde verificar em, relação ao âmbito dos *media*, foi uma justificação que parece transitar entre o nível inferior e o nível qualificado desse ato argumentativo. Isso porque, se, por um lado, uma justificativa completa é dada, por outro, ela não responde diretamente ao conteúdo do que está sendo demandado. Se a demanda é que a UE adote uma nova legislação para a certificação de madeira para que, assim, o mercado ilegal desse produto seja banido da Europa, o que encontramos, no âmbito dos *media*, é algo que visa evidenciar à responsabilidade da UE pela destruição da floresta amazônica:

A União Europeia é a maior compradora da madeira brasileira, seguida dos Estados Unidos e da China. O grupo ambientalista quer forçar a Europa a adotar uma legislação dura de certificação de madeira, como já faz com produtos como a carne. O desmatamento é responsável por 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa. “A Europa tem uma demanda, ela gera uma demanda no Brasil e a falta de governança no Brasil faz com que essa produção atinja alto grau de ilegalidade e destruição. A Europa tem sim uma co-

⁹⁷ Segundo o *Greenpeace*, o FLEGT foi criado pela Comunidade Europeia em maio de 2003 e, até o momento de publicação dos materiais analisados, não havia sido adotado pelo Brasil. De acordo com a entidade, o plano “prevê investimentos na melhoria da administração dos setores florestais dos países produtores, incluindo a implementação de sistemas de rastreamento e licenças que garantam de fato a procedência legal da madeira importada pela Europa. Atualmente, o processo FLEGT se aplica apenas a países produtores que voluntariamente estabeleçam parceria com a UE. Os Acordos de Parceria Voluntária (VPA, em inglês) visam ajudar os países signatários a melhorar a governança e o manejo florestal, além de implementar sistemas que garantam a origem legal da madeira. Até hoje, as negociações oficiais envolvem apenas Indonésia, Malásia, Gana e Camarões.” (GREENPEACE, 2008b, p.08).

responsabilidade na destruição de florestas da Amazônia” (JN, 2008).

Se essa argumentação, em certo aspecto, justifica o endereçamento da demanda feita pelo *Greenpeace*, demonstrando a responsabilidade da UE sobre o mercado de comercialização de madeira, em contrapartida ela não responde porque a atual legislação e o sistema de controle adotado não fornece condições para que se evite a entrada de madeira ilegal em território europeu e seus efeitos negativos expostos: a destruição da floresta amazônica e sua conseqüente contribuição para o aquecimento global.

São justamente essas as justificações que são expostas pelo âmbito da comunicação digital do *Greenpeace* e que, assim, fornecem um nível de justificação mais sofisticado para a demanda em tela. Nesse sentido, seis argumentos foram encontrados para justificar a reivindicação de uma nova legislação por parte da UE:

- 1- “a falta de controle nacional e internacional no mercado e comércio do produto [madeira] estimulam e financiam a exploração ilegal.”
- 2- “Como importador de quase a metade da madeira amazônica que sai do País, a União Européia (UE) possui uma responsabilidade importante.”
- 3- Os mecanismos atualmente existentes adotados pela UE (os VPAs [Acordos de Parceria Voluntária]) “apresentam falhas e, sozinhos, não são suficientes para coibir a exploração ilegal e predatória de madeira em nível global.”
- 4 - Os VAPs “geram no máximo um impacto modesto”.
- 5- A UE “não possui um sistema de verificação de origem do produto, permitindo que empresas que atuam de forma clandestina e com madeira vinda de desmatamento abasteçam o seu mercado com madeira ilegal.”
- 6 – “Grandes volumes de madeira serrada e processada chegam aos portos europeus todos os dias - grande parte proveniente da extração ilegal e de desmatamento. Depois que a madeira cruza a fronteira de um dos países-membros da União Européia, ela pode ser vendida para qualquer um dos outros 26 países-membros sem qualquer controle sobre sua legalidade.”

Se os dois primeiros argumentos apenas cumprem um primeiro nível de justificação (produzido também pelo âmbito dos *media*), os outros vão além e respondem, de modo mais direto e completo, o conteúdo da reivindicação produzida. Tendo-se justificado que faz completo sentido responsabilizar a UE por fenômenos que ocorrem fora de seu território, o passo seguinte da argumentação é dizer por que justamente uma nova legislação é necessária para que esse problema seja sanado e não outras possibilidades de medidas políticas, como a contratação de mais fiscais para a alfândega ou que eles se tornem mais atentos (uma ação que inclusive foi prometida pelo ministro francês da ecologia, mesmo não tendo sido reivindicada pelo *Greenpeace*).

Ademais, esses argumentos estão imbricados com relatos factuais e levam em conta os mecanismos atuais adotados pela UE para tentar sanar o problema da destruição das florestas tropicais. Nesse sentido, são abordadas tanto as vantagens como as desvantagens dos VPAs (Acordos de Parceria Voluntária), que é o mecanismo de implementação do FLEGT. Esse,

por sua vez, teria, entre suas características, segundo o *Greenpeace*, “investimentos na melhoria da administração dos setores florestais dos países produtores, incluindo a implementação de sistemas de rastreamento e licenças que garantam de fato a procedência legal da madeira importada pela Europa.” É justamente por conter essas vantagens que a entidade também exige que o Brasil faça adesão ao FLEGT.

Mas como esse FLEGT teria “um impacto, no máximo, modesto” (4º argumento), então se propõe que a UE também realize uma nova legislação de certificação da importação de produtos madeireiros para que, desse modo, passe a existir um sistema de fiscalização dentro do próprio território europeu e não apenas sistemas estimulados e incentivados a partir de fora (nos países produtores), que é justamente o que faria o FLEGT.

É, então, em vista dessas vantagens e limites dos mecanismos de controle existentes na UE que o *Greenpeace* reivindica uma nova legislação que venha justamente “complementar” o FLEGT. Paralela a essa demanda, a entidade também reivindica, no material analisado, que o governo brasileiro faça adesão a esse programa. Essa demanda se reflete justamente no pedido que o ministro francês endereçou à Marina Silva, segundo foi noticiado pelo JN. Uma demanda que, apesar de não estar explicitamente identificada como sendo gerada pelo *Greenpeace*, atesta como ela é incorporada pelos atores governamentais interpelados de modo que, ao invés de um enfrentamento ou discordância, gera um tipo de resposta que a aceita como legítima e razoável.

Nesse sentido, isso ocorre tanto com relação à reivindicação do FLEGT como em relação à demanda de que a UE deve adotar uma nova legislação para a importação de madeira. É o que se pode verificar na matéria do JN de 17 março, quando se reporta que “a União Européia reconhece a falha e diz que está preparando uma nova legislação.” (JN, 17 de março).

6.6 Discussão:

Pode-se avaliar, a partir das análises empreendidas acima, que as estruturas interpretativas realizadas pela entidade em sua comunicação digital foram compartilhadas pelos *media*, só que de modo a recortar seus enquadramentos auxiliares e as operacionalizações discursivas mais complexas entre eles.

Ao compartilharem de estruturas interpretativas fundamentais para que o evento de mídia de ocupação do barco Galina 3 pudesse ser traduzido como um problema político, os âmbitos interacionais dos *media* e o do *Greenpeace* demonstraram fornecer insumos e efeitos

complementares de esfera pública. Nesse sentido, enquanto as matérias acionadas no âmbito midiático, a partir do evento de mídia em questão, conferiram visibilidade pública ao problema, o âmbito da comunicação digital do *Greenpeace*, por sua vez, tratou de adensar os padrões de discutibilidade ofertados pelas matérias noticiosas daquele. Uma ampliação que, nesse caso, pôde ser aferida tanto pela ampliação do quadro interpretativo como por um nível mais complexo e completo de justificação argumentativa em relação às demandas políticas produzidas pelo *Greenpeace* em torno desse problema.

Diante dos resultados que se referem às interações comunicativas mediadas entre o *Greenpeace* e as autoridades governamentais interpeladas, pode-se questionar a pertinência de se propor uma análise de sustentação de debate público a partir de uma situação em que não se pôde verificar controvérsia. Não obstante, esse questionamento só comprometeria a análise empreendida nesse trabalho caso ela tivesse por objetivo verificar as diferentes perspectivas e a troca de argumentos acerca de um determinado tema. Só que não é esse o caso, pois o que se buscou fundamentalmente com a análise dos materiais trabalhados foi explorar a idéia de que dois âmbitos interacionais distintos se tornam interdependentes para sustentar um debate público em referência à perspectiva de um ator político específico (no caso, o *Greenpeace*).

Ademais, é preciso ter clareza que os materiais analisados fazem parte de um recorte de um debate que está sendo processado há um intervalo de tempo e a partir de uma variedade de âmbitos comunicativos bem mais extensos do que os trabalhados nessa pesquisa. Nesse sentido, se, nesse recorte, não foi possível encontrar posições conflitantes em volumes consideráveis, é plausível, por outro lado, que esse tipo de interação possa ter se dado em outros contextos comunicativos, dispostos inclusive em etapas diferentes do processamento da questão envolvendo a exploração da floresta amazônica. Não obstante, os materiais analisados, principalmente àqueles referentes ao âmbito midiático, demonstram a natureza intesubjetiva das interações comunicativas mediadas. Uma intersubjetividade que se expressou na validação, por parte dos interlocutores acionados, das alegações e reivindicações manifestas pelo *Greenpeace*. Nesse sentido, a larga aceitação por parte dos atores políticos dessas reivindicações e alegações pode ser considerada como outro efeito de esfera pública: a produção de consenso.

Não obstante, a proposição desse tipo efeito não pode superar sua natureza especulativa, já que o trabalho não se propôs a identificar sua produção como resultado de um processo deliberativo distendido, não só entre diferentes âmbitos interacionais, mas também entre diferentes intervalos de tempo.

Por outro lado, ao focalizarmos o momento temporal específico a que se referem os materiais analisados no estudo de caso, pode-se constatar, em coerência à hipótese de trabalho, de que foram devidamente exercidas, no âmbito comunicativo digital do *Greenpeace*, as exigências discursivas que esse âmbito precisaria cumprir para que um eventual teste reflexivo em relação à ação dramático-espetacular de ocupação do barco Galina 3 se desse por parte da audiência. Um teste esse que foi projetado a partir de lógicas de edição de debate público e cujas exigências foram traduzidas em termos de níveis mais consistentes de discutibilidade.

Evidencia-se, assim, que um caminho de sustentação do debate público por parte desse âmbito se faz evidente, ou mesmo imprescindível para que os insumos que o *Greenpeace* eventualmente lança à “esfera de visibilidade pública” possam se transformar em insumos com o valor agregado necessário para circular na “esfera de discussão pública”. Isso porque, conforme se pôde observar, a partir da análise de suas características internas, esse âmbito permite que os enquadramentos que apareceram na esfera de visibilidade pública política possam ser complementados por outros, de modo a formar novos eixos explicativos e adensar aqueles pré-existentes.

Desse modo, parece, então, que se pode agora demonstrar, com volume razoável de evidências, que existe entre a visibilidade alcançada pela organização nos *media* e os argumentos presentes no âmbito comunicativo digital da organização um vínculo estrutural para que as condições de sustentação de debate público ocorram. Nesse sentido, o espetáculo e a dramatização funcionam para a produção de visibilidade pública e, assim que esta é estabelecida, os argumentos enquadrados numa estruturação lógica, fundamentada em procedimentos pedagógicos de auto-explicação, dispostos em vários níveis de detalhamento, aparecem, então, como lances discursivos voltados ao convencimento público. Lances discursivos esses que vão ganhando maior complexidade e um conjunto maior de engates e eixos interpretativos a partir do momento que se sai da superfície argumentativa apresentada pela cobertura midiática em função de um evento de mídia e se vai ao subsolo discursivo que a *linkagem* da comunicação digital do *Greenpeace* oferece para o leitor dessa cobertura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Essa dissertação discutiu e examinou as condições pelas quais o *Greenpeace* conseguiria sustentar um debate na esfera pública utilizando diferentes modos e âmbitos de interação comunicativa. Essa articulação foi evidenciada empiricamente pelo estudo de caso de ocupação do barco Galina 3. A partir desse estudo, foi apontado um conjunto de indícios que fundamenta a idéia de que um conjunto de recursos comunicativos são empregados pelo *Greenpeace* para gerar visibilidade e discutibilidade de suas contribuições críticas acerca dos problemas ambientais.

Um conjunto que, no caso, teria, como recursos comunicativos principais: (1) ações estético-expressivas espetaculares e (2) argumentações crítico-rationais produzindo avaliações políticas justificadas. Esses recursos, por sua vez, não são produzidos de modo isolado, mas estão dispostos em diferentes níveis de intensidade de acordo com as modulações contractuais tácitas previstas pelos diferentes âmbitos interacionais do sistema informativo ampliado.

Nesse sentido, se o âmbito interacional dos *media* teria por função e contrato tácito de leitura a produção de mensagens que informem quais os assuntos e os insumos principais que estruturam a esfera de discussão pública em um determinado momento, os âmbitos interacionais próprios dessa esfera, por sua vez, encarregar-se-iam de adensar e tornar mais completo o tratamento discursivo desses insumos. Nesse sentido, se, no primeiro âmbito, a condição de ser um ator cívico implica que é necessário mobilizar recursos espetaculares de comunicação para a conquista de visibilidade, é preciso também que o problema político seja evidenciado nessa visibilidade. Isso porque é com tais condições que se faria factível a ação de edição de argumentação pública que é projetada sobre a idéia de um sistema informativo ampliado. Um sistema que, nesse caso, teria nos âmbitos institucionais pertencentes aos atores políticos expostos pela visibilidade pública midiática uma de suas principais fontes.

O estudo de caso conduzido em relação ao *Greenpeace*, nesse sentido, demonstrou que a página da entidade na internet se mostra como uma fonte adequada a formar parte desse sistema. Isso porque ela atenderia àqueles requisitos que Gomes (2008b, p.154) aponta como necessários para que a esfera de visibilidade pública possa ser editada como esfera pública. Ou seja, o âmbito interacional do *Greenpeace* na internet (1) acompanha, de modo atualizado e dinâmico, as inserções discursivas que a entidade consegue nos *media* e (2) permite um aprofundamento, até o nível desejado, dessas mesmas inserções.

Esse exemplo ajuda, assim, a defender a idéia de que a era da comunicação digital

oferece condições muito mais favoráveis a uma apropriação mais generalizada e acessível da esfera de discussão pública contemporânea. Não obstante, esse exemplo não pode encobrir as diversas dificuldades que ainda perpassariam a conquista de uma esfera pública marcada por níveis extensos (tanto em termos quantitativos como qualitativos) dessa apropriação.

Nesse sentido, uma primeira dificuldade que se apresenta é a ausência de relações causais diretas que permitam afirmar que a disponibilidade de um sistema informativo com níveis mais acessíveis e discursivamente densos de argumentação implica que os cidadãos irão, de fato, utilizar-se de tais vantagens. Desse modo, não há indícios suficientes que possam fundamentar a idéia de que a cultura política contemporânea tem se feito mais informada e engajada na apropriação das contribuições discursivas que visam definir e interpretar os problemas coletivos.

Ademais, o próprio sistema dos *media* não tem promovido, de modo mais consistente e completo, incentivos à sua audiência para que esta se aproprie das fontes ofertadas pelo sistema informativo ampliado, especialmente aquelas provenientes dos atores políticos. Se, por um lado, tem sido comum a constatação de estímulos por parte de diversos programas jornalísticos para que a audiência busque informações adicionais nas extensões *online* desses mesmos programas, por outro, tais estímulos praticamente desaparecem quando se trata de reportar os sítios e âmbitos interacionais digitais dos atores políticos.

Nesse sentido, o próprio estudo de caso desenvolvido nessa dissertação é indício desse fenômeno. Nenhuma das matérias informou que o sítio do *Greenpeace* na internet oferecia informações adicionais acerca do problema político retratado. O fato de até mesmo as matérias do jornalismo *online* terem dispensado tal tipo de informação, de não terem ofertado *links* para o relatório do *Greenpeace* é especialmente problemático para que se fomente uma cultura de mídia que se valha do sistema informativo ampliado.

Não obstante essas dificuldades e limitações mais estruturais que tem conformado o sistema dos *media* e a cultura política contemporânea, esse estudo apresentou fenômenos que trazem ganhos reais para o processo discursivo da esfera pública. Nesse sentido, quando se observa que a esfera de visibilidade dos *media* está sendo acompanhada por um grande esforço, por parte de diversos atores políticos, em prover uma ampliação discursiva de suas interpretações políticas em âmbitos digitais de comunicação, parece estar aí havendo uma ampliação da qualidade pública política do sistema informativo.

Por outro lado, é preciso ter cautela quanto à extensão e generalização desse tipo de fenômeno. Isso porque, conforme se argumentou ao longo do trabalho, diferentes atores

políticos tendem a realizar usos distintos das ferramentas digitais de comunicação. Nesse sentido, os atores irão produzir usos dessas ferramentas de acordo com os diferentes níveis de motivação, competência e interesse que eles possuem em sustentar debates na esfera pública.

Levando isso em conta, os resultados da pesquisa confirmam, então, que os usos praticados pelo *Greenpeace* da internet são um bom exemplo de níveis razoáveis dessa motivação, competência e interesse.

Essa competência se mostraria com especial força quando atores da sociedade civil acionam tanto a esfera civil como a esfera política na tentativa de gerar interesse político por novos temas e questões. No entanto, para conseguir se comunicar com a esfera civil de modo generalizado e com a própria esfera política, foi visto que essa sociedade civil organizada precisa se fazer presente no espaço de visibilidade pública controlado pelos *media*. Precisa, assim, posicionar suas contribuições críticas dentro do sistema informativo dos *media*. Nesse percurso, no entanto, uma grande dificuldade identificada foi a intensa restrição desse ambiente informativo em relação aos atores da sociedade civil, os quais se encontram praticamente invisíveis na esfera de visibilidade dos *media*.

Diante dessas restrições, o *Greenpeace* se mostra como um exemplo mais do que oportuno em termos de competência e motivação para sustentar debates públicos. Isso porque, como foi possível verificar, a entidade trabalha, de modo extremamente eficiente, mecanismos de alcance desse tipo de visibilidade como forma de exercer mobilização, influência política e a produção de insumos para a esfera pública.

Considera-se, nesse sentido, que o alto grau de complexidade que envolve esse processo, marcado fundamentalmente pela sincronia entre saberes de diversos sub-sistemas sociais, revela-nos algumas das linhas comunicativas que sustentam redes de transformação e inovação social. A esperança é que a identificação desse complexo de ações, âmbitos interacionais e modos de comunicação para se sustentar debate público possa ser útil a outros atores sociais que almejam encampar e fortalecer tais redes.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In.: *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 113 – 156.
- ANTOUN, Henrique. *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em comunicação (Compós), 7., 2002. Rio de Janeiro.
- ANTOUN, Henrique. Mediação, Mobilidade e Governabilidade nas Redes Interativas de Comunicação Distribuída. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM
- ALBRECHT, Steffen. Whose voice is heard in online deliberation? A study of participation and representation in political debates on the Internet *Information, Communication & Society*, 9 (1), p. 62–82, 2006.
- AVRITZER & COSTA, Sérgio, Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, pp. 703 a 728.
- BENNETT W. Lance. Communicating Global Activism: Strengths and vulnerabilities of networked Politics. *Information, Communication & Society* 6:2 2003 143–168, 2003.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- BOHMAN, J. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.
- BRANTS, Kees. 2002. Politics is E-verywhere. *Communication*, 27, 2, 171-188.
- CALHOUN, Craig. Populist Politics, Communications Media and Large Scale Societal Integration. *Sociological Theory* 6, 1988, p.219-241.
- CAMMAERTS, Bart; VAN AUDENHOVE, Leo.. Online Political Debate, Unbounded Citizenship, and the Problematic Nature of a Transnational Public Sphere. *Political Communication*, v.22, 2005, 179–196
- CAPRA, Fritjof. *Conexões ocultas*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla, Editora, Cultrix, São Paulo, 2002
- CARMIN, J., & BALSER, D. B.. Selecting repertoires of action in environmental movement organizations: An interpretive approach. *Organization & Environment*, 15, 2002, p.365-388
- CARROLL, William K. & HACKETT, Robert A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. *Media Culture Society*, London, Thousand Oaks and New Delhi, Vol. 28 (1), 2006, p.83–104

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. II. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O fim do milênio (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTELLS, Manuel (2004) – *A Galáxia Internet: Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CLEAVER, Harry M. The zapatista effect: the internet and the rise of an alternative political fabric. In: *Journal of International Affairs*, Vol. 51, No 2, 1998, p.621-640.

COELHO, A. S. *Contribuições do Agir Comunicativo de Habermas para a consolidação de uma educação crítica e reflexiva diante da sociedade da informação e comunicação*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Educação – PUC - PR. Curitiba, 2005.

COELHO, Vera Schattan. Conselhos de Saúde enquanto Instituições Políticas: O Que Está Faltando?. In: V. S. R. P. Coelho e M.Nobre (orgs.), *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora 34, 2004, p. 255-269.

COHEN, Jean L.. *Civil society and globalization: rethinking the categories*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459

COLEMAN, S. (2000), "The new media and democratic politics", *New Media & Society*, Vol. 1 No.1, pp.67-74.

COULDRY, Nick. Digital divide or discursive design? On the emerging ethics of information space. *Ethics and Information Technology*, 5, p.89–97, 2003.

COTTLE, S. Reporting demonstrations: the changing media politics of dissent. In: *Media Culture Society*, v.30, 2008, p.853-873.

DAHLBERG, L. Extending the public sphere through cyberspace: the case of Minnesota edemocracy. *First Monday*, 6(3), 2001a

DAHLBERG, Lincoln. Computer-Mediated Communication and The Public Sphere: A Critical Analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 7 (1), 2001b

DAHLBERG, Lincoln. The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. *Information, Communication & Society*, 4 (4), p. 615-633, 2001c

DALHBERG, Lincoln. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation. *New Media & Society: Los Angeles, London, New Delhi and Singapore* V.9 (5), 2007 p.827-847

DAHLBERG, L. The habermasian public sphere. *Theorie and Society*, Vol. 34, 2005, p.111-136

DAHLGREN, Peter. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication*, 22, 2005, p. 147–162
27 (4), p. 21-39, 2001.

DAVIS, Richard, *Politics Online: Blogs, Chatrooms and Discussion Groups in American Democracy*, Routledge, London and New York, 2005.

DEAN, J. Why the net is not a public sphere. *Constellations*, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2003

DELICATH, J.W. & DELUCA, K.M. Image Events, the Public Sphere, and Argumentative Practice: The Case of Radical Environmental Groups. *Argumentation*, vol. 17, 2003, p.315–333

DOWNEY, John; FENTON, Natalie. *New Media, Counter Publicity and the Public Sphere*. *New Media & Society*, 5 (2), p. 185-202, 2003.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação - teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 41-62.

DRYZEK, John & NIEMEYER, Simon. Discursive representation. In: *American Political Science Review*, Vol. 102, N.4, 2008, p.481-492.

EDWARDS, M. *Civil society*. Cambridge: Polity Press, 2004.

EYERMAN, Ron et ANDREW, Jamison. Environmental Knowledge as an Organizational Weapon : The Case of Greenpeace, *Social Science Information*, 1989, vol. 28, nº 1, p. 99-119

FERREE, Myra Marx, GAMSON, William Anthony, GERHARDS, Jürgen and RUCHT, Dieter. *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1992.

GABEIRA, Fernando. *Greenpeace: verde guerrilha da paz*. São Paulo: Clube do Livro, 1988.

GAMSON, W. A. 1992. *Talking Politics*. New York: Cambridge Univ. Press, 1996.

GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95, 1989, p.1-37.

GIDDENS, A. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. *Cad. CRH*, n.21, p.9-28, 1994.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. VII(3): 214-222, setembro/dezembro 2005 (a).

GOMES, Wilson . Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: Maia, R.;Castro, M.C.P.. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, v. , p. 49-62.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II . In Rubim, A.A.C, Bentz, I. M. G. & Pinto, M. J. (Eds.), *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compôs, 1999.

GOMES, Wilson da Silva. *Democracia Digital: que democracia?* Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Internet e Política”, II Congresso da Compolitica, Belo Horizonte, 2007.

GOMES, W. “Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas” in GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(a), p. 69-115.

GOMES, W. “Da discussão à visibilidade” in GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(b), p. 117-162.

GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W. e MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008(c), p.31-68.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005 (b).

GOMES, Wilson. *Audioesfera política e visibilidade pública: soundbites, declarações narradas e menções dos atores políticos no jornal nacional* In: Texto apresentado na VI Jornada de Comunicação e Democracia, FACOM, UFBA, Salvador, 2008. 2008(d)

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W. & MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008

GREENPEACE, Associação civil. *Revista do Greenpeace*, (abril-junho), 2005.

GREENPEACE, Associação civil. *Revista do Greenpeace*, (janeiro-março), 2008(a).

GREENPEACE, Associação civil. *Relatório Financiando a Destruição: a contribuição do governo brasileiro e do mercado europeu para indústria e predatória de madeira na Amazônia brasileira*, 2008(b).

GUICHENEY, Hellen. Deliberação e problematização sócio-ambiental em torno da PCH-Aiuropa: constituindo a categoria de atingidos. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

HABERMAS, J. *Direito e democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *O Espaço Público, 30 anos depois*. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Ano VII, no. 12, Unicentro, Belo Horizonte, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*. São Paulo, n.36, p. 39-53, 1995.

HAJE, L. *Esferas Públicas Feministas na Internet*. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2002

HENDRIKS, Carolyn, M., “Integrated deliberation: reconciling civil society’s dual role in deliberative democracy”. *Political Studies*, 2006, 54: 486-508.

JAPPE, Anselm. A arte de desmascarar. In: DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, Contraponto, 1997.

LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LYCARIÃO, Diógenes. *A influência do Greenpeace sobre políticas ambientais: o estabelecimento de pontes comunicativas como tecnologia social para o desenvolvimento sustentável*. Artigo submetido ao III prêmio de Inovação Social 3M para estudantes e jornalistas, Belo Horizonte, 2009.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAIA, R. C. M. *Deliberative democracy and typology of public sphere*. *Studies in Communication*, v. 1, p. 69-102, 2007.

MAIA, R. C. M. *Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições do discurso e da deliberação*. In: MOTTA, L. G.; FRANÇA, V. R. V.; WEBER, M. H.; PAIVA, R.. (Org.). *Estratégias e Culturas da Comunicação*. 1 ed. Brasília: Editora UnB, 2002(a), v. 1, p. 105-127.

MAIA, R. C. M. *Media e deliberação pública: mediações possíveis (completo)*. In: *Anais do XI Encontro Anual da Compos - CD-rom*. Rio de Janeiro: COMPOS, 2002(b).

MAIA, R. C. M. *Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (org.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002(c).

MAIA, R. C. M. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. In: LEMOS, A. et al. *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.09-38.

MAIA, R. C. M. *Mídia e deliberação: atores críticos e uso público da razão*. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, Maria Céres P. S.. (Org.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*, 2006(a), p. 153-182

MAIA, R. C. M. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R. C. M. (Org.) ; CASTRO, M. C. P. S. (Org.) . Mídia, Esfera Pública e Identidade Coletivas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006(b), p.11-46.

MAIA, R. C. M. *Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo*. Logos (Rio de Janeiro), v. 14, p. 43-62, 2008(a).

MAIA, R. C. M. . *Mídia e Deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008(b).

MAIA, R. C. M. Mediated Deliberation: The 2005 Referendum for Banning Firearm Sales in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, v. 14, p. 313-334, 2009(a).

MAIA, R.C.M. Sob a perspectiva da esfera civil: participação política e internet. In: Participação e internet, no prelo, 2009(b).

MAIA, R. C. M. . Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v.76, p.87-118 2009(c).

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Dimensões da Ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais*, 2004. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas. Salvador, 2004

McADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In: McADAM, D., McCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.338-355.

MENDONÇA, R. F. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 4, 2006, p. 73-98.

MENDONÇA, R. F. Representation and Deliberation in Civil Society. *Brazilian political science review*, v. 2, p. 117-137, 2008.

MENDONÇA, R. F. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*, Tese defendida no PPGcom-UFMG, Belo Horizonte, 2009.

MENDONÇA, R. F. & SANTOS, D. B. . A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 507-542, 2009.

MIGUEL, L. F . *Dossiê mídia e política: apresentação*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 22, p. 7-12, 2004.

MIGUEL, L. F. ; TOKARSKI, Flávia Millena Biroli . *Gênero e política na mídia brasileira*. In: 17º Encontro Anual da Compós, São Paulo. Anais, 2008

MIN, Seong-Jae. Online vs. Face-to-Face Deliberation: Effects on Civic Engagement. *Journal*

of Computer- Mediated Communication, 12, 2007, p. 1369-1387

MITRA, Ananda. Marginal voices in Cyberspace. *New Media & Society*, 3 (1), p. 29–48, 2001

MUHLBERGER, Peter. 2005. Human Agency and the Revitalization of the Public Sphere. *Political Communication* 22 (2):163-178.

NISBET M. C. Huge M. Attention cycles and frames in the plant biotechnology debate: managing power and participation through the press/policy connection. *Press/politics* 2006, 11(2):3-40.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera Schattan R. Pereira; NOBRE Marcos. (Org.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. 1a ed. São Paulo: Editora 34, 2004, p.21-40.

OBLAK, T. (2002). Dialogue and representation: Communication in the electronic public sphere. *Javnost/The Public*, 9 (2), 7-22.

PAGE, Benjamin I. *Who Deliberates?: Mass Media in Modern Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

PAPACHARISSI, Z. 'The Virtual Sphere: The Internet as a Public Sphere', *New Media & Society* 4(1): 9-27, 2002.

PAPACHARISSI, Z. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New media & society*, 6(2), p. 259-283, 2004

PEARCE, Fred. *Green warriors: the people and the politics behind the environmental revolution*. London: Bodley Head, 1991.

SALTER Lee. 2004. Structure and Forms of Use. A contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy. *Information, Communication & Society* Vol. 7, No. 2, June 2004, pp. 185–206

SIAPERA, E. (2005) 'Minority Activism on the Web: Between Deliberative Democracy and Multiculturalism', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31, (3): 499-519

STEENBERGEN, BÄCHTIGER, SPÖRNDI & STEINER. Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index, in: *Comparative European Politics* 1:1, 2003, p.21-48.

STEFFEN, C A *Política nos Espaços Digitais: a Campanha Presidencial de 2002 na Internet*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004.

STEIN, Laura. Social movement web use in theory and practice: a content analysis of US movement websites. In: *New Media Society*, v. 11, 2009, p.749-771

STREET, John. Remote Control? Politics, Technology and 'Electronic Democracy'. *European*

Journal of Communication, 12, p. 27-42, 1997.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Diversity of Political Conversation On the Internet: User's Perspectives. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 18 (3), 2003

SUSTEIN, Cass. *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press, 2001

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Democracia eletrônica e terceiro setor: novos formatos, velhos dilemas da participação popular*. *Integração - revista do terceiro setor*, nº 41- ago-2004.

Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/08/administrando.htm>>

THORSETH, M. (2006). Worldwide deliberation and public reason online. *Ethics and Information Technology*, 8, 243-252.

VIRILIO, Paul. As perspectivas do tempo real in *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Tradução Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993

WARREN, Mark E. Institutionalizing Deliberative Democracy in ROSENBERG, Shawn W. (ed.) *Deliberation, Participation and Democracy. Can the People Govern?* (Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Palgrave Macmillan), 2007, pp. 272-288.

WESSLER, Hartmut. Investigating Deliberativeness Comparatively, *Political Communication*, 25:1, p.1- 22, 2008

WILHELM, Anthony. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge, 2000.

ZHENG, Yongnian; WU, Guoguang. Information Technology, Public Space, and Collective Action in China. *Comparative Political Studies*, 38, p. 507-536, 2005